

Из јорука Конференцији ванблоковских земаља
**НЕЗАВИСНОСТ — ЛЕГИТИМНА
АСПИРАЦИЈА НАРОДА МОЗАМБИКА**

Коминике Националне демократске уније Мозамбика

данањем броју објављено изводе из колонијалној је Национална демократска унија Мозамбика (УНИАМО) упутила Конференцији ванблоковских земаља и Београду.
Бро да отвор режиму португалских колонијалиста да се оконча само њим независноћама нашој ети је се

народа Мозамбика не само галија корнета помоћ сукоб између народа Мозамбика и колонијално-фашистичке владе Португалије.

БОРБА
Народ Мозамбика поздравља Београдску конференцију председника Националне демократске уније Аделино Гвазије

Анголски лидер Андраде посетио Институт за међународни раднички покрет
Лидер покрета Анголе Марта Андраде, који овић Београду, по

PROGRAM MIRA

Конференција шефова држава и влада ванблоковских земаља
НАЧЕЛА МИРОЛЈУБИВЕ КОЕГЗИСТЕНЦИЈЕ ЈЕДИНА АЛТЕРНАТИВА МОГУЋНОСТИ ЗА СПАСАВАЊЕ КАТАСТРОФЕ
(Декларација шефова држава и влада ванблоковских земаља)

ПОЛИТИКА

БЕОГРАД, ПЕТАК, 1. СЕПТЕМБАР 1961.
ДАНАС У 10 ЧАСОВА ПОЧИЊЕ КОНФЕРЕНЦИЈА ВАНБЛОКОВСКИХ ЗЕМАЉА
ПРВИ СЕПТЕМБАР 1961. ТИТО ЋЕ ОТВОРИТИ КОНФЕРЕНЦИЈУ
ЛУЧЕ СУ ДОПУТАЦИ ИЗ БЕОГРАДА ПРЕМИЈЕР ЈОСИП БРОЗ ТИТО, МИНИСТАР ИНОСТРАНИХ ПОСЛАНА ТУНИСА, ПРЕДСЕДНИК ТУНИСА БУРГИБА, ВИКЕДЖЕ ПРЕМИЈЕР ИТУРИЈА, ПРЕДСЕДНИК ИТАЛИЈЕ ИУ АБДУЛАХ

JORGE SANTOS CARVALHO

A CONFERÊNCIA DE BELGRADO (Set./1961), A JUGOSLÁVIA E O COLONIALISMO PORTUGUÊS

A CONFERÊNCIA DE BELGRADO (SET./1961), JUGOSLÁVIA E O COLONIALISMO PORTUGUÊS



Данас у Београду почиње Конференцију држава и влада ванблоковских земаља
Конференцију ће отворити председник ФНРЈ Јосип Броз Тито

ISBN 978-86-531-0100-8

9 788653 101008

УАУ

Čigoja
STAMPARIA

АЛЕКСАНДАР РАНКОВИЋ ПРИРЕДИО ПРИЈЕМ У ЧАСТ ПРЕДСЕДНИКА ОСЛОБОДИЛАЧКИХ ПОКРЕТА НЕЗАВИСНИХ ПАРТИЈА

Jorge Santos Carvalho

**A CONFERÊNCIA DE BELGRADO
(Set./1961), A JUGOSLÁVIA
E O COLONIALISMO PORTUGUÊS**



Nº 8903

BELGRADO
2014.

*Mojim profesorima
Andreju Mitroviću i Branku Petranoviću*

Licenciado e mestre em História pela Universidade de Belgrado. Investigador colaborador do CEIS20. Doutorando na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

(I) Introdução

No primeiro decénio após a II Guerra Mundial, três das grandes potências vencedoras dominaram a política externa jugoslava. Se, até 1948, as relações jugoslavo-soviéticas ocuparam um lugar primacial, o conflito e a ruptura desse ano entre o PCJ e restantes partidos comunistas do Cominform conduziram o governo jugoslavo a procurar, nos EUA e no Reino Unido, a salvaguarda político-militar para as ameaças externas e uma importante ajuda económica¹ para a reconstrução do país. Todavia, depois da morte de Staline (Mar./53), as declarações de Belgrado (Jun./55) e de Moscovo (Jun./56), assinadas por Kruchetchov e Tito, repuseram uma equidistância que iria caracterizar, apesar de crises temporárias, as ligações da Jugoslávia com estes países e seus blocos durante a Guerra Fria, como restabeleceram o relacionamento da Liga dos Comunistas da Jugoslávia com o Partido Comunista da URSS e a maioria dos partidos comunistas mundiais.

Em meados de 1954, a recepção de uma primeira carta do governo soviético propondo conversações com vista à normalização das relações entre os dois estados e, nos dias seguintes, um convite de Nehru para a visita oficial de Tito à Índia abriram um novo campo para a diplomacia jugoslava. Coincidindo com as negociações acerca do Território Livre de Trieste que chegaram — a seguir a

¹ Calcula-se que, entre 1949 e 1961, o valor total da ajuda económica dos EUA foi cerca de 2,4 mil milhões de dólares. Apesar da posição secundária britânica na ajuda económica, a primeira visita oficial de Tito ao estrangeiro, após 1948, foi a Londres (16-21/Mar./53).

anos de conflitos e de soluções adiadas — ao Acordo de Londres (Out./54), a abertura do processo de reconciliação com a URSS iria permitir contrabalançar a dependência com um só bloco e, ao mesmo tempo, o resultado de contactos diplomáticos, iniciados logo a seguir à independência indiana (Ago./47), transformar-se-ia na terceira alternativa da sua política externa. Como já havia um convite da Birmânia (Set./53) e «a viagem aos países distantes da Ásia significava também um certo ganho de tempo, enquanto a situação não se esclarecia²», foi antecipada a data da partida (Dez./54) e a escolha do lento meio de transporte, o navio-escola *Galeb* (Gaivota), não foi por acaso³. Assim, esta visita de Tito foi um «acontecimento decisivo, por um lado, no processo da formulação da estratégia da política externa jugoslava e, por outro, da definição inicial do quadro da futura actuação dos Estados fora dos blocos e não-alinhados⁴».

Após a independência da maior parte dos países asiáticos e do fim da guerra da Coreia (Jul./53), esta «viagem de paz» seguiu-se à derrota do colonialismo francês na Indochina⁵ — a batalha de Dien Bien Phu (Mar.-Mai./54) e o Acordo de Genebra (Jul./54) — e precedeu a Conferência de Bandung (Abr./55). Uma situação política que justificou as instruções recebidas, em fins de 1952, pelos diplomatas jugoslavos para reforçarem os contactos com os representantes dos estados asiáticos e africanos que tivessem uma posição próxima no campo das relações internacionais. Entre eles, pelas ligações económicas, salientavam-se os seguintes: Birmânia, Ceilão, Etiópia, Índia, Indonésia, Líbano, Paquistão, Síria e Tailândia.

² Dimitich Lhubodrag, «Na busca de alternativa. Um recorte da política externa da Jugoslávia (1953-1955)», em sérvio (<http://www.cpi.hr/download/links/hr/7327.pdf>, consultado em Dez./2011).

³ Nesta viagem de dois meses do navio-escola da armada jugoslava, acompanhado de 2 contratorpedeiros e de um cargueiro, as visitas oficiais de Tito decorreram na Índia (16/Dez./54-3/Jan./55 e 21-25/Jan./55), Birmânia (6-17/Jan./55) e Egipto (5/Fev./55).

⁴ Dimitich Lhubodrag, *ibidem*.

⁵ Meses depois, começou a insurreição argelina (Nov./54) que contou com um importante apoio político-militar jugoslavo.

Acrescente-se que, em 1953, a Jugoslávia tinha no estrangeiro 49 embaixadas, 5 missões especiais e 13 consulados-gerais.

Se as conversações com Nehru confirmaram as possibilidades de atenuar o isolamento político na Europa e de desenvolver os contactos políticos e económicos com os novos países recém-independentes, foi Bandung que convenceu Tito, como o próprio afirmou mais tarde, da importância do não-alinhamento⁶. Em Dezembro de 1955, novamente no *Galeb*, visitou a Etiópia e o Egipto, onde se reuniu com o imperador Selassié e o presidente Nasser.

No primeiro semestre de 1956, esta actividade diplomática continuou — visitas a França, URSS (a primeira pós-1946) e Roménia — e foi coroada, em Julho, pela realização do primeiro «*encontro multilateral de estadistas não-alinhados*», em Brioni, entre Tito, Nehru e Nasser, que foi considerado um passo importante para a criação do Movimento dos Países Não-Alinhados⁷. Nesse ano e nos seguintes, as crises internacionais no chamado «Terceiro Mundo» — do Suez ao Congo, passando pela Argélia, Vietname e Cuba — e um relacionamento constante com os dois blocos, apesar de problemas políticos e económicos, foram acompanhados do estabelecimento de ligações mais estreitas com os novos estados asiáticos e africanos⁸, aos quais se juntaram os latino-americanos após a visita de uma missão jugoslava (Jun.-Ago./59) a 12 países do continente americano⁹. Nestes últimos, é de referir que, no caso de

⁶ Termo introduzido no vocabulário político por Nehru, em 1954, num discurso proferido em Colombo.

⁷ Uma síntese: Boguetitch Dragan, *A Nova Estratégia da Política Externa da Jugoslávia 1956-1961*, Belgrado, 2006. 384 p. (em sérvio).

⁸ Estabelecimento de relações diplomáticas com os recém-independentes Marrocos (1957), Tunísia (1957) e Gana (1959).

⁹ Destes países (México, Costa-Rica, Honduras, Cuba, Haiti, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Argentina e Brasil), na Conferência de Belgrado (Set./61), só um (Cuba) aceitou ser membro do Movimento dos Não-Alinhados e três (Brasil, Equador e Bolívia) estiveram como observadores. Esta ausência, em Belgrado, dos países latino-americanos esteve ligada, segundo informações de algumas embaixadas jugoslavas, às pressões diplomáticas dos EUA. Por exemplo, no caso brasileiro, numa declaração do embaixador dos EUA, o Brasil não devia participar na Conferência de Belgrado, o que o presidente Jânio Quadros considerou

alguns deles, as relações diplomáticas com a Jugoslávia datavam já do período entre as duas guerras mundiais.

Além das suas embaixadas e de diplomatas atentos, a política externa jugoslava dependeu, nesta fase da constituição do Movimento dos Países Não-Alinhados, das directivas de Tito e das suas visitas a 14 países asiáticos e africanos¹⁰, entre 1959 e 1961, que o consagraram como um dos seus principais líderes. A partir da diplomacia, a Jugoslávia estabeleceu com muitos deles importantes trocas comerciais. Contudo, neste período, sem nunca atingir 15% do seu comércio exterior¹¹.

Outro campo diplomático importante foi a ONU e, na XV Sessão da Assembleia-Geral, em 1960, Tito encontrou-se com Nehru, Nasser, Sukarno e Nkrumah. De uma moção conjunta apelando a um recomeço das conversações entre os EUA e a URSS — suspensas por causa do caso do avião-espião U-2 abatido sobre território soviético (Mai./60) —, que mostrou uma unidade de

uma ingerência nos assuntos internos do Brasil, estando ligada à crise política provocada pela sua posterior demissão e a tentativa de golpe de Estado (25/Ago./61). Igualmente, em Brioni (30/Jul./61) Tito advertiu Chester Bowles, subsecretário do Departamento de Estado, que este caso mostrava que os EUA estavam empenhados em impedir a participação dos estados latino-americanos na cimeira. *Vide*. Boguetitch Dragan, «Agravamento das relações jugoslavo-americanas depois da primeira cimeira dos países não-alinhados em Belgrado», *Istorija 20.veka*, 2/2006, p.72-86 (em sérvio). Aqui, também é de mencionar as iniciativas de Agostinho da Silva, então professor da Universidade de Baía (e fundador do seu Centro de Estudos Afro-Orientais), junto do presidente brasileiro sobre a política não-alinhada. *Vide*, Agostinho Pedro, «Agostinho da Silva: pressupostos, concepção e ação de uma política externa do Brasil com relação à África» (http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n16_p9.pdf, consultado em Dez./2011). Política que não era desconhecida por Jânio Quadros, pois tinha sido recebido por Tito durante a sua visita à Jugoslávia (Jul./59), como foi recebido o seu enviado João Ribeiro Dantas (Abr./61).

¹⁰ Nestas duas viagens, no *Galeb*, Tito visitou: Indonésia, Birmânia, Índia, Ceilão, Etiópia, Sudão e Egipto (Dez./58-Mar.59); Gana, Togo, Libéria, Guiné, Mali, Marrocos, Tunísia e Egipto (14/Fev.-26/Abr./61).

¹¹ Conforme os dados estatísticos (1960), os restantes 60% pertenciam aos EUA, países europeus ocidentais, Canadá e Austrália e 27% à URSS, países do leste europeu e China.

posições em relação aos conflitos entre as grandes potências, surgiu então a ideia da realização de uma reunião dos seus dirigentes. Meses depois, no Egito (Abr./61), Tito apresentou uma proposta para a sua convocação que foi aceite por Nasser. O local da primeira conferência do movimento em Belgrado, as principais questões dos debates e os critérios de admissão seriam aprovados na reunião ministerial preparatória no Cairo (Jun./61).

Ali, foram aprovadas 5 questões (Desarmamento, Colonialismo, Papel e Estruturas da ONU, A Alemanha e Berlim e Os Problemas Económicos) para serem discutidas pelos representantes dos estados-membros e, quanto aos critérios de admissão, estes estados deviam ter uma política externa independente «*baseada na coexistência de estados com diferentes sistemas políticos e sociais*», apoiar os «*movimentos pela independência nacional*» e não pertencerem a nenhuma aliança militar surgida «*no contexto do conflito das grandes potências*»¹².

Após a reunião do Cairo que decorreu de 5 a 12 de Junho, e perante os seus resultados e desacordos¹³, em 10 de Agosto, os representantes diplomáticos jugoslavos nos países participantes

¹² Todavia, além destes critérios mais conhecidos, outros permitiam algumas excepções: caso esses estados tivessem um «*acordo militar bilateral com uma grande potência*», ou fossem membros de um «*pacto defensivo regional*», esses acordos ou pactos não deviam ter sido assinados «*expressamente e no contexto do conflito das grandes potências*»; se um país permitiu bases militares estrangeiras no seu território, essa «*concessão não deveria ter sido dada no contexto do conflito das grandes potências*».

¹³ Os resultados obtidos (a realização da Conferência e a escolha de Belgrado) foram considerados «*uma vitória completa*» pela delegação jugoslava. Porém, a anterior posição da Índia contra a formação de um movimento e a convocação da cimeira, acompanhada por uma atitude demasiado favorável em relação à política exterior britânica, mais as propostas do Cairo ou de Havana como alternativas à capital jugoslava, apresentadas pela Guiné e por Cuba, foram indicadores de uma falta de coesão que confirmaram informações anteriores, relatados na correspondência desse ano (e anteriores) das embaixadas jugoslavvas nesses países.

(excepto em cinco deles¹⁴) receberam instruções com vista a consultas com os governos acerca das questões em discussão, para uma aproximação de ideias e um maior sucesso da Conferência de Belgrado. Assim, em primeiro lugar, esta teria de «contribuir para o desanuviamento das tensões entre o Oriente e o Ocidente e no mundo em geral». Igualmente, a análise dos problemas «deveria ser realista e objectiva, quer dizer moderada e construtiva com o objectivo de se dar apoio a todas as tendências e posições positivas», evitando as frases propagandísticas ou «um exagerado radicalismo e extremismo» que só os afastaria das «reais possibilidades de uma acção política construtiva». Contudo, sem intenções de ser um terceiro bloco, esta cimeira não deveria «evitar a crítica aberta às direcções e acções negativas nas relações internacionais», tomando posições precisas e claras «em todas as grandes questões internacionais».

De 1 a 6 de Setembro desse ano, em Belgrado, realizou-se a «Conferência de Belgrado dos Chefes de Estado ou de Governo dos Países fora dos Blocos¹⁵», a primeira cimeira do Movimento dos Países Não-Alinhados, com a participação de 25 estados-membros: Afeganistão, Arábia Saudita, Argélia, Birmânia, Camboja, Ceilão, Chipre, Congo, Cuba, Etiópia, Gana, Guiné, Iémen, Índia, Indonésia, Iraque, Líbano, Mali, Marrocos, Nepal, República Árabe Unida, Somália, Sudão, Tunísia e Jugoslávia. Como observadores, além de três países (Brasil, Equador e Bolívia), também estiveram representantes de 38 movimentos de libertação,

¹⁴ De acordo com este documento, estas instruções não foram enviadas para quatro deles (Arábia Saudita, Iémen, Nepal e Somália) por não haver relações diplomáticas com esses países, nem para a «embaixada em Havana porque, segundo a nossa opinião, não podemos esperar resultados favoráveis das consultas políticas com o governo de Cuba por causa das posições deste governo em relação à Conferência de Belgrado e à Jugoslávia». Contudo, não foram mencionados: Argélia; Chipre; Congo; Tunísia. É de salientar ainda que os três últimos estados e outros dois (Iémen e Líbano) não estiveram na reunião do Cairo. Dos países observadores, esteve presente o Brasil.

¹⁵ Só na terceira conferência (Lusaca, Set./1970), surgiu a designação de países não-alinhados.

partidos e organizações progressistas de todos os continentes. Entre estes últimos, alguns dirigentes dos movimentos das colónias portuguesas.

Resumindo, pode-se afirmar que, na *weltpolitik* jugoslava destes anos do pós-guerra, há duas vertentes até meados dos anos 50 (as ligações com os dois blocos), surgindo uma outra que passou a ocupar uma posição importante no período de 1956-61, ou seja, do encontro de Brioni à Conferência de Belgrado. Igualmente, deve-se-lhes juntar uma quarta, esta relativa às relações com o movimento comunista internacional, que a seguir ao interregno de 1948-55, voltou a integrar o partido jugoslavo¹⁶.

Nesta nota introdutória, diga-se ainda que a apresentação da política externa da Jugoslávia (1945-61) se reduziu à enumeração dos principais acontecimentos e dos objectivos mais importantes da diplomacia sob a direcção de Tito¹⁷.

Em relação ao importante acervo arquivístico (alguns milhares de páginas de documentos) desta cimeira — contactos diplomáticos,

¹⁶ O PCJ era, em 1945, um dos partidos comunistas europeus mais importantes, e Tito, juntamente com Dimitrov, um dos principais dirigentes comunistas após Staline. Também, Belgrado foi a cidade escolhida para a primeira sede do Cominform. Depois da ruptura de 1948-53, a Liga dos Comunistas da Jugoslávia (designação a partir de 1952), restabeleceu as relações com o movimento comunista internacional. Apesar das crises posteriores com os partidos soviético — Hungria (1956) e 1959-60 — e chinês — revisionismo jugoslavo (1959-61) —, essas relações mantiveram-se sem as consequências ocorridas no anterior período.

¹⁷ Quanto a uma avaliação dessa direcção (1945-80), pode-se citar: « *A política externa de Tito é um exemplo raro de relativa incursão autónoma e com sucesso nas relações hierárquicas da ordem internacional e do domínio das inevitáveis sujeições periféricas dos pequenos países aos interesses das potências poderosas. O sucesso diplomático é flagrante porque a independência nas relações internacionais foi realizada com um Estado no espaço balcânico proverbialmente instável e na zona perigosa dos interesses indefinidos dos blocos. Trata-se de uma vulgar diplomacia activa e com sucesso em particulares circunstâncias históricas*». Kulhitch Todor, *Tito – estudo sociológico-histórico*, Zrenhanin, 2004, 240p. (em sérvio).

preparativos, organização, sessões, conversações, publicações, etc.— não há um fundo único, obrigando os investigadores a buscas por possíveis fundos relacionados com os objectivos das suas pesquisas e que se encontram, em Belgrado, no Arquivo da Jugoslávia (AJ) e no Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (ADMNE). Do mesmo modo, estes dois arquivos permitem, embora com um número de documentos mais reduzido, o estudo das posições jugoslavas a respeito do colonialismo português e suas relações com partidos e movimentos que, em Portugal e nas colónias africanas, lutavam contra o Estado Novo e pela independência nacional dos seus países. Tendo em conta a especificidade documental — do heurístico ao histórico —, optou-se por uma citação frequente dos testemunhos (traduzidos) na exposição dos resultados hermenêuticos, sem esquecer as cautelas metodológicas exigidas por tal escolha.

Quanto a outras fontes: após a integração do Arquivo Iosip Broz Tito (2009) no AJ, o seu importante arquivo fotográfico ficou no Museu da História da Jugoslávia; noticiários e documentários cinematográficos¹⁸ (Arquivo da *Filmske Novosti*); programas televisivos (Sector de Documentação da Rádio Televisão da Sérvia); arquivos sonoros (Radio-difusão da Sérvia); imprensa (Biblioteca Nacional da Sérvia).

No campo da bibliografia, os estudos sobre este período da história jugoslava não são numerosos e são mesmo inexistentes a respeito do colonialismo português e sua importância na política externa deste país¹⁹.

¹⁸ Segundo o diário *Borba* (9/Set./61), durante a Conferência de Belgrado, foram filmados 117 000m (71 horas) de película (35mm) por 14 câmaras, dos quais resultaram vários jornais de actualidades e documentários da *Filmske Novosti*. Um deles teve versões nos 5 idiomas oficiais da Conferência.

¹⁹ As razões para esta situação podem estar na legislação (30 ou mais anos para o direito ao acesso a documentos nos arquivos históricos), nas guerras e suas consequências político-económicas na década dos anos 90. Também, surgiram com o desaparecimento da Jugoslávia e a crise socioeconómica seguinte (e actual) outros temas de investigação na historiografia da Sérvia. Uma prova dessa mudança: o cinquentenário da Conferência de Belgrado reduziu-se, pode-se dizer, às cerimónias políticas.

Uma nota acerca da tradução dos textos em sérvio-croata²⁰: há poucas emendas lexicais ou estilísticas; fez-se a transliteração dos nomes; quando rara, a pontuação foi corrigida.

²⁰ Conforme os censos (1961 e 1991), a Jugoslávia tinha 18,5 e 23,5 milhões de habitantes e, entre os seus 5 principais idiomas, o sérvio-croata era a língua materna de 75% da população. Actualmente, há o sérvio, o croata, o bósnio e o montenegrino.

(II)

A viagem africana de 1961

A visita de Tito a 8 países africanos iniciou-se no Gana, em 28 de Fevereiro. Todavia, a viagem do *Galeb* começou duas semanas antes, em Split —escortado por 3 contratorpedeiros e um cargueiro, com cerca de mil tripulantes e membros da delegação — e a sua duração foi de 72 dias. Esta longa «*viagem de paz*» do presidente jugoslavo terminou no Egipto, onde ficou decidida a realização da primeira conferência do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Uma partida que coincidiu com a confirmação da morte do desaparecido Patrice Lumumba e de grandes manifestações em Belgrado, Zagreb e noutras cidades jugoslavas²¹. Iguamente, os recentes acontecimentos do «*Santa Maria*» (21/Jan.-2/Fev.) e em Angola (4-5/Fev.) tinham chamado as atenções internacionais para a política e o colonialismo portugueses. Atenções que aumentaram, durante a visita à Libéria (13-18/Mar.), com a insurreição e os «*milhares de mortos*» no Norte de Angola nos dias seguintes à

²¹ Em Belgrado, os protestos de dezenas de milhares de manifestantes terminaram junto à embaixada da Bélgica que foi assaltada e uma parte demolida e incendiada. O governo belga protestou «*com profunda indignação, porque não podia compreender que a polícia tivesse sido tão pouco eficaz*», como também pelas acusações jugoslavas de ligações da Bélgica com o assassinato de Lumumba. Já o embaixador dos EUA informou oficialmente (15/Fev.) que as autoridades jugoslavas «*protegeram eficazmente as representações americanas em Belgrado, Zagreb e Saraievo*».

votação da resolução²² (15/Mar.), apresentada por este país africano, no Conselho de Segurança da ONU, acerca da situação angolana. Apesar de rejeitada pela abstenção de 6 dos seus 11 membros (a sua aprovação exigia 7 «votos afirmativos»), esta resolução contou com os votos favoráveis dos EUA²³ e URSS. Nesses dias, o chefe da diplomacia jugoslava, Kotcha Popovitch²⁴, em Washington, falou com Dean Rusk²⁵ e outros diplomatas (Chester Bowles²⁶

²² Recorde-se que a Assembleia-Geral já tinha aprovado duas resoluções (15/Dez./60) acerca dos «*territórios administrados por Portugal*» (Resolução 1541 e 1542).

²³ Numa «*Informação acerca de Angola*» (5/Abr./61), «*o representante dos EUA sublinhou como indispensável a necessidade de uma gradual, mas sistemática e rápida melhoria da situação em Angola, alegando na anterior resolução da ONU que obrigava Portugal a entregar um relatório sobre a situação nas suas colónias, os preparativos do povo para a independência e de colaborar com a ONU. // A demonstração americana de carácter anticolonial no Conselho de Segurança teve uma recepção muito favorável entre os africanos e surpreendeu os aliados ocidentais, embora isto tenha sido somente uma concessão formal de carácter tático. A reacção de Portugal à atitude dos EUA no CS foi muito dura. Como seguinte protesto à atitude dos EUA, o governo português organizou uma manifestação em frente do consulado americano em Luanda durante a qual foram demolidos o edifício e automóveis.*» (AJ, KPR, I-5-a).

²⁴ Konstantin Kotcha Popovitch (1908-92) – Estudante (Suíça e Paris), tenente (reserva) de artilharia do exército jugoslavo, escritor, membro do PCJ, oficial do exército republicano na Guerra Civil de Espanha (1937-39), combatente da luta de libertação jugoslava (1941-45), general-coronel do exército popular jugoslavo, chefe do Estado-Maior do EPJ (1948-53) e secretário federal dos Negócios Estrangeiros (1953-63). Foi, ainda, Vice-Presidente da República (1966-67) e ocupou outras funções estatais e partidárias até 1972, quando se retirou da vida política devido às mudanças políticas (demissão dos dirigentes «*liberais*») na Sérvia impostas por Tito.

²⁵ Dean Rusk (1909-94) – Secretário de Estado dos EUA (1961-69).

²⁶ Chester Bowles (1901-86) – Político (subsecretário de Estado, 1961) e diplomata (embaixador na Índia, 1951-53 e 1963-69). Nas conversações com Popovitch (17/Mar./61), depois de terem discutido a situação no Congo, Bowles disse, segundo as notas do embaixador jugoslavo, o seguinte: «*consideravam que os brancos são insensatos na USA (N.doT.: União Sul-Africana) e em Angola e por isso esperavam conflitos. O embaixador da USA disse aos americanos que deviam olhar para os seus assuntos e que não tinham nada a ver com estas*

e George Kennan²⁷) sobre os últimos acontecimentos em Angola, Congo e na União Sul-Africana (USA).

As visitas aos países seguintes (Guiné, Mali e Marrocos) decorreram também com a divulgação notícias de Angola²⁸. No último país, em Casablanca, realizou-se, duas semanas depois da partida do *Galeb*, a I Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas²⁹, que mereceu as atenções da embaixada jugoslava. A segunda passagem pela Argélia decorreu sem incidentes³⁰ e, durante a visita oficial à Tunísia (9-14/Abr.), outra notícia, esta sobre o primeiro homem no espaço, Iuri Gagarin, correu o mundo. Ali, além das conversações com Bourgiba, Tito

coisas. Bowles respondeu-lhe que tinham porque o povo da USA chamará os EUA para os ajudar. A sua posição acerca de Angola não se mudará e é firme» (AJ, KPR, I-5-a). Também, conhecia a situação em Moçambique através do memorando que recebeu (Mai./61) de Eduardo Mondlane, que considerava uma «*moderate person with the potential for top leadership in Mozambique*». (<http://www.cphrc.org/index.php/documents/colonialwars/mozambique/175-1961-05-23-letter-about-eduardo-mondlane-from-chester-bowles-to-mcgeorge-bundy>, consultado em Dez./2011).

²⁷ George Kennan (1904-2005) – Diplomata, politólogo e historiador. Embaixador na URSS (1952) e na Jugoslávia (Mai./61-Jul./63). Poliglota (falava português). Entre 1942 e 1943, esteve em Lisboa (conversações com o governo português por causa das bases militares nos Açores).

²⁸ As ligações rádio com Belgrado, através de um reforçado serviço de comunicações (em pessoal e meios técnicos), permitiam essa permanente troca de informações.

²⁹ A primeira CONCP realizou-se de 18 a 20 de Abril. Dezenas de páginas dos seus documentos encontram-se no ADMNE e AJ.

³⁰ Devido ao apoio político e militar à FLN argelina, as relações franco-jugoslavas caracterizavam-se por inúmeros incidentes e protestos como, por exemplo, com o caso de dois cargueiros jugoslavos, aprisionados em águas internacionais pela marinha de guerra francesa, por carregamentos de armas para a FLN (1957 e 1958). Num total de outros 8 barcos revistados, a inspeção do último (Mar./61) coincidiu com a viagem do *Galeb*. Porém, mesmo após a independência argelina (Jul./62), essas relações nunca foram muito amistosas entre De Gaulle e Tito, talvez devido à condecoração francesa concedida, em 1944, ao general Draja Mihailovitch, o chefe dos tchétniques sérvios. *Vide* Matveievitch Predag, «*História e mito — De Gaulle-Tito-Mihailovitch*», em croata. (<http://www.e-novine.com/drustvo/40743-Povijest-mit.html>, consultado em Dez./2011).

encontrou-se com Ferhat Abbas, presidente do Governo Provisório argelino, reafirmando o direito do povo argelino à independência e confirmando o comunicado conjunto assinado por ambos na Jugoslávia (Jun./59). A caminho do Egipto, a última etapa desta viagem (17-22 Abr.), soube-se da invasão de Cuba e da derrota dos invasores na Praia de Gíron, terminando com as notícias do «*putsch dos generais*» na Argélia.

Além dos aspectos políticos e dos resultados obtidos, esta viagem conta com uma numerosa documentação que permite saber factos e opiniões dos principais membros da delegação, de Tito e dos seus anfitriões — entre eles, Nkrumah, Sékou Touré, Modibo Keita e Nasser mereceram as maiores atenções —, assim como dos preparativos (da organização aos custos), dos relatórios (conversações e reuniões) e tantos outros pormenores desta viagem que contribuiu para uma maior afirmação da Jugoslávia e do seu presidente a nível internacional.

Cada um dos 8 países visitados tinha o seu «*material preparatório da viagem*» e de «*informação política*» a que se juntaram as «*notas das conversações*», «*comunicados conjuntos*», «*discursos, saudações, entrevistas e declarações*» e os «*diversos*». Como o primeiro país desta viagem³¹, a preparação do programa da visita ao Gana serviu de modelo para os restantes países, havendo a sua adaptação ao grau de desenvolvimento das relações político-económicas com a Jugoslávia e às posições na política internacional de cada um deles. Igualmente, o discurso de Tito (*Vide Anexo-1*) no Parlamento ganês (2/Mar.) foi depois o paradigma para todos os outros que proferiu nesta viagem. Por isso, mereceu uma grande atenção de Tito e dos diplomatas com quem discutiu a sua elaboração desde o seu manuscrito ao texto final. A documentação existente permite acompanhar estas fases e intervenções em alguns rascunhos cheios de cortes e emendas.

Um discurso que começou com as habituais saudações protocolares, as referências aos laços de amizade entre os dois países,

³¹ A visita ao Gana tem cerca de 500 páginas de documentos (AJ, KPR-I-2/13), sendo uma das mais bem documentadas.

ao colonialismo, à África e à Indochina. Entre outros temas, é de sublinhar os seguintes: a situação no Congo (o assassinato de Lumumba, o papel da Bélgica e a cumplicidade da ONU) e em Angola; *«a política sem escrúpulos de discriminação racial»* do governo da União Sul-Africana e *«a sangrenta epopeia do povo argelino»*; a questão da luta contra o colonialismo e o seu desaparecimento, avisando que *«era ingénuo acreditar que a liquidação do colonialismo dependia da boa vontade das potências coloniais ou que elas dão alguma coisa a alguém, a não ser quando são obrigadas, sob a pressão dos movimentos de libertação e da opinião pública mundial, a retirar-se»*; a importância dos problemas económicos e das dificuldades de desenvolvimento dos novos estados devido ao passado colonial e ao actual comportamento dos países colonialistas; o perigo do alargamento da Guerra Fria às regiões coloniais; comparação da história jugoslava e a dos novos estados africanos; quanto ao apoio jugoslavo *« não houve nem um povo colonial a quem a nova Jugoslávia não prestou total ajuda política e moral à sua luta pela liberdade e independência. Também, no futuro, nós continuaremos tal política»*.

Dirigindo-se, novamente, aos presentes, Tito retomou a crise congoleza, acusando *«os colonialistas belgas e os círculos imperialistas no mundo»* com os *«seus representantes e diversos usurpadores do tipo de Mobutu, Tchombé, Kalonji e outros semelhantes»* a que se juntaram *«alguns órgãos e funcionários das Nações Unidas e, antes de todos, o secretário-geral»*. Concluiu: *«Para eles, antes de tudo e sobretudo interessa-lhes o Congo belga — um Congo submetido à dominação estrangeira, cuja riqueza os colonialistas exploraram quase um século inteiro.»*

Mas, voltando às referências sobre a insurreição em Angola, há um documento³² com as notas estenográficas da discussão sobre *«as teses e os conceitos»* para este discurso entre Vélheko

³² Meia-dúzia de páginas dactilografadas cheias de sublinhados, frases riscadas e algumas notas nas margens. Embora sem data, é de supor que este documento seja dos primeiros dias desta viagem.

Mitchunovitch³³ e Leo Mates³⁴ (*Vide Anexo-2*) — dois diplomatas experientes, sendo um deles o secretário-geral do Gabinete do Presidente da República — que comprova a sua importância no contexto político internacional e mostra uma escolha de informações e argumentos para analisar (e condenar) o colonialismo português. Este é um dos exemplos mais citados, conjuntamente com os do Congo, Argélia e do «apartheid» sul-africano, para salientar que «o colonialismo e a situação internacional, ou seja, os problemas entre as grandes potências e a Guerra Fria não são mais uma questão separada». Assim, não se podia resolver «as relações entre as grandes potências e conseguir a coexistência entre elas sem a resolução da questão colonial».

Depois do regresso à Jugoslávia, Tito discursou, em Belgrado (27/Abr.), falando da visita a «um decidido e grande continente onde milhões de pessoas» tinham então possibilidades de respirar mais livremente e de construir o seu futuro mais feliz, comparando o seu «exuberante élan» com o entusiasmo jugoslavo, em 1945, a seguir à libertação. Resumiu a crise política internacional (*Vide Anexo-3*)

³³ Vélheko Mitchunovitch (Tsetinhe,1916-Belgrado,1982) – Membro do PCJ e dirigente estudantil na Universidade de Belgrado(1935). Em 1941, no Montenegro, foi um dos organizadores da resistência contra o ocupante italiano. Combatente do Exército de Libertação Popular da Jugoslávia, após 1945, ocupou importantes funções estatais e partidárias. Até 1952, no Ministério do Interior e, a seguir, no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Embaixador na URSS (1956-58 e 1969-71) e nos EUA (1962-67). Autor de «*Anos de Moscovo, 1956-58*» e «*Anos de Moscovo, 1968-71*» (várias edições estrangeiras).

³⁴ Leo Mates (Osíiek,1911-Belgrado,1991) – Estudante e dirigente do movimento estudantil na Universidade de Zagreb. Membro do PC jugoslavo, esteve preso várias vezes entre 1933 e 1941. Durante a guerra (1941-45), combatente do ELPJ. No pós-guerra, redactor-chefe da Tanjug e diplomata no Reino Unido. Entre 1954-58, embaixador nos EUA e representante da Jugoslávia na ONU. Secretário-geral do Gabinete do Presidente da República (1958-61) e, depois, secretário-adjunto dos Negócios Estrangeiros. Director do Instituto de Política e Economia Internacionais de Belgrado e autor de várias obras sobre as relações internacionais («*Não-Alinhamento*», 1970; «*As Relações Internacionais da Jugoslávia Socialista*», 1976; e «*A Política das Grandes Potências e o Armamento*», 1988).

e, sem mencionar números, descreveu as grandes dificuldades económicas desses povos e a necessidade de apoios. Afirmou que *«o colonialismo é uma coisa ultrapassada e que é preciso liquidar quanto antes em todas as suas formas»*, considerando-o *«um absurdo»* que ameaçava acender uma *«nova fogueira mundial»*.

(III)

As relações da Jugoslávia com Portugal e os movimentos de libertação das suas colónias

O encerramento da legação jugoslava em Lisboa (Abr./48), exigido pelo governo português³⁵, e o corte das relações entre os PCP-PCJ³⁶, após a mencionada ruptura no Cominform nesse mesmo ano, somados a outros acontecimentos na década seguinte — o conflito do Vaticano com a Jugoslávia, o apoio jugoslavo à Índia na questão do «Estado Português da Índia», a ausência de qualquer contacto por parte do PCP e outros — podem justificar este interregno nas ligações (estatais ou partidárias) entre os dois países. Porém, a partir dos fins da década dos anos 50, a situação política em Portugal e nas suas colónias começou a aparecer com alguma frequência na correspondência das embaixadas e das organizações políticas jugoslavas. Informações essas que não seriam muito numerosas, pois um político e diplomata, como Alex Bebler³⁷, fez «*duas ou três*

³⁵ Não houve um corte de relações diplomáticas, tendo sido mantidas, como foi proposto pelo governo português, através das embaixadas dos dois países em Paris até meados de 1974.

³⁶ Sobre a sua duração (fins de 1948 a Dez./63) e as relações entre os dois partidos, ver o nosso «*Dois viagens de Álvaro Cunhal à Jugoslávia (Dez./47 e Out./64)*», in *Vértice* n.º 128, Mai./Jun. 2006.

³⁷ Político e diplomata jugoslavo (1907-81). Estudante da Universidade de Ljubljana (Direito), membro do PCJ, exilado político em França (1929), onde continuou e terminou os estudos em Direito (Paris). Viveu, depois, na Bélgica, URSS e outros países europeus. Em 1937, na Guerra Civil de Espanha, combatente das Brigadas Internacionais, onde foi ferido duas vezes. Em 1938, regressou à Jugoslávia e esteve preso durante um ano. Durante a II Guerra Mundial (1941-45),

observações acerca de Angola e Moçambique porque tinham muito poucos dados» a seu respeito. Segundo ele (Out. 59), na «bibliografia»³⁸ encontra-se a explicação para como os portugueses conseguiram limar as arestas dos movimentos de libertação nacional, porque não praticam qualquer discriminação e misturam-se socialmente. Há também bastantes matrimónios mistos. Esta gente é geralmente unida. Isto parece uma das razões por que não há movimentos de libertação nacional assim tão importantes e que lá os movimentos quando começarem a expandir-se um pouco serão sociais ³⁹».

Noutro documento (Nov./59), dividia-se ainda, «*sob o aspecto da força e sucesso da luta de libertação nacional*», a chamada «*África Negra*» em três regiões: a primeira ia do Senegal ao Congo; uma segunda com menos sucesso (África Oriental britânica e África do Sul); e a terceira com «*os movimentos de libertação nacional mais fracos*» (colónias portuguesas de Angola e Moçambique, Bechuanalândia, etc.).

Todavia, a leitura e o estudo destas informações permitem acompanhar esse interesse crescente por uma maior recolha de informações sobre o colonialismo português, mas igualmente a sua discussão numa comissão, como a das relações internacionais da LCJ e da ASPTJ⁴⁰, que ocupou um lugar importante na condução

teve importantes funções político-militares na Eslovénia. Em fins de 1945, ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros. Nestas funções, participou nas conferências e reuniões internacionais mais importantes. Como delegado jugoslavo, esteve nas primeiras seis sessões da Assembleia-Geral da ONU e foi representante permanente da Jugoslávia no Conselho de Segurança (1950-51). Em 1952, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e, depois de 1954, embaixador em França, Indonésia e Índia. Em 1963, juiz do Tribunal Constitucional da Jugoslávia e, em 1967, membro do Conselho da Federação. Foi membro do CC PCJ/LCJ e da LC da Eslovénia.

³⁸ Embora, não tenha citado nenhum autor ou as fontes das suas afirmações, é de supor que, pelo menos, durante a sua estada nos EUA (ONU), teve conhecimento da obra de Gilberto Freire e do seu luso-tropicalismo.

³⁹ AJ, 142, F-37. O documento seguinte encontra-se também no AJ (507, IX, s/a-79-132).

⁴⁰ As sessões gravadas desta Comissão e as suas transcrições (dezenas de páginas dactilografadas por reunião) — apresentação e discussão dos documentos (relatórios de visitas, congressos, estudos, etc) antes distribuídos aos membros —

da política externa deste país. Contudo, acrescente-se, a longa inexistência de contactos com a oposição política portuguesa⁴¹ impediu efectuá-los com a facilidade e alguma frequência que já existiam, em 1960, com os movimentos angolanos (MPLA e UPA).

Assim, sabe-se que, na II Conferência dos Povos Africanos (Tunis, Jan./60), um funcionário da ASPTJ⁴², Dimitríie Babitch⁴³, encontrou-se com os membros dos movimentos das colónias portuguesas⁴⁴ e, três meses passados, em Acra, voltou a falar com Gilmore⁴⁵ que lhe disse desejar visitar a Jugoslávia, «*eventualmente em Junho*», antes da independência do Congo. Pediu-lhe, ainda, para lhe mandarem «*material da Jugoslávia para poder conhecer a história da Jugoslávia e os actuais problemas*», pois se interessava muito pela experiência jugoslava «*acerca de diversos problemas na construção do país*».

Quanto a Angola, haveria 500 000 refugiados⁴⁶ no Congo e que «*o seu partido tinha organizações em quase todo o país, mas eram ilegais. Estão orientados para a preparação da luta armada, porque*

começaram em fins dos anos cinquenta e tiveram, durante três décadas, diferentes periodicidades (semanais a bimensais) e presenças dos seus membros (20 a 40 por sessão).

⁴¹ As datas das primeiras conversações foram as seguintes: FPLN (Fev./62); PCP (Out./1964).

⁴² A Aliança Socialista do Povo Trabalhador da Jugoslávia tinha a seu cargo as relações com a maioria das organizações, partidos e movimentos políticos estrangeiros, excepto com os partidos comunistas que pertenciam à Liga dos Comunistas da Jugoslávia.

⁴³ Na ASPTJ, teve a seu cargo as relações com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, a FPLN e a ASP. Depois, diplomata, na embaixada na Tanzânia (antes de 1974), e, mais tarde, embaixador, em Angola.

⁴⁴ Além do citado Gilmore (o nome Holden Roberto só apareceu meses mais tarde), estiveram, em Tunis, Lúcio Lara, Viriato Cruz, Hugo Meneses e Amílcar Cabral. Todavia, não foram encontrados documentos sobre esses encontros, que são mencionados noutros documentos posteriores.

⁴⁵ «*Nota da conversação com o secretário-geral do Partido Democrático de Angola, Gilmore*», 10/Abr./60 (AJ,507,IX,3/I-1).

⁴⁶ Um número que, em 1961, oscilou noutros documentos entre os 30 000 e 600 000 refugiados.

difícilmente é possível de outra maneira ⁴⁷conseguir seja o que for dos portugueses».

Como além desta curta nota — a próxima menção a uma viagem à Jugoslávia só apareceu, muitos meses depois⁴⁸, numa proposta de programa —, é de supor que as ligações, pelos traços documentais encontrados, não foram muito frequentes em 1960. Contudo, a recomendação para que essa visita não coincidisse «*com a estada de Mário Andrade*» — um convite tinha sido feito, no Cairo, ao presidente do MPLA (Mar./61) — apontava para uma maior atenção para com essas relações. Dessas visitas, só a de Holden Roberto se realizou em Agosto desse ano.

Embora com atraso⁴⁹, o encontro e a «*conferência de imprensa*» de dirigentes nacionalistas, em Londres (Dez./60), mereceram uma «*breve informação acerca dos movimentos nacionais das colónias portuguesas em África*» por parte da embaixada jugoslava, em que se sublinhou a realização de uma próxima «*conferência dos representantes de todos os movimentos das colónias para a criação do Comité Coordenador permanente.*»

Neste documento (6 páginas) há referências ao texto publicado, posteriormente, com críticas à resolução da ONU (Nov./60) que pediu a Portugal um relatório «*sobre a situação nos seus “territórios ultramarinos”*» sem exigir a garantia dos «*direitos humanos fundamentais para todos os habitantes desses territórios*», ou «*o direito dos povos desses territórios à autodeterminação e independência*». Além dessas e doutras reivindicações, como

⁴⁷ Estes sublinhados vermelhos de esferográfica encontram-se noutra cópia deste documento (AJ, 507,IX,144/XXVII-12).

⁴⁸ Embora sem data ou assinatura, pelo texto, pode-se saber que era anterior a Junho de 1961 e da autoria do mesmo funcionário. Durante esse mês, estava marcada uma reunião, na ONU (Nova-Iorque), com Holden Roberto, tendo sido sugerido um novo convite para que visitasse a Jugoslávia nesse Verão.

⁴⁹ Um atraso encoberto por um «*recentemente*» e sem a data da sua realização. Este anexo é de 8/Mar./61 e, possivelmente, da autoria do conselheiro Milan Stoiakovitch que, em finais de 1974, será o primeiro embaixador jugoslavo em Portugal.

a «*amnistia para todos os presos políticos*» e a retirada de todos «*efectivos militares e agentes da policia política desses territórios*», os subscritores deste documento criticaram as ilusões nas possibilidades de uma «*libertação pacífica*» (em Goa, havia organizações que eram por meios não-violentos) nas condições de um «*governo fascista em Portugal*» e a ausência da condenação da política colonial portuguesa por parte da OTAN.

Após uma descrição político-económica das colónias portuguesas em África, nas «*observações gerais*», uma delas é relativa às «*Actividades do PC de Portugal*». Através de algumas informações, cujas fontes não foram mencionadas, o PCP fazia «*alguma coisa pela organização dos africanos nos territórios africanos, mas nisso tinha resultados bastante insignificantes*». Uma excepção: os resultados da sua actividade «*entre, de resto, um pequeno número de “assimilados” que se encontra[va]m por diferentes motivos em Portugal*». Sublinhe-se, ainda, que esta foi uma das poucas referências a seu respeito na reduzida documentação relativa a Portugal desses anos.

O «Santa Maria»

Antes da chegada do documento anterior a Belgrado, os telegramas cifrados e o correio via mala diplomática sobre «*a acção do “Santa Maria”*» aparecem na correspondência enviada pelas embaixadas⁵⁰ jugoslavas (Caracas e Rio de Janeiro) para o seu ministério. Segundo o embaixador na Venezuela, Lazar Udovitchki⁵¹, que foi contactado por diversos elementos do DRIL,

⁵⁰ Em 1961, a designação de legação foi substituída por embaixada na classificação das missões diplomáticas jugoslavas.

⁵¹ Lazar Udovitchki (Budapeste, 1915-Belgrado, 1997) – Estudante da Universidade de Praga, membro do PCJ e combatente das Brigadas Internacionais na Guerra Civil de Espanha (1937-39). Em França, preso nos campos de concentração (1939-41) e membro da Resistência francesa (1941-43). Capturado, em 1943, esteve até ao fim da guerra em prisões francesas e alemãs. Na Jugoslávia,

«a revolta» neste barco influenciou o «atear da luta de Angola, particularmente, porque os revoltosos fizeram declarações que tencionavam desembarcar em Angola». Os acontecimentos em redor do 4 de Fevereiro mostraram que «Angola saiu do quadro da questão interna de Portugal e tornou-se uma questão de carácter internacional». Também, além dos preparativos e relatos da «primeira grande acção [do DRIL que deveria] chamar a atenção do mundo para a sua luta pelo derrubamento do regime fascista na Península Ibérica», estas duas dezenas de documentos⁵² abrangem posteriores reuniões do citado diplomata jugoslavo com alguns dos seus dirigentes (excepto Henrique Galvão) da chamada «Operação Dulcineia».

Houve, ainda, encontros de membros do Governo da República Espanhola com os embaixadores jugoslavos no México e em França por causa da «acção do “Santa Maria”» e das suas possíveis consequências em Espanha. Assim, para Julio Just, porque a oposição contra Salazar era particularmente forte — tanto entre os

após funções no governo da República Popular da Sérvia, ocupou diversos cargos diplomáticos (Buenos Aires, Milão, Brasil) e foi embaixador na Venezuela e no Uruguai. Posteriormente, membro e secretário do Conselho da Federação. Escreveu *Španija moje mladosti (A Espanha da minha juventude)*, Belgrado, 1997.

⁵² Entre eles, uma «carta cifrada» de 4 páginas (Caracas, 29/Jan./61), assinada por Udovitchki, com «os dados que lhe deu Julio Formoso, jornalista e membro da direcção ilegal do DRIL» acerca da «tomada do barco». Noutra carta (2 pág.), enviada no dia seguinte, relativa a outra visita de Formoso com as seguintes informações: as últimas notícias do «Santa Maria» eram que ia a caminho de um porto brasileiro; o DRIL tinha relações «com Alvarez de Vayo e o presidente Barrio, mas não com todo o governo» republicano espanhol; «a seguinte etapa da luta» (armas, apoios e relações com a Jugoslávia); o comportamento do «embaixador cubano que os recebia bem no início, mas que depois de repente lhes fechou a porta» devido às instruções recebidas «após a conversação de Santiago Carrillo com Che Guevara, onde Santiago os apresentou de forma difamatória»; o mesmo se passou com um dirigente do PC da Venezuela; como na reunião do dia anterior, tinha falado da «difícil situação material em que se encontravam 11 famílias dos participantes na acção do barco», o embaixador jugoslavo escreveu para terminar que «lhe entreguei hoje a minha contribuição pessoal e do colectivo da legação no valor de 2 000 bolívares (N.do T.: 465 dólares)». (ADMNE, Portugal, F-108, 1961).

estudantes e o exército, como na marinha de guerra —, «a passagem de algumas (do total de 25) unidades para o lado do Delgado poderia permitir a tomada do poder nas possessões portuguesas e depois o desembarque em Portugal, o que também levantaria imediatamente a Espanha⁵³». Mesmo, após cinco meses, havia «a probabilidade de que o governo de Salazar caísse ainda antes do fim do ano o que provocaria claramente um irresistível movimento contra Franco», prevendo-se, por isso, «a possibilidade da mudança do governo republicano para Lisboa⁵⁴». Igualmente, por esses dias de Julho, outro político republicano, exilado em França, José del Barrio disse ao embaixador Tchernei: «A queda do regime de Salazar, mais cedo ou mais tarde segura, irá ter, tendo em conta a situação em Espanha, [...] imediatas repercussões ali. O regime de Franco sobreviverá ao de Salazar só alguns dias ou semanas no máximo⁵⁵».

Em Caracas, «o capitão Fernandes do barco “Santa Maria”», que tinha regressado recentemente do Brasil, visitou o embaixador Udovitchki para lhe falar, em nome do DRIL, de uma «situação politicamente muito mais favorável do que antes da tomada do barco» e apresentar o pedido para a realização do seu congresso — «máximo 20 a 25 pessoas» e «dentro de 2 meses» — na Jugoslávia⁵⁶. Uma escolha que consideraram a mais apropriada

⁵³ Telegrama (Paris, 3/Fev./61) do embaixador Tchernei para Belgrado acerca da visita, no dia anterior, do «vice-presidente do governo espanhol Just» e da sua avaliação da «acção do “Santa Maria”», (ADMNE, *idem*).

⁵⁴ Neste telegrama (22/Jul./61), além de diversas informações sobre a situação política espanhola, Julio Just voltou a falar ao embaixador Tchernei dessas possíveis mudanças em Portugal, embora sem mencionar as suas fontes ou explicar a ausência dessas mudanças, (ADMNE, *idem*).

⁵⁵ Embora este telegrama tenha a mesma data de o anterior, é possível que as duas conversações não tenham ocorrido no mesmo dia, (ADMNE, *idem*).

⁵⁶ Nesta «carta cifrada» (19/Jun./61), como noutros documentos, o nome deste dirigente do DRIL, Jorge Sotomayor, nunca foi mencionado (ADMNE, Portugal, F-108,1961). Também, não fez qualquer referência à saída de Henrique Galvão, acusado de colonialista e traidor, em Maio, por muitos militantes do DRIL. Ver: D.L.Raby, «O DRIL (1959-61). Experiência única na Oposição ao Estado Novo», Penélope, n.º16, 1995, p.63-86(<http://www.penelope.ics.ul.pt/pages/todo.htm>).

para a sua realização secreta e a guarda do seu arquivo. Como o seu interlocutor lhe chamou a atenção para a próxima Conferência de Belgrado, o próprio Fernandes (Sotomayor) propôs outra data e referiu-se mesmo a Marrocos, «*como segundo país*», embora considerasse a Jugoslávia muito mais indicada para esse fim. Porém, a resposta a este pedido, dada dias depois, foi negativa⁵⁷.

Da «Abrilada» à viagem de Humberto Delgado a Belgrado

Entre os acontecimentos políticos portugueses da primeira metade de 1961, encontra-se a tentativa falhada do golpe de Estado em Portugal (11-13/Abr.), a chamada «Abrilada». De «*fontes seguras*», poucos dias após essa tentativa, numa «*carta cifrada*» (22/Abr./61) da embaixada jugoslava no Brasil, podia-se ler que a missão de Afonso Arinos, ministro das Relações Exteriores, em Portugal «*foi de acordo com os EUA*», coincidindo a sua chegada (6/Abr.) com a do ministro francês Couve de Murville⁵⁸. Igualmente,

⁵⁷ (ADMNE, *idem*). O telegrama do SENE (30/Jun./61) diz: «*Não se deve dar resposta concreta acerca da realização do congresso no nosso país, porque não temos dados suficientes acerca deles. Ao Fernandes dizer de maneira conveniente que o congresso teria mais efeito caso fosse realizado mais perto do seu país.*» Segundo D.L.Raby (*idem*, p.77), «*[...] Outra informação da PIDE fala de um congresso do DRIL a realizar um pouco mais tarde em Belgrado, mas não temos qualquer confirmação de outras fontes*». Além da confirmação, pela comparação de fontes, a data da citada «*informação secreta*» (6/Jun./61) revela que a PIDE sabia do congresso antes do pedido ter sido apresentado pelo DRIL, em Caracas, ao embaixador jugoslavo.

⁵⁸ Esta visita foi o assunto principal numa reunião, no Quai d'Orsay, em que o diplomata jugoslavo recebeu, entre outras, as seguintes respostas do seu interlocutor francês: «*A situação interna em Portugal não os preocupava. Consideram que Salazar tem a situação nas mãos. A última mudança no Governo representa a eliminação dos elementos que eram por uma política "mais liberal" nos territórios ultramarinos, em particular em Angola, mas não pelo abandono de Angola e a concessão da independência. [...] Consideram que as discussões na ONU acerca de Angola não contribuem para encontrar uma solução construtiva. Angola é um assunto interno de Portugal. Esta é a opinião do MNE francês*». Quanto à visita de Couve de Murville «*não teve algum significado maior. Retribuição de visita*». Telegrama (Paris, 17/Abr./61), ADMNE, *idem*.

conforme a política africana do novo presidente dos EUA, John Kennedy, como o então «*desenvolvimento em África [...favorecia] os russos*» e para um «*verdadeiro, anticolonialismo [era] necessário efectuar preparativos. Propuseram destituição de Salazar por junta militar que segundo o modelo do De Gaulle prepararia a “solução” de Angola, [...]. A acção seria provocada pelo Brasil, de forma a não ter o selo americano.*» O presidente Jânio Quadros teria aceitado esta proposta estado-unidense «*e o objectivo da viagem de Arinos foi o contacto com os representantes da junta tendo à frente o ministro da Defesa*». Porém, acrescenta-se neste documento que «*o embaixador português no Brasil soube e informou pessoalmente Salazar, de maneira que este tomou todas as medidas e imediatamente após o regresso de Arinos substituiu todas as figuras-chave militares, decretou a mobilização em Angola e reforçou o terror.*»

Para terminar estas informações, no «*caso da inevitabilidade da libertação de Angola os americanos joga[va]m também na carta do movimento UPA-aborígene e nos portugueses que est[avam] de acordo com solução conforme o modelo da Libéria.*» Quanto a «*Delgado e Galvão, inimigos pessoais de Salazar*», estes não representavam «*factores*» que contassem a sério «*seja aqui, ou seja nos EUA.*»

Como foi o único documento⁵⁹ encontrado sobre esta viagem ou com referências a seu respeito, as numerosas perguntas que podiam ter sido colocadas não são conhecidas. Relativamente à ausência de comentários nesta «*carta cifrada*» pode ser explicada pelo facto deste tipo de documento se cingir, habitualmente, a um simples relato das informações, ficando as análises para as notas ou relatórios enviados por correio diplomático. Perguntas essas que poderiam ter sido um dos (possíveis) temas das reuniões havidas, em Belgrado, com Humberto Delgado, embora a documentação existente a seu respeito não o permite saber. Contudo, sabe-se que esteve em finais de Setembro desse ano na capital jugoslava, mas os poucos documentos relativos à sua estada (27Set./4Out.), como

⁵⁹ (ADMNE, *idem*).

convidado da Liga Jugoslava da Paz⁶⁰, não dão muitos dados acerca do que fez e com quem falou. Não obstante, há o seu telegrama, enviado da primeira estação ferroviária jugoslava na fronteira com a Itália, para o MNE em Belgrado a comunicar a chegada pelas 23 horas dessa quarta-feira, onde seria esperado, segundo a decisão do mesmo ministério, «*pelo camarada Lhuba Iosifovitch da Liga da Paz* ⁶¹» como um convidado «*sem particular tratamento, privado*» dessa organização. Após um pedido da embaixada da Índia sobre a presença na Jugoslávia do «*líder da oposição portuguesa*» (4/Out.), a sua partida para Marrocos por via aérea, na manhã desse dia, foi confirmada. Às perguntas se Delgado se encontrou com alguns dos dirigentes do SENE e da ASPTJ, «*ou, talvez, até o tenha recebido o Presidente da República*», o diplomata jugoslavo (autor da «*nota*» sobre este assunto) respondeu que nada sabia, mas quanto lhe era conhecido não houve tais reuniões ou encontros.

Conversações com a UPA (Holden Roberto)

Voltando às relações com a UPA, em Nova-Iorque (20/Abr./61⁶²), um diplomata da missão jugoslava na ONU, Osman Djikitch, encontrou-se com Holden Holden que lhe falou sobre a situação no Congo, em Angola, da ONU e das suas próximas viagens — Acra (convidado por Nkrumah), Libéria (reunião dos países dos grupos de Casablanca e de Brazaville) e a Leopoldville — até ao seu regresso, em fins de Maio, para organizar «*uma espécie de representação política de Angola junto da ONU segundo o exemplo da representação do governo provisório da Argélia*». Como não

⁶⁰ Embora (ADMNE, *idem*) o seu arquivo não se encontre no AJ — onde devia estar, pois esta organização já não existe há mais de uma dezena de anos —, não está confirmado o seu desaparecimento.

⁶¹ ADMNE, F-108, Portugal (1961). Outros documentos (AJ, 507/IX, 10-V).

⁶² Nesse dia, em Casablanca, terminou a I CONCP.

houve qualquer referência à viagem à Jugoslávia, pode-se pressupor que a citada proposta de programa foi posterior a este encontro.

Por esta nota, fica-se a saber que «*Holden Roberto e Gilmore são a mesma pessoa e o nome Gilmore serviu a Roberto*» para esconder a sua «*identidade perante os portugueses*». Também, que «*desde 1956, se encontrava na emigração*», tinha passaporte tunisino e era «*presidente da União da População de Angola*». No Congo, contava com «*o apoio de uma parte do governo em Leopoldville*», pois o presidente Kasavubu era «*contra a UPA e sua actividade do território do Congo*». Todavia, «*não se podia opor directamente*» por causa da posição de «*muitos do seu governo*» e o apoio do povo e do exército congolezes.

Quanto a Angola, além de 30 000 refugiados⁶³ no vizinho Congo, teriam «*4-5000 combatentes, mas com fraco equipamento*» e um «*território libertado de cerca de 400 quilómetros quadrados*». O principal problema era o armamento e as munições, pois a única possibilidade de abastecimento que existia era através do Congo e «*todos os restantes caminhos e territórios fronteiriços não podiam ter-se em conta*», estando até as costas guardadas com a «*ajuda de unidades navais dos EUA*».

Além da UPA, havia o «*Movimento de Libertação de Angola*», cujo líder Andrade vivia na emigração desde 1947⁶⁴ e, nessa altura, estava em Conacri. Estes eram os únicos movimentos que actuavam tanto no interior, como no exterior do país. Igualmente, o diplomata jugoslavo anotou que «*a tarefa principal de todo o movimento de libertação e das forças em seu redor num dado momento consistia no esforço de internacionalizar todos os problemas de Angola e a luta do seu povo juntamente à realização da unidade dos movimentos tanto no país como fora dele*».

⁶³ Como se mencionam 130 000 refugiados noutros documentos, coloca-se a possibilidade de erro por parte do subscritor desta «*Nota*».

⁶⁴ Holden Roberto enganou-se no ano da partida para Lisboa (1948), onde se matriculou na Faculdade de Letras (Filologia Clássica). Em 1954, partiu para Paris.

Então, no quadro da ONU, as acções pela liquidação do colonialismo contavam com tempos e condições favoráveis, embora, na opinião de Holden Roberto, deveriam ser cautelosos e ter em conta que não se repetisse o caso do Congo. Receava que as acções dos portugueses, apoiados pelo Ocidente e os EUA, não fizesse algo semelhante ao que os belgas fizeram no Congo e, dessa maneira, criarem uma situação ainda mais difícil. Por isso, era contra uma excessiva actuação directa da ONU. Considerava que, nessa altura, o mais importante era conseguir a formação de uma comissão de inquérito para apresentar um relatório sobre Angola na XVI Sessão da Assembleia-Geral. Paralelamente, insistir junto da ONU para dar a maior ajuda possível aos refugiados angolanos «*e começar a solução deste difícil problema*».

Outros temas abordados foram os contactos que teve com a representação diplomática jugoslava na capital do Congo, antes do seu encerramento por parte do governo jugoslavo, e as conversações entre Kasavubu e Gizenga, sendo contra qualquer possibilidade de que Mobutu fosse o comandante de todas as unidades militares dos dois governos congolezes. Estas afirmações foram anotadas sem quaisquer perguntas ao seu interlocutor por parte do diplomata jugoslavo ou algum comentário seu acerca do que ouviu, viu e anotou.

A CONCP

Quanto à primeira reunião dos movimentos independentistas (sem a UPA), em Casablanca, a sua documentação (em francês), editada pela CONCP, foi enviada para Belgrado⁶⁵, tendo sido precedida de um telegrama a seu respeito. Nele, foi considerada

⁶⁵ Num telegrama para a embaixada em Rabat (21/Abr./61), o SENE mandou contactar Mário de Andrade por causa do I CONCP. O citado boletim impresso e outros documentos (cerca de 50 páginas de resoluções e notas) foram enviados, nos primeiros dias de Maio, para Belgrado (ADMNE, Portugal, F-108, 1961).

«importante e com sucesso», realçando-se que «o tom da conferência» foi dado pelos representantes de Angola, «que defendiam a linha da condução da luta armada», e a recepção dos seus participantes pelo rei Hassan II que «assim legalizou e reconheceu oficialmente a actuação do secretariado permanente em Casablanca».

Segundo um boletim (uma centena de páginas, fotografias, discursos, etc.), a sua organização foi uma iniciativa do MPLA, do PAI(GC) e da Liga de Goa, e reuniu 13 delegados, representando 10 organizações de 6 países: Angola, Cabo-Verde, Guiné, Goa, Moçambique e S.Tomé e Príncipe. Pelas resoluções aprovadas e outros documentos ali apresentados sobre a situação política nas colónias portuguesas e em Portugal (resolução «sur l'opposition portugaise», um comunicado de imprensa pelo «Santa Maria» e o memorando endereçado ao governo português⁶⁶), os dirigentes políticos e diplomatas jugoslavos passaram a ter (e a procurar) mais informações sobre as lutas desses movimentos e partidos.

Igualmente, os contactos com estas organizações, como convidadas da Conferência de Belgrado, aumentaram e deixaram mais traços documentais⁶⁷. Assim, em Conacri (21/Jun.), o embaixador Ilíia Topaloski e Mário de Andrade «conversaram longamente acerca de Angola» e, no seu telegrama para Belgrado, o primeiro informou que, segundo o seu interlocutor, «Gilmore conseguiu, com o apoio dos EUA e diversos “círculos oportunistas” de África, organizar a luta armada. As armas recebeu-as de Burgiba, através das tropas tunisinas que estiveram no Congo sob o mandato da ONU, como também de Lumumba que deu total apoio à luta anticolonial de Angola, não entrando nas diferenças ideológicas dos dois movimentos». Apesar de não terem recebido esse armamento, o MPLA tinha «destacamentos bem organizados» e com grande

⁶⁶ A resolução foi aprovada na Conferência, enquanto os outros documentos têm as seguintes datas: o comunicado (28/Jan./61); o memorando (1/Dez./60).

⁶⁷ Por erro no seu arquivamento, estes documentos encontram-se em: *Guiné, F-33, 1961*. Como deviam estar no *F-101 (Angola, 1961)*, a pesquisa heurística deve ter em conta estes possíveis erros na sua classificação e arquivamento.

disciplina. Foi feita uma proposta de cooperação entre os dois movimentos, mas «*Gilmore recusou essa orientação*». Esperava um reforço do apoio dos países africanos e outros e «*nesse sentido enviou cartas para Nasser, Keita, Ture, Nkrumah e outros. Escreverá⁶⁸ também ao camarada Presidente*».

Mário de Andrade interessou-se, continuou Topaloski, «*pelas nossas relações com o lager. Ele em contacto com os orientais⁶⁹. Contudo, em relação a nós mostrou uma posição correcta*». Acrescentou que ele tinha uma formação marxista e considerava que «*Estaline acabou, entre outras coisas, com qualquer tentativa de desenvolvimento da teoria e que, depois de Lenine, não foi feita uma profunda análise das mudanças histórico-sociais.*»

Convidou-o a visitar a Jugoslávia que aceitou, reconhecendo que não entendeu bem, no Cairo, o convite pessoal que lhe dirigiram. Propôs 15 de Agosto para a sua chegada, «*de forma a ficar para a Conferência dos Não-Alinhados*» e, da Jugoslávia, iria para Nova-Iorque, assistir à Assembleia-Geral da ONU.

Este telegrama termina com a recomendação para lhe ser pedido um artigo acerca de Angola «*que seria publicado no Borba*».

Conversações com a UPA (Jonas Savimbi)

No mês seguinte, no Cairo (Jul./61), outro diplomata jugoslavo teve uma reunião com Jonas Savimbi, que ali procurava «*apoios do governo da RAU⁷⁰ para as reivindicações políticas da UPA*». Como membro da sua direcção e encarregado da política externa, partia nessa semana «*com o mesmo objectivo para Deli*». Ao contactar

⁶⁸ Escreveu, em Agosto, essa carta. Contudo, antes de meados de Abril, já tinha enviado um telegrama a Tito «*pedindo apoio à luta do povo angolano*» (Portugal, F-108, 1961).

⁶⁹ Além do frequente *lager* (campo ou grupo em alemão), os orientais, como designação, aparecia mais ligado aos países europeus orientais. Como o autor deste telegrama procurou ser o mais lacónico possível, esta terminologia podia subentender as palavras em falta.

⁷⁰ República Árabe Unida.

a embaixada indiana, foi-lhe recomendado que «*seria bom que também estabelecesse contacto com os jugoslavos*», aos quais foi comunicado o interesse de Savimbi pela realização desse encontro.

De acordo com a «*Nota*»⁷¹ deste diplomata, as suas perguntas tiveram do dirigente da UPA as seguintes respostas:

Tinha 28 anos⁷², primeiramente inscreveu-se, na Suíça, em Medicina, «*mas, depois, abandonou o estudo de Medicina e dedicou-se às ciências políticas, em que se licenciou na Universidade de Berna.*» Vivía em Lausana e «*abriu um escritório do movimento em Genebra*».

Segundo ele, a situação em Angola caracterizava-se «*por um terror cada vez maior dos colonialistas*», calculando-se que tivessem sido mortos «*mais de 40 mil angolanos, enquanto mais de ½ milhão foi enviado para a União Sul-Africana*⁷³ e outros países como mão-de-obra barata para as minas». Igualmente, era impedida «*por todos os meios*» a escolarização da população nativa, havendo até um «*ensino para a população “civilizada” e “não civilizada”*». Em base de tal divisão do número total da população autóctone (Angola tinha 4,5 milhões de habitantes, dos quais 200 mil portugueses), somente 50 mil frequentavam a escola primária, enquanto nas universidades em Portugal estudavam só 4 angolanos⁷⁴». Além disso, acrescentou que para «*reforçar as suas*

⁷¹ «*Nota acerca da conversação de R. Brzitch, conselheiro da embaixada, com Jonas Savimbi, representante da União do Povo de Angola (UPA), 10 de Julho de 1961*», 4 pág., (AJ, 507-IX,3/II-5).

⁷² Afinal, em Julho, tinha só 26 anos, pois o seu aniversário era no dia 3 do mês seguinte. Nesse ano, festejou-o em Belgrado.

⁷³ Seriam angolanos ou moçambicanos? Erro do diplomata jugoslavo ou mais uma informação que não mereceu qualquer crítica ou uma simples pergunta acerca da sua veracidade.

⁷⁴ Não há neste ou noutro documento uma referência à sua estada, como estudante, em Portugal. Todavia, sabendo da recente fuga de uma centena de estudantes de Portugal (Jun./61), pois ele próprio teve contactos com muitos deles em Paris, este número coloca algumas perguntas acerca dos motivos que levaram Savimbi a dar essas informações ao seu interlocutor jugoslavo. Também, a possibilidade do seu interlocutor ter confundido este dado com os 4 licenciados congolêses (que a Bélgica teria deixado no Congo quando da independência) é menos provável.

posições perante um movimento de resistência cada vez mais forte, o governo português apressava a imigração de portugueses em Angola com o fim de modificar a estrutura nacional da população nas cidades».

Sendo proibida «*qualquer actividade política no país*», entre as forças políticas ilegais, a UPA, fundada em 1953, perdeu, após um ano, os seus chefes que foram presos e mortos pelo poder colonial. Contudo, os restantes fugiram para o Gana, Tunísia, Congo e EUA, onde continuaram as suas actividades. No Congo, actuaram ilegalmente até à independência, «*quando Lumumba lhes deu total apoio e permitiu a legalização*» e a abertura de 20 delegações pelo país. Todavia, com a chegada ao poder de Kasavubu, este proibiu as actividades da UPA, mas foi obrigado a autorizá-las «*sob a pressão dos EUA, onde a UPA conseguiu obter um determinado apoio*», permitindo porém só a «*legalização de 5 delegações [...] em Leopoldville e outros lugares*».

Em Angola, a UPA era o «*movimento de resistência mais forte*» e os seus destacamentos de guerrilheiros contavam com «*cerca de 20 mil homens*», enquanto os «*efectivos militares portugueses montavam só a cerca de 16 mil soldados, mas dispunham de técnica militar muito superior*». Tinham pedido armamento à RAU, que aceitou concedê-lo, mas sem possibilidades de enviar «*tal ajuda através Leopoldville*». Savimbi referiu-se ainda às seguintes operações militares que recomençariam no «*período das chuvas*», durante os meses de Setembro a Junho, quando o estado das estradas e o nevoeiro dificultarão as acções das tropas motorizadas e da aviação portuguesas.

No plano internacional, tinham: «*o apoio da Libéria, Nigéria, Gana e Tunísia, RAU, Togo, Mali Norte e FLN. Também, a União [N.doT.: a UPA] tinha conseguido obter um valioso apoio nos EUA e dos países da AL tem as melhores ligações com o Brasil. O governo de Quadros prometeu que dará apoio à União e fará pressão sobre Portugal. Na política externa do futuro governo angolano, o Brasil deverá ocupar um lugar importante não só pela sua orientação política, mas antes de tudo porque em Angola se*

fala o português.» Por isso, Savimbi acrescentou que isso facilitaria muito «*na primeira fase da construção do país, [...] a vinda e o trabalho dos especialistas brasileiros.*»

Embora, não tivessem nada contra «*as boas relações com a URSS, RP da China e restantes países do bloco oriental*», consideravam que uma tal orientação daria argumentos a Portugal e aos estados ocidentais para caracterizar a UPA como pró-comunista, o que «*teria inevitavelmente como consequência a falta de apoio e ajuda ocidental*». Naquela fase, tentavam «*estabelecer as melhores ligações com os EUA e outras principais potências do Ocidente.*» Depois da independência, procurariam «*os seus verdadeiros amigos*» e tentariam estabelecer um «*equilíbrio nas suas relações com o Oriente e Ocidente*».

Após mencionar as tentativas de negociação com o governo português que não deram qualquer resultado, Savimbi referiu-se à continuação de acções armadas em Angola e aos esforços para um maior apoio internacional. Nesse sentido, Holden Roberto iria «*dentro de duas semanas*» a Nova-Iorque. Como, «*os EUA ajudam Portugal indirectamente através da OTAN*», o presidente da UPA ia explicar «*aos americanos que as armas que dão a Portugal eram utilizadas para massacrar o povo em Angola*», procurando a suspensão do seu fornecimento, ou que essas «*armas não ser[iam] usadas contra Angola.*» Iguamente, a sua viagem à Índia foi planeada com um objectivo semelhante em relação ao Reino Unido.

O documento termina com as informações, dadas por Savimbi, acerca do MPLA. Este movimento reunia um «*pequeno grupo de intelectuais e não tinha apoios em Angola*». A sua sede estava em Conacri e contava com o apoio da «*Guiné, URSS, RP da China e os restantes países do bloco oriental, como também o PC francês.*» O seu presidente, Mário de Andrade, «*viveu 6 anos em França e era membro clandestino do PC da França.*» Sublinhou que a luta armada era conduzida pela UPA e que entre os dois movimentos não havia qualquer colaboração, embora estivesse prevista, em Setembro desse ano, uma reunião conjunta sobre este assunto.

Referindo-se às actividades do MPLA no plano internacional, o diplomata jugoslavo informou que uma delegação, chefiada por Mário de Andrade, tinha estado «no terceiro Congresso de Solidariedade Asiático-Africana, que se realizou no Cairo em Março desse ano».

O original deste documento confidencial mostra, como não há qualquer comentário ou meros pontos de interrogação e de exclamação nas margens das páginas, que foi arquivado sem merecer qualquer crítica de quem a ele teve acesso. Todavia, como já foi dito, havia um primeiro relato das informações, ficando a sua análise para posteriores relatórios ou discussões. Porém, posteriormente, houve dados errados que nunca foram emendados ou mesmo foram citados diversas vezes.

(IV)
Uma delegação da UPA na Jugoslávia
e uma carta do MPLA (Ago./61)

Segundo a embaixada jugoslava na Tunísia, a delegação da UPA chegaria a Belgrado «*como convidada da Aliança Socialista*», no dia 2 de Agosto, no avião vindo de Roma. Era constituída por «*Holden Roberto, presidente da União dos Povos de Angola [e] Malheiro Savimbi, membro do Comité Executivo da União*».

Durante os 5 dias da estadia na capital jugoslava, tiveram conversações com dirigentes da ASPTJ e da Associação das Organizações de Combatentes. Visitaram ainda Novi Sad e Stara Pazova, e «*através dos representantes do Poder Local*» conheceram o «*desenvolvimento das comunas, serviços comunais e problemas do cooperativismo nessa região*⁷⁵». Apesar deste programa tão pouco reservado, a pedido dos visitantes, não foi publicada qualquer notícia ou referência a seu respeito na imprensa jugoslava.

Em todas as reuniões, o presidente da UPA salientou que o objectivo da visita à Jugoslávia era conhecer, principalmente, a sua história durante e pós-II Guerra Mundial, pois «*segundo as suas palavras a luta do povo de Angola encontra[va]-se naquela etapa em que, no passado, os povos da Jugoslávia superaram gloriosamente*». Por isso, como «*o povo de Angola se encontrava no começo da luta, sem suficiente experiência na condução da guerra, quando era perfeitamente possível ocorrer erros*», eles

⁷⁵ Esta «*Informação*» da ASPTJ tem 5 páginas (AJ,507, IX,3/I-1-45).

consideravam que a experiência jugoslava tinha um «*valor precioso para eles*». Também, realçaram que a «*guerra em Angola não era dirigida exclusivamente contra o regime colonial português, mas contra uma aliança inteira que ajudava material e militarmente Portugal a continuar a manter o regime colonial existente em Angola*». Embora, não estivessem seguros de uma completa vitória militar, acreditavam na moral do povo que seria um forte apoio para a sua luta. Afirmaram, depois, que em breve a insurreição armada seria alargada ao centro e sul de Angola, sendo «*questão de dias ou de semanas*» que tal acontecesse⁷⁶.

Quanto aos seus aliados, as melhores ligações da UPA eram com a Argélia e a Tunísia, mas tinham grandes dificuldades para «*o transporte das suas ajudas materiais e militares*» porque as fronteiras com Angola tinham sido fechadas pelo Catanga de Tschombé por causa da «*exportação de mercadorias por via ferroviária através de Angola até ao porto de Lobito na costa do Atlântico*» e mesmo «*no próprio Congo, nos últimos tempos, encontravam dificuldades na passagem*» de pessoal e armas por causa do encerramento das fronteiras com Angola por Mobutu. Em relação aos outros vizinhos, nada podiam esperar dos regimes da Rodésia do Norte e da União Sul-Africana.

Porém, apesar das dificuldades do governo congolês, o centro das actividades devia ficar no Congo, apesar de anteriores ofertas de Nkrumah que recusaram para não perderem «*o contacto com a sua gente*». Holden Roberto falou, depois, acerca de Lumumba «*como um dos seus amigos mais próximos*», que ajudou o seu movimento — «*uma grande quantidade de armas foi adquirida no Congo e transportada para Angola*» — e os refugiados angolanos

⁷⁶ Só dias antes, na Tunísia, Holden Roberto colocou mesmo «*a questão se Portugal poderá manter-se em Angola após 1962*» numa conversa com Zdravko Petchar, que a menciona no seu artigo «*Violenta luta pela liberdade em Angola*», publicado no *Borba* (1Ago./2.ªpág.). O autor, então jornalista, foi depois embaixador em vários países africanos e coleccionador de arte africana. Doou a sua valiosa colecção à cidade de Belgrado (1974), que fundou o Museu de Arte Africana (1977).

no Congo. Embora fosse «*um verdadeiro revolucionário, sincero e honesto homem*», era um político pouco experiente para superar a crise em que se encontrava o seu país. Como exemplo, contou um pormenor do último encontro entre ambos na residência de Lumumba. Acompanhado de Franz Fanon, «*representante argelino em Acra*», aconselharam-no a deixar provisoriamente, durante um ou dois anos, as suas funções de Estado, prevenindo-o dos preparativos da conspiração contra ele e que seria melhor que nesse período, «*enquanto a situação no país não se acalmar, voltar novamente para o partido e através dele actuar politicamente*». Asseguraram-lhe que fosse quem fosse que formasse governo, esse governo seria de curta duração e que a consolidação da política interna, de novo, o colocaria em primeiro plano. Porém, «*Lumumba não escutou o conselho, mas sim levantou-se e saiu do escritório*».

Devido ao futuro das suas actividades no Congo, acompanhava «*com grande interesse e também preocupação*» a situação política congoleza e, por isso, «*recebeu com satisfação*» a formação do novo governo de Adoula.

Em relação ao «*levantamento armado do povo de Angola e organização do levantamento*», em todas as reuniões, Holden Roberto falou bastante pormenorizadamente das actividades da UPA, desde o «*apoio dos chefes tribais*» e o seu «*papel na mobilização de combatentes como também na função de comissários políticos, pois têm a maior autoridade nas massas*» à organização militar no território libertado no Norte de Angola e da ajuda argelina na fase inicial da organização da guerrilha.

Nas conversações, Holden Roberto falou das relações entre a UPA e o MPLA, dizendo que o «*movimento do Andrade [era] uma criação artificial, que não tinha apoio entre as massas e, sobretudo, entre os combatentes angolanos.*» Acrescentou, contudo, que já se tinha encontrado duas vezes com Mário Andrade. A primeira foi na conferência de Monróvia, em 1960, quando falaram da cooperação e que lhe perguntou pelas forças que dispunha para que essa cooperação fosse possível. «*Então, Gilmore disse-lhe: “supúnhamos que eu e você queríamos formar uma empresa comum e para isso*

investiria 100 milhões e você nada. Seria possível que tal empresa se mantivesse”.» Em seguida, afirmou que «*a esta pergunta não teve resposta de Andrade*» e nada disse sobre o outro encontro.

Como «*Gilmore exprimiu o desejo na ASPTJ que lhe fosse dada a possibilidade*» de um encontro com Tito, a quem «*queria expor os seus problemas e pedir conselhos*», foi recebido (5/Ago.), acompanhado por Jonas Savimbi, pelo presidente jugoslavo⁷⁷.

A nota desta recepção, assinada por Dobrivoie Viditch⁷⁸, começa por mencionar o interesse do anfitrião pelo «*estado da luta de libertação em Angola*» e comunicou ao seu convidado que a próxima «*Conferência de Países fora dos Blocos dará apoio à luta do povo angolano contra o colonialismo*», tendo este respondido que tinha 25 000 combatentes, que o movimento era forte no norte do país, mas no sul, «*em direcção da União SA⁷⁹não tinha força*». Igualmente, falou acerca «*do terror dos portugueses, dos 35 000 mortos, das muitas vítimas da população civil e de dezenas de milhares de refugiados*» angolanos no Congo. Acrescentou ainda que não tinham armas e contou que «*comprou ao Lumumba, que era seu amigo, uma pequena quantidade de armas (cerca de 400 espingardas e metralhadoras)*».

Depois, Tito «*aconselhou-o a expandir a organização militar por toda Angola, desenvolvendo no sul pelo menos actividade e grupos de comandos*». Quanto a armas, estava pronto a ajudar os angolanos, mas «*não sabia de que forma*» essas armas podiam ser entregues, «*tendo em conta o regime em Leopoldville*», e referiu-se também às buscas nos navios mercantes jugoslavos pela marinha de guerra francesa para impedir a ajuda à FLN argelina. Perguntou, em

⁷⁷ AJ, KPR I-3-a/3-1.

⁷⁸ Dobrivoie Viditch (Tchatchak, Sérvia,1918-Belgrado,1992) - Político, diplomata (embaixador na Birmânia, URSS e Reino Unido), combatente da II Guerra Mundial e membro do PCJ (desde 1939). Entre 1961-65, presidente da Comissão de Relações Internacionais da ASPTJ. Ocupou, depois, importantes cargos estatais e partidários.

⁷⁹ União Sul-Africana.

seguida, ao seu interlocutor se eram ajudados pelo Gana e outros estados africanos, e se tinham relações com os países europeus orientais.

Glimore (o nome de Holden Roberto não aparece neste documento) respondeu que Nkrumah lhe tinha perguntado e dito o mesmo, acrescentando que «*tinham reparado como navios de guerra americanos e britânicos patrulhavam as costas daquela parte do Atlântico*». Todavia, salientou que tudo muito dependeria do novo governo congolês de Adoula⁸⁰.

Estando de acordo com o que ouviu, Tito pediu-lhe a opinião sobre a posição de Gizenga⁸¹ relativamente ao governo e que seria importante se o general Lundula ocupasse as funções de chefia em lugar de Mobutu que, conforme o subscritor desta nota, «*o camarada Presidente considerava um simples bandido e mercenário*». A resposta do dirigente da UPA exprimiu uma «*certa dúvida*» acerca da possível aceitação de Gizenga em participar no governo de Adoula, pois «*não acreditava*» no citado Mobutu.

Sobre a situação política africana, Tito «*mencionou a sua recente conversação com Chester Bowles e Kennan*⁸²» e que estes diplomatas lhe asseguraram que os EUA «*mudarão completamente*

⁸⁰ Cyrille Adoula (1921-78) - Primeiro-ministro congolês (2/Ago./61-30/Jun./64).

⁸¹ Antoine Gizenga (1925-2008) - Ministro, em 1960, sob a presidência de Patrice Lumumba. Após o assassinato de Lumumba (Jan./1961), como primeiro-ministro e seu governo, em Stanleyville (actual Kisangani), foi reconhecido por 21 países africanos, asiáticos e europeus. Preso (Jan./62 a Nov./65). Viveu no exílio entre 1965 e 1992. Primeiro-ministro (2006-08).

⁸² Referia-se à recente reunião (30/Jul.), em Brioni. Também, no seu telegrama (31/Jul.) para o Departamento de Estado, Kennan informou que «*a maior diferença entre os EUA e a Jugoslávia se reflectia na questão das colónias. Consideravam que a América deveria investir todos os seus esforços e influência sobre Portugal e a França na questão do problema africano*». Vide Dragan Bisenitch, *Mister X – George Kennan em Belgrado (1961-1963)*, Belgrado, 2011 (em sérvio).

a sua política em relação à África, começando no apoio económico e outros às novas nações».

Referindo-se à próxima «*conferência dos países fora dos blocos*», Glimore exprimiu o desejo de enviar uma delegação da UPA, e «*pediu ao camarada Tito que nas decisões da Conferência se condenasse Portugal e aconselhavam sanções económicas contra Portugal*». Tito informou-o «*que tinha intenção no seu discurso de condenar Portugal e propor medidas, segundo a Carta da ONU, caso continu[asse] com a sua política de terror*». Igualmente, exprimiu a sua convicção na vitória final da luta de libertação dos povos de Angola.

Após dizer que continuaria a lutar até ao fim e que acreditava na vitória, o presidente da UPA falou dos refugiados angolanos⁸³, «*que vivem miseravelmente e passam fome*» no Congo, e que só a Cruz Vermelha Internacional dava uma pequena ajuda. Pediu, ainda, bolsas de estudo «*para a sua gente*». Tito respondeu-lhe que os seus pedidos seriam considerados e iriam ver o que podiam fazer para os ajudar. A seguir aos agradecimentos do seu interlocutor, ofereceu «*a Glimore e Savambi⁸⁴ que o acompanhava [...] canetas de ouro com a sua assinatura gravada ao que ambos agradeceram*».

A carta do MPLA.

Quanto ao MPLA, a visita à Jugoslávia, cujo convite foi entregue meses⁸⁵ antes ao seu presidente, acabou por não se realizar por «*não ter compreendido que lhe tinham feito um convite pessoal*», como disse ao embaixador jugoslavo na mencionada reunião em Conacri (Jun./61). Então, essa visita ficou marcada para 15 de Agosto, ficando ele depois, em Belgrado, para a Conferência.

⁸³ Eram «*cerca de 127 000*», segundo outro documento relativo a esta visita.

⁸⁴ Simples erro ortográfico ou na transliteração de Savimbi em sérvio-croata.

⁸⁵ No Cairo (Mar./61), por ocasião da III Conferência dos Povos Africanos.

Contudo, tal não ocorreu e numa carta endereçada⁸⁶ a Tito, após saudar a próxima realização da «*Conférence des pays non-alignés à Belgrade*» e as provas de solidariedade do presidente jugoslavo pela luta do povo angolano pela independência, Mário de Andrade apresentou três propostas à sua apreciação. Na primeira, os governos dos países presentes na Conferência de Belgrado deveriam aprovar acções conjuntas em relação dos «*puissants alliés du Portugal qui l'encouragent dans la poursuite de la guerre coloniale*». A seguinte considerava necessária uma posição comum na ONU, tendo em vista o fim «*de la guerre l'extermination*» e a autodeterminação de Angola. Na última, esperava da Conferência qualquer outro apoio à justa luta angolana.

Considerando que estas propostas seriam aceites, o presidente do MPLA solicitou «*un entretien politique*» a Tito numa data à sua escolha.

⁸⁶ Datada de 19 de Agosto e entregue na embaixada jugoslava em Conakri (AJ, KPR-I-4-a, J:2).

(V)

Algumas notas acerca da Conferência

Conforme o censo de 1961, a Jugoslávia tinha 18,5 milhões de habitantes e as suas principais cidades eram Belgrado (680 000 habitantes), Zagreb (585 000), Ljubljana (150 000) e Sarajevo (143 000). As estatísticas (economia, emprego, educação, saúde e outras) mostravam uma melhoria do nível de vida da população deste país balcânico (unificado só em 1918), mas também as assimetrias socioeconómicas (entre e dentro) das 6 repúblicas da federação jugoslava.

Uma federação que surgiu após quatro anos de guerra e da vitória final, em Maio de 1945, sobre os invasores do Eixo e os seus numerosos «quislingues». Durante esses anos, surgiu, sob a direcção do partido comunista, um exército e governo nas regiões libertadas. A capital, Belgrado, foi libertada, em Outubro de 1944, por esse exército jugoslavo, apoiado pelo exército soviético. Os enormes danos materiais e perdas humanas⁸⁷, mais a sua luta pela vitória aliada deram, no pós-guerra dos anos quarenta, a este país

⁸⁷ Segundo estudos recentes (Branko Plavitsa, Dragan Tsevetkovitch, etc.), o total dos danos materiais elevou-se a 35,8 mil milhões de dólares (de 1938) e as perdas humanas jugoslavas foram entre 960 000 e 1 100 000 mortos numa população de cerca de 16 milhões de habitantes (1941). Quanto à I Grande Guerra Mundial, o Reino da Sérvia teve 750 000 mortos numa população de 4,5 milhões de habitantes e as reparações de guerra da Alemanha ascendiam (Conferência de Londres, 1921) a 7,6 mil milhões de marcos-ouro. Todavia, por causa das crises económicas da República de Weimar, da recusa do III Reich e da Guerra Fria, a Alemanha acabou por pagar uma reduzida percentagem do total destas quantias.

balcânico um lugar importante no contexto da política europeia e das relações internacionais. Uma posição reforçada com o conflito jugoslavo-soviético (1948-53) e uma intensa política exterior, nos anos cinquenta, com os estados asiáticos e africanos.

Estes factos podem explicar — sublinhando, entre eles, a visita de Tito a 8 estados africanos (1961) — a escolha de Belgrado, na reunião ministerial do Cairo (Jun./61), para a realização da primeira cimeira⁸⁸ do Movimento dos Países Não-Alinhados. Quanto à sua organização, o país anfitrião nomeou uma comissão que conseguiu efectuar, em menos de três meses, um vasto programa de obras e serviços. Conforme o seu relatório final⁸⁹ acerca dos preparativos efectuados, como através de tantos outros documentos, pode-se acompanhar ao pormenor os passos dados neste período. Um acompanhamento que deve ser comparado com o que foi publicado na imprensa diária e semanal, sem esquecer algumas publicações quinzenais e mensais⁹⁰. Uma comparação que permite avaliar melhor as diferenças ou omissões entre as notícias e artigos dos órgãos da comunicação social e os textos dos documentos confidenciais estatais.

⁸⁸ Nas comemorações do seu cinquentenário, em Belgrado, no quadro das cerimónias oficiais, realizou-se uma exposição e o seu catálogo (em sérvio e inglês) foi uma das poucas publicações sobre a Conferência. Nele, além da apresentação da citada exposição (documentos, fotografias, delegações, etc), tem um texto introdutório de Lhubodrag Dimitch sobre este período da história jugoslava e do movimento dos países não-alinhados (http://www.arhivju.gov.rs/active/srlatin/home/glavna_navigacija/izlozbe/izlozbe_arhiva/Nesvrstani_prva_konferencija.html, consultado em Dezembro de 2011).

⁸⁹ Este documento (25/Ago./61) de 31 páginas tem os seguintes capítulos: «I) Organização do acolhimento, alojamento e alimentação dos chefes das delegações; II) Salas de trabalho e da conferência; III) Actividades informativas e de propaganda; IV) Serviços CTT; V) Sessões culturais, recreativas e desportivas; VI) Decoração e arranjo da cidade; VII) Medidas de segurança; VIII) Financiamento da conferência ».

⁹⁰ Essa comparação foi feita pela leitura dos diários *Politika* e *Borba*, do semanário *Komunist* e da revista quinzenal *Medjunarodna Politika* que foram publicados, em Belgrado, nesse ano de 1961.

Dos preparativos em Belgrado à chegada das delegações

Retomando o referido relatório, este começa com a estadia dos chefes e membros das delegações e o seu alojamento (serviços e pessoal) em 33 vilas⁹¹ e outros edifícios estatais numa zona residencial da cidade (Dedinhe). Outros delegados ficaram hospedados em 5 «hotéis de categoria A» e apartamentos perto da Assembleia Federal Popular, onde decorreram todas as sessões da Conferência.

Cerca de 40 representantes de diversos movimentos e partidos, personalidades e outros convidados de 16 países ficaram instalados em apartamentos e hotéis, ficando a sua alimentação assegurada nos próprios hotéis. Até 26 de Agosto, estavam acreditados 930 jornalistas, fotógrafos e operadores de câmara de agências noticiosas, jornais, rádios e televisões, sendo 410 jugoslavos e os restantes estrangeiros. Mais de metade dos jornalistas estrangeiros era de 5 países (EUA, RFA, Reino Unido, Itália e Holanda).

Também, «a decoração e o arranjo da cidade» transformou Belgrado num estaleiro de centenas de pequenas e grandes obras, indo da demolição de edifícios e barracas «num total de 600 habitações» e a instalação dos seus moradores em novos apartamentos às reconstruções de ruas, estradas e parques e à modernização de serviços (transportes urbanos, telefones, telexes e outros). A lista é longa, incluindo a aquisição de aviões civis e automóveis⁹² à

⁹¹ A sua lista refere a mudança temporária dos seus moradores (dirigentes políticos, ministros, generais e familiares) e a necessidade de pequenas obras nessas residências. Há, ainda, um regulamento pormenorizado para o pessoal, alimentação, etc.

⁹² Numa destas compras, houve dificuldades e prazos de entrega que obrigaram a comissão organizadora da Conferência a pedir ao embaixador jugoslavo nos EUA uma resposta «*ainda hoje se possível*» (telegrama de 2/Ago./61) acerca da possibilidade de «*adquirir na fábrica ou doutra maneira e urgentemente expedir por barco que vá directamente para a Jugoslávia, Itália ou Grécia*» dez Cadillac, modelo de 1961. Igualmente, se pedia «*caso não for possível nos EUA, solicitar por telefone à embaixada de Otava se eles podem e que nos informem o mais rápido possível por causa do pagamento*». Embora, não tenha sido encontrado qualquer outro documento sobre este assunto, este prova, pelo menos, as disponibilidades e orientações financeiras desta comissão.

decoreção do aeroporto, ruas e edifícios, assim como a renovação de hotéis, restaurantes, edifícios e residências estudantis para albergar participantes e pessoal dos serviços de apoio da Conferência. Além das obras na capital, outras foram feitas em duas outras cidades (Novi Sad⁹³ e Smederevo).

Em relação ao «*financiamento da Conferência*», a Jugoslávia suportaria a maior parte dos seus custos (preparativos e sua realização), excepto as despesas comuns com pessoal da ONU e da RAU (tradutores, estenógrafos e outros), o aluguer de equipamento para tradução simultânea e outras. Calculava-se (Jun./61) que o total das despesas seria de 5 a 7 mil milhões de dinares (US\$1=300 dinares), sendo este só parcialmente coberto pelas contribuições dos estados participantes. Contudo, em meados de Agosto, o total passou a 8,1 mil milhões (27 milhões de dólares).

Quanto ao tempo na capital jugoslava, entre os últimos dias de Agosto e os primeiros de Setembro, as temperaturas médias máximas oscilaram entre os 26 e 32 graus e as mínimas de 11 a 18 graus, a humidade andou pelos 50% e não choveu. Além dos dias agradáveis, um cuidado programa de espectáculos culturais e desportivos com o reforço «*do divertimento e entretenimento*» nos cafés, bares e restaurantes belgradenses esperavam ainda os participantes da cimeira.

Entretanto, no plano internacional, as guerras e as ameaças à paz continuavam presentes em diversas partes do mundo: Argélia, Congo, Angola, Laos, Vietname e Cuba. Depois da reunião do Cairo, aos incidentes sangrentos de Bizerta⁹⁴ seguiram-se a crise

⁹³ Nesta cidade, situada nas margens do Danúbio e a 70 km de Belgrado, foi oferecido pelo presidente Tito aos «*ilustres convidados*», no dia 4 de Setembro, um «*jantar íntimo na fortaleza de Petrovaradin e fogo de artifício*». Quanto a Smederevo, também no Danúbio, mas a 45 km a sul de Belgrado, recebeu a visita de membros das delegações, como por exemplo, do MPLA.

⁹⁴ Conflito armado franco-tunisino por causa da base naval francesa em Bizerta (Jul.-Ago./61). Combates e bombardeamentos que provocaram 5000 mortos (dados da Cruz Vermelha tunisina) ou 670 mortos (fontes francesas). Segundo o exército francês, as suas baixas foram de 27 mortos e uma centena de feridos.

de Berlim⁹⁵ e o anúncio soviético de novos ensaios nucleares que marcaram os dias anteriores ao início da Conferência.

As sessões, os debates e as declarações da Conferência

A chegada das delegações ocorreu de 29 a 31 de Agosto e houve as ausências, comunicadas dias antes, do presidente guineense, Sékou Touré, e do rei saudita, Ibn Saud. A primeira sessão começou às 10 horas do dia 1 de Setembro (sexta-feira) e, até 5 de Setembro, houve duas sessões plenárias diárias, recepções e banquetes. No dia 6, uma dezena de delegações prolongaram por alguns dias a sua estadia para visitas a outras cidades e repúblicas jugoslavas.

De acordo com a proposta das cinco questões da Conferência, nas sessões plenárias, os chefes das delegações apresentaram as suas posições e, nos debates, as diferenças confirmaram a existência de três grupos com soluções próprias para as mencionadas questões. Assim: um grupo (Cuba, Guiné, Mali e, por vezes, Gana) exigiu medidas mais radicais em relação ao colonialismo e neocolonialismo, à política dos EUA desde o Médio Oriente a Cuba e à crise alemã (Berlim e o reconhecimento da RDA); outro grupo (Índia, Birmânia, Ceilão, Chipre, Etiópia, Líbano e Nepal) foi contrário a posições duras nas relações com o «*bloco ocidental*», como evitou aprovar propostas desse teor acerca do colonialismo e da crise entre Israel e os países árabes, ou não apoiou a ingerência nos acordos entre as grandes potências; o terceiro grupo reunia grande número dos restantes países e teve uma actuação passiva com ausência de posições claras na maior parte das discussões. Contudo, três estados (Jugoslávia, RAU e Indonésia) podiam-se considerar excepções. O primeiro, como país anfitrião, procurou manter alguma equidistância,

⁹⁵ Após o insucesso das conversações Kruchetov-Kennedy (Viena, Jun./61), em meados de Agosto, a RDA encerrou todas as passagens fronteiriças entre o sector soviético e os outros três sectores de Berlim com arame farpado e, depois, com um muro.

embora tivesse tomado posições muito mais próximas do primeiro grupo, enquanto os outros dois também não se enquadraram nesta classificação, tanto pelo seu empenhamento, como pela sua grande influência entre os estados recém-independentes. Igualmente, eles foram com o Gana os principais apoiantes à formação de um movimento que permitisse uma actividade constante e coesa no campo das relações internacionais⁹⁶.

A Conferência aprovou o primeiro documento programático do movimento não-alinhado, que definindo os seus princípios e objectivos, analisou ainda a situação mundial. Esta «*Declaração de Belgrado dos Chefes de Estado ou de Governo dos Países fora dos Blocos*» considerou que a coexistência pacífica era a única alternativa para a Guerra Fria e, nela, se devia fundamentar a política externa de todos os estados. Exigiu a liquidação imediata do colonialismo e da violência contra os povos das colónias, mencionando «*os acontecimentos de Angola*» e a integração dos «*territórios de Goa, Damão e Diu no [...] país de origem*» (*Vide Anexo-4*). No plano económico, devido às grandes diferenças entre os países desenvolvidos e pouco desenvolvidos era necessário eliminar a desigualdade económica, «*herdada do colonialismo e imperialismo*». Destas questões, resultaram propostas à ONU para patrocinar duas cimeiras internacionais, uma relativa ao desarmamento e outra ao desenvolvimento económico.

Noutros dois documentos aprovados — a «*declaração acerca do perigo da guerra e o apelo pela paz*» e uma carta endereçada a Kennedy e Kruchetchov —, apelou-se aos dirigentes dos EUA e da URSS para chegarem a um acordo por causa da ameaça de um conflito mundial.

Quanto à Jugoslávia, no discurso proferido numa sessão de debates (*Vide Anexo-5*), Tito referiu-se à «*política reaccionária*», ao

⁹⁶ AJ, KPR, I-4-a. Este objectivo é citado num «*Resumo das posições dos países participantes em relação às principais questões internacionais*», em que se sublinha ainda o apoio de outros países (Argélia, Afeganistão, Cambodja, Ceilão, Marrocos, Sudão e Tunísia).

«imperialismo», à «política de força» e às «forças reaccionárias e fascistas», aos «desenfreados rufias militares do exército francês» e à «selvajaria das forças armadas portuguesas» e aos «monstruosos assassinos». Considerou «a militarização da Alemanha Ocidental» como um novo fortalecimento das «forças reaccionárias e fascistas que ficaram da máquina de guerra hitleriana». Estas e outras frases acerca do colonialismo, da crise de Berlim e da questão alemã, da ineficácia da ONU e do papel da OTAN provocaram uma crise político-económica entre a Jugoslávia e o «bloco ocidental», que se reflectiu, por algum tempo, nas ajudas financeiras e na suspensão da cláusula de «nação mais favorecida» por parte do governo estado-unidense.

(VI)

O colonialismo, as delegações e a Conferência

A questão colonial ocupou um lugar importante nas intervenções de todos os representantes (excepto na de U Nu, o primeiro-ministro da Birmânia), podendo-se realçar, como característica comum, a condenação do colonialismo e um apoio à luta dos povos das colónias. Por exemplo, nos discursos de Nasser, Abud e Sukarno houve uma ampla análise das relações internacionais, em particular, entre os países desenvolvidos e não desenvolvidos, sendo a questão da liquidação definitiva do colonialismo considerada não só como uma condição obrigatória para o seu futuro progresso, mas também para o desenvolvimento da comunidade internacional. Nesse sentido, foi confirmado esse apoio na declaração anticolonialista da Conferência e salientada a reivindicação de curtos prazos (dois anos) para a independência dos restantes territórios coloniais (Sukarno, Abud e Hassan II). Relativamente aos esforços comuns e organizados para a liquidação do colonialismo, estes foram exigidos por Nasser.

Entre os conflitos africanos mais citados — Argélia, o «apartheid» e Bizerta —, Angola contou com «*o total apoio à luta de libertação do povo angolano*» por parte da maioria dos oradores, enquanto Bourguiba só a mencionou e U Nu nem isso fez. Destes conflitos, o de Bizerta mereceu as últimas atenções da cimeira⁹⁷ por

⁹⁷ Num telegrama (6/Set.) para o Presidente do Conselho de Segurança da ONU e aprovado na sessão do dia anterior da Conferência, Tito chamou a atenção para este «*novo grave incidente no território da Tunísia*», em que «*foram mortos quatro e feridos vinte operários e outros cidadãos*».

causa da violenta repressão da manifestação, ali ocorrida em 5 de Setembro, pelo exército francês.

Pela documentação consultada, a presença das delegações do MPLA (Mário de Andrade e Gentil Viana), da UPA (Holden Roberto, Jonas Malheiros Savimbi, Johnny Pinnock e Eduardo Webber⁹⁸), da CONCP (Marcelino dos Santos) e da UDENAMO (Adelino Gwambe⁹⁹) encontra-se descrita com algum pormenor, assim como as conversações que tiveram com dirigentes jugoslavos. Há referências a Amílcar Cabral e Mário Ruivo, mas que só aparecem em documentos posteriores, embora hajam outras na imprensa desse mês. Em relação à correspondência (telegramas e cartas), recebida pelo Secretariado da Conferência, encontra-se uma carta de um estudante de Coimbra¹⁰⁰.

⁹⁸ O nome deste estudante aparece como Veber neste documento, sem prenome. Estudava em Viena.

⁹⁹ Nasceu, em 1940, na província de Inhambane. Trabalhou no Buzi (Manica e Sofala), antes de se refugiar em Bulawayo (Rodésia do Sul). Dirigente da UDENAMO, o primeiro movimento político disposto a lutar pela independência de Moçambique e fundador da FRELIMO (Jun./62). Participou na I CONCP (Abr./61). Opondo-se à eleição de Eduardo Mondlane para presidente da FRELIMO, foi expulso da Tanzânia. Como dirigente do COREMO, regressou a Moçambique (1975), foi preso e executado, possivelmente, dois ou três anos depois.

¹⁰⁰ Texto manuscrito. O envelope não foi arquivado. «*Coimbra, lundi 28 Août 1961. // Monsieur le Maréchal Tito, président de la République Yougoslave/ Excellence: // Je suis un humble étudiant de la veille université de Coimbra, // au Portugal, et j'ai l'honneur et le plaisir de m'adresser à vous. // Au commencement de la Conférence des Pays neutralistes qui se // tiendra à Belgrade à partir le 1er Septembre, je formule les // meilleurs voeux pour la bonne réussite de ses résultats. // Le monde aura beaucoup à espérer de cette réunion historique. // Vive la Paix et la compréhension entre les peuples! // Pour un véritable Humanisme! // Agréez, Mr. Le Président, l'expression de mes sentiments les plus dévoués // Arnaldo da Silva // Avenida Afonso Henriques, 26-1º // Coimbra/Portugal*». Os sublinhados são do Secretariado da Conferência, sendo esta uma das 63 cartas do estrangeiro (AJ, KPR,I-4-9).

As delegações do PAIGC e da JCAP

Assim, começando por essas referências, segundo uma «informação» da ASPTJ (Jan./72) sobre as relações com o PAIGC, o seu secretário-geral «presenciou como observador a Conferência de Belgrado dos países não-alinhados e, no Cairo, na II Cimeira discursou em nome dos movimentos de libertação de África. Nessa ocasião, num grupo de representantes dos movimentos de libertação, conheceu também o presidente Tito»¹⁰¹. Há, porém, a menção do seu nome («Kabril do PAIG») entre os presentes na recepção em honra dos «representantes dos movimentos de libertação e partidos progressistas» pela ASPTJ, cuja notícia foi publicada no diário *Borba* (2/Set.).

Outro documento é da Junta Central de Acção Patriótica¹⁰², endereçado à Conferência, e que Mário Ruivo enviou, através de Amílcar Cabral, para Belgrado¹⁰³. Nele, afirmava-se: « *Dans cette conjoncture critique, Salazar mène une action désespérée en Angola, et aussi dans d'autres régions où sa domination coloniale est encore maintenue. Il doit à tout prix réfuter l'accusation de ne représenter*

¹⁰¹ AJ, 142, 557.

¹⁰² FPLN, «*Memorandum: La Politique Anticolonialiste des Démocrates Portugais et la Politique Coloniale du Gouvernement Salazar*», Argel, sd (talvez de 1963). Nesta publicação, enviada ao embaixador jugoslavo em Argel, a referência à entrega deste documento não menciona quando foi efectuada, e a sua data (25/Ago./61) foi considerada como a do início da Conferência.

¹⁰³ Como ministro dos Negócios Estrangeiros (Ago./75), disse ao embaixador jugoslavo em Portugal: «(clandestinamente estive também em Belgrado, em 1961, tive conversações no CC LCJ e na ASPTJ em nome da frente antifascista portuguesa, em cujo nome enviei também uma mensagem à primeira conferência dos não-alinhados em Belgrado, pela descolonização das colónias portuguesas. Mais tarde, estive várias vezes na Jugoslávia)». (ADMNE, F-114, Portugal, 1975). Todavia, graças a uma entrevista que nos concedeu (Jul./2012), foi possível confirmar e corrigir estes dados. Assim, ficou-se a saber da entrega dessa «mensagem» por Amílcar Cabral e que a sua primeira viagem à Jugoslávia foi só em 1962. As viagens seguintes estiveram ligadas aos seus contactos, como funcionário da FAO, com institutos jugoslavos no campo das investigações marítimas e pesqueiras.

qu'une minorité insignifiante de fauteurs de guerre fasciste et colonialiste». Noutras ocasiões, continua este documento, o regime esperava apelar para uma maioria, saída de eleições fraudulentas, e continuar a confundir a opinião pública mundial e a desafiar a condenação da ONU. Por isso, só: « *Le renversement du régime fasciste au Portugal signifie la fin de la guerre coloniale en Angola et la libération de tous les peuples actuellement sous la domination du régime de Salazar.*»

Sob o título de «*Por Portugal se expande a onda de terror de Salazar*», o texto integral deste documento foi publicado, no *Borba* (24/Set.), com uma nota «*que só chegou após o encerramento da Conferência*» e tinha sido enviado pela Junta de Acção Patriótica. Este «*apelo*» é introduzido por um pequeno texto que justifica mais o título e a fotografia de 6 «*soldados de Salazar*» sorridentes, mostrando um deles uma cabeça de um angolano espetada na sua baioneta¹⁰⁴.

As delegações do MPLA e da UPA

Quanto às duas delegações angolanas, as «notas» e «informações» relatam opiniões e actividades dos seus membros, mencionam dados biográficos e têm as impressões que causaram aos autores (anónimos)¹⁰⁵ destes documentos. A chegada da delegação do MPLA (e da CONCP) precedeu em alguns dias a da UPA, que só chegou «*no fim da Conferência*», tendo chegado «*Glimore e Pinock um dia antes de Savimbi e de Veber*». Os primeiros no dia 3,

¹⁰⁴ Ocupam metade de 5 das 8 colunas da 6.ª página deste diário (formato A2) e a fotografia metade desse espaço, tendo uma nitidez suficiente para permitir identificar estes soldados que «*quiseram imortalizar o momento quando cortaram a cabeça de um rebelde angolano*». Uma referência: «*esta fotografia foi feita este ano de 1961, em Angola*».

¹⁰⁵ Este tipo de documentos era raramente assinado. Os seus autores, funcionários da ASPTJ ou diplomatas, acompanharam os membros destas delegações e foram seus tradutores.

possivelmente no avião da delegação do Congo, no qual, partiram no dia 9 de Setembro. Os segundos tinham partido um dia antes, respectivamente, para Genebra e Viena.

Nas duas semanas (30/Ago.-12/Set.), em Belgrado, Mário de Andrade e Gentil Viana tiveram 4 reuniões com políticos jugoslavos¹⁰⁶ e contactaram diversos representantes de «*movimentos políticos de África, como também chefes e membros das delegações estatais dos países africanos, asiáticos e latino-americanos*». Além dos contactos efectuados, na sua maioria, durante a Conferência (1-6/Set.), tiveram conversações com membros da União das Organizações de Combatentes, da União Cooperativa da Jugoslávia, do Instituto de Investigação do Movimento Operário Internacional¹⁰⁷ e da Reitoria da Universidade de Belgrado. Visitaram exposições, museus, Smederevo e os arredores de Belgrado (uma cooperativa agrícola e o monumento ao Soldado Desconhecido). Estiveram no jornal *Borba*, que publicou um artigo sobre a sua visita e entregaram ao Secretariado da Conferência um memorando e dois anexos¹⁰⁸ («*O Desenvolvimento do Movimento Nacional em Angola*» e o «*Programa e Estatutos do MPLA*»).

¹⁰⁶ Tiveram ainda breves encontros com Aleksandar Rankovitch e Svetozar Vukmanovitch Tempo. Destas 6 reuniões, não foi encontrado qualquer nota acerca dos assuntos discutidos e suas conclusões. Como esperavam ser recebidos, após a Conferência, por Tito, foi-lhes explicado «*que o camarada Presidente estava ausente, pois se estivesse [em Belgrado] recebê-los-ia*». Uma ausência confirmada noutro documento relativo às suas conversações, na Eslovénia (9/Set.), com Nkrumah que prolongou a sua estadia na Jugoslávia.

¹⁰⁷ Destas 4 instituições, só a conferência neste Instituto (12/Set.) — sobre «*a luta de Angola pela sua libertação*» por Mário de Andrade — mereceu uma maior atenção (5.^a pág.), enquanto os temas discutidos nas restantes instituições tiveram apenas breves descrições numa das «notas». Teve, ainda, uma pequena notícia no *Borba* (13Set./2.^a pág.). No dia seguinte, o mesmo jornal publicou uma entrevista: «*Mário de Andrade/ Os colonialistas portugueses/ mataram cerca 50 000 angolanos*» com a sua fotografia.

¹⁰⁸ Estes documentos não foram encontrados.

Nos citados encontros com esses dirigentes – V. Vlahovitch¹⁰⁹, D. Viditch (2 vezes) e Predrag Aititch —, Mário de Andrade atacou a UPA e pediu «*ajuda política, financeira e material*», assim como «*conselhos militares para a Angola e a organização do Movimento*». Um deles, Viditch, achou que parecia ter «*pouca força*» e era difícil ter «*uma impressão certa*» acerca do MPLA.

Segundo uma «*Nota acerca das impressões da estadia de Gilmore e de Andrade*¹¹⁰», o presidente do MPLA teve contactos com várias delegações, reunindo-se com membros das delegações da Guiné, Gana, RAU e Argélia. Igualmente, através da ASPTJ, a embaixada soviética procurou saber «*onde estava alojado e que desejariam entrar em contacto com ele*». Quanto ao líder da UPA,

¹⁰⁹ Vêlheko Vlahovitch (1914-1975) – Nasceu em Kolachine (Montenegro) e fez os seus estudos liceais em Podgoritsa e Belgrado (1932). Estudou Engenharia Mecânica em Belgrado e Moscovo. Em meados dos anos trinta, foi um dos dirigentes das lutas dos estudantes da Universidade de Belgrado (1935 e 1936). Preso e expulso da Universidade, viveu em Praga vários meses. Em Janeiro de 1937, num grupo de 26 estudantes jugoslavos, chegou a Espanha para se alistar nas Brigadas Internacionais. Como disse, em Espanha, começou «*a fazer os exames das grandes lições da História*». Ferido gravemente em combate numa perna (Fev./37), ocupou outras funções nas Brigadas Internacionais em Albacete, Madrid e Barcelona. Em França, organizou o regresso à Jugoslávia de voluntários que combateram pela República Espanhola e, em Paris, encontrou-se pela primeira vez com Tito, tornando-se num dos seus colaboradores mais próximos. Partiu para Moscovo (Out./39) como representante do PCJ na III Internacional (Comintern). Após a invasão e ocupação da Jugoslávia (Abr./41), organizou a Rádio Jugoslávia Livre que começou a partir a URSS as suas emissões (Nov./41). Em fins de 1944, regressou à Jugoslávia e assumiu a chefia da agitação e propaganda do PCJ. Depois da Libertação, ocupou importantes cargos políticos (Assembleia Popular, Ministério dos Negócios Estrangeiros, etc.) e partidários (LCJ e ASPTJ). Publicou textos e estudos sobre a LCJ, o socialismo autogestionário jugoslavo e o marxismo-leninismo. Participou nas conversações com delegações do PCP, FPLN e dos movimentos independentistas das colónias portuguesas nos anos 60 e, possivelmente, em Dezembro de 1947, com Álvaro Cunhal. Por isso, recebia cópias e tomava conhecimento de todos os documentos relacionados com a situação política em Portugal e colónias.

¹¹⁰ Este documento sem data (e autor) seria um resumo (2 pág.), pois não menciona muitos dados de outras notas sobre a visita das duas delegações angolanas.

recusou falar com um jornalista soviético e teve um «grande número de contactos», como por exemplo, com «Homero Jack, presidente da organização contra o armamento nuclear dos EUA¹¹¹», vários «jornalistas do Ocidente» e o «presidente Nkrumah, como também com a Nehru júnior». Contudo, por outro documento¹¹², datado de poucos dias depois, sabe-se que acabou por não ir ao encontro marcado com esse membro importante da delegação indiana, como teve contactos diários com o secretário do primeiro-ministro Adoula e um jornalista congolês, reuniu-se com Adoula e Gizenga, foi recebido por Nasser, deu três entrevistas e «foi fotografado por uma jornalista da Suécia, Sra. Halstrom, na companhia de um inglês».

A seguir, o autor desta nota acrescentou: «Gilmore disse-nos que na Assembleia se encontrou com Andrade, mas evitou falar acerca do que conversaram», parecendo que, nas relações entre eles, o último se encontrava na defensiva porque reconhecia a força indiscutível da UPA e a sua influência no país, realçando constantemente que «essa força foi criada em base da ajuda americana». Ignorando o MPLA, Gilmore considerava que ele não existia no país, apesar do que se ouvia no estrangeiro devido à propaganda. Concluindo esta informação, foi referido que este dirigente tinha deixado até então uma melhor impressão, mostrado um grande interesse pela realidade jugoslava e apresentou-se como político mais capaz e melhor diplomata do que Mário de Andrade. Conclusões justificadas — assim parece, pois outras não aparecem na seguinte meia-dúzia de linhas finais deste documento — por não ter estado no almoço para o qual fora convidado pela ASPTJ, desculpando-se que, como não tinha sido informado a tempo, já tinha um almoço marcado com uma delegação africana.

¹¹¹ Homer A. Jack (1916-93). Figura importante da Igreja Unitariana dos EUA e Canadá. Activista pela paz, desarmamento, igualdade racial e justiça social. Conheceu, em Nova-Iorque, Holden Roberto e apresentou-o (Set./59) a John Kennedy.

¹¹² «A Delegação da UPA» (AJ,507,IX,3/II-4). Documento com 5 páginas dactilografadas (cerca de 120 linhas de texto). Um apontamento com dezenas de frases quase telegráficas e não assinado.

«Claramente, estava descontente com a presença de Gilmore na Conferência. Alguns representantes africanos afirmaram que, até por isso, também protestou.»

Noutro documento¹¹³, a questão do convite e da presença da delegação da UPA foi explicada a Mário de Andrade como uma decisão da Conferência e não só da Jugoslávia. Por sua vez, à pergunta sobre a cooperação entre os dois movimentos angolanos, ele respondeu ao seu interlocutor jugoslavo que o *«MPLA apresentou um projecto de cooperação e o mínimo do seu programa, mas a UPA não tem programa, nem dá nenhuma proposta de cooperação, excepto que deseja a integração do MPLA na UPA»*. Sublinhou que o MPLA, sendo *«um partido progressista, igualmente não podia permitir a integração e a submissão a um partido político como a UPA [...] que cooperava com o Ocidente»*. Afirmou, depois, que Gilmore participou na conspiração contra Lumumba, que era grande amigo de Kasavubu e Mobutu e, graças a eles e às ajudas dos EUA e da Tunísia, não tinha *«grandes dificuldades em relação ao fornecimento de armas»*. Este era efectuado através do contingente tunisino no quadro das forças militares da ONU no Congo.

Referiu as reuniões com Adoula e Gizenga, tendo o primeiro aconselhado a *«unir-se com Gilmore e que nesse caso teria a sua ajuda e apoio»*, enquanto o segundo lhe prometeu apoio ao MPLA e que tentaria impedir a ajuda à UPA por parte do Congo. Devido aos resultados dessas negociações, pensavam *«transferir a sede do MPLA de Conacri para o Congo, nalguma localidade próxima da fronteira Congo-Angola»*¹¹⁴.

¹¹³ *«Nota acerca das conversações com a delegação que participou na Conferência dos Países Não-Alinhados»* (14/Set./61). O seu autor, um funcionário diplomático (assinatura ilegível), foi também o tradutor (de francês) da delegação. As suas 5 páginas têm a descrição mais pormenorizada (lugares, reuniões, nomes, relações com UPA, delegações estrangeiras, instituições jugoslavas, situação em Angola e a futura cooperação com a ASPTJ) desta que foi a primeira visita de uma delegação do MPLA à Jugoslávia.

¹¹⁴ Uma transferência que ocorreu, em Outubro desse ano, mas para a capital congoleza.

Ainda acerca dos seus contactos com uma «*série de dirigentes de movimentos políticos de África, como também com chefes e membros das delegações estatais de países africanos, asiáticos e latino-americanos*», Mário de Andrade afirmou que todos os estados africanos apoiavam o MPLA, excepto a Tunísia. Embora, tivesse havido um breve encontro com Bourgiba, que até lhe disse para ir a Tunis, estava seguro que não resultaria qualquer apoio dessa viagem, porque sabia que o presidente tunisino ajudava a UPA e «*tinha relações muito amigáveis com os EUA*».

Salientou, em seguida, a Argélia e as conversações, durante a Conferência, com o presidente do GPRA¹¹⁵, B. Benkheda, que lhe prometeu «*total apoio*», esperando, por isso, a suspensão de toda a cooperação com a UPA por parte do governo provisório argelino. Teve a seguir um «*breve encontro com Nasser e conversou com membros da delegação da RAU*», ficando após Belgrado, segundo disse, uns dias no Cairo para continuar as negociações e «*esperavam total apoio e ajuda da RAU*».

Além destes encontros, Mário de Andrade contactou outras delegações para pedir o seu apoio, na sessão da Assembleia-Geral da ONU, quando a questão de Angola fosse discutida. Conseguiu de todas elas esse apoio e — como, igualmente, prometeram «*influenciar os membros da OTAN a recusar a ajuda a Portugal devido aos seus actos bárbaros em Angola*» — tencionava ir a Nova-Iorque para assistir a esse debate na ONU.

À pergunta do seu interlocutor sobre «*quem organizou o levantamento em Angola*», Mário de Andrade respondeu-lhe que o MPLA foi o único organizador que preparou e começou «*o plano do levantamento com o ataque à prisão de Luanda, na qual se encontravam muitos presos políticos, entre os quais dirigentes do MPLA,*» para os libertar e poderem continuar a organização e o alargamento da luta. Segue-se um «*contudo, devido aos acontecimentos no Congo o plano não foi realizado da forma como estava previsto*» e, mesmo apesar disso, «*a luta estendeu-se também a muitos outros lugares*

¹¹⁵ Governo Provisório da República Argelina (Set./1958-Jul./1962). O seu 3.º Governo (Ago./61-Jul./62) foi presidido por Beniussef Benkheda.

(aldeias e plantações) no Norte de Angola». Disse, escreveu o diplomata jugoslavo, que então não tinham muito território libertado por causa dos portugueses atacarem com uma rapidez fulgurante os insurrectos logo que aparecem e os põem em fuga. Noutros lugares continuam a luta, mas como estão constantemente em movimento «ainda não tem possibilidades de manter por muito tempo os lugares libertados».

O MPLA tinha então em Angola «cerca de dez mil homens armados¹¹⁶ e organizados por grupos, pequenos ou grandes, enquanto a UPA tinha cerca de 15¹¹⁷ mil». A divisão já existia, embora não fosse tanto visível entre os combatentes. Estes guerrilheiros do MPLA eram comandados por Tomás Ferreira, ex-sargento do exército português. Perto da fronteira com o Congo, encontrava-se o Comité Misto formado por dirigentes políticos e militares, tendo os primeiros a última palavra quando era preciso decidir «se a luta continua[va] ou se interromp[ia]». Igualmente, existiam «em todo o território de Angola organizações (secções) do MPLA», que trabalhavam na organização e ligação dos grupos guerrilheiros. Realçou que «a luta irá durar muito tempo e que será difícil se libertarem sem ajuda do exterior».

Este relatório anota para terminar: os agradecimentos dos dois dirigentes do MPLA «pela recepção e atenção prestada durante o sua estadia em Belgrado» e pela continuação da cooperação com a ASPTJ; a reunião com Tito que só não se realizou, como lhes foi explicado, «por o camarada Presidente estar ausente»; o reconhecimento da importância da sua presença em Belgrado pelos

¹¹⁶ Todavia, segundo uma «Nota acerca conversação com Mário de Andrade e Gentil Ferreira Viana», sem data, mas escrita nos seus primeiros dias em Belgrado, o presidente do MPLA teria dito: «Não podia dar uma resposta exacta acerca do número e força das forças insurrectas em Angola, salientando que era muito difícil, tendo em conta que todo o povo de Angola estava contra Portugal e que o povo aproveitava qualquer oportunidade para ajudar os insurrectos na luta contra o exército português».

¹¹⁷ Sublinhados a lápis vermelho. Estes e outros números neste ou noutros documentos muito raramente são comentados pelos autores, sucedendo o mesmo com um simples ponto de interrogação ou de exclamação dos seus poucos leitores autorizados nas margens das páginas.

seus inúmeros contactos com os participantes da Conferência, os apoios obtidos ou prometidos na ONU e ajuda material, moral, política, etc.; *«abertamente, sublinharam que ficaram satisfeitos com os discursos dos chefes das delegações, porque todos mencionaram Angola e condenaram o colonialismo, em geral, e particularmente o português. Também, exprimiram especial satisfação por a questão de Angola estar na Declaração imediatamente após a Argélia.»*

Em relação aos seus dados pessoais, conforme outra «nota» citada, Mário de Andrade tinha nascido *«perto de Luanda em Angola, terminou o ensino secundário em Lisboa, e a Faculdade de Filosofia (Literatura) em Paris»*¹¹⁸. *Agia infantilmente e irreflectidamente, espírito agitado, mas parece muito inteligente». Gentil Viana era natural de Luanda, tinha terminado o ensino secundário e a Faculdade de Direito em Lisboa. Ali, durante um ano, foi delegado do Ministério Público. Era «muito culto, sagaz, inteligente e pessoa séria».* Poucos dados para quem foi o seu tradutor e os acompanhou durante duas semanas por reuniões, visitas a museus e passeios pelos arredores belgradenses.

Embora, os anteriores documentos sejam relatos com alguma falta de pormenores, e outros não foram encontrados, há o mencionado apontamento, *«A Delegação da UPA»*, e duas «notas» dos encontros de P. Aititch e V.Vlahovitch com Holden Roberto que os completam e permitem prever as possíveis conclusões ou dúvidas a que chegaram os dirigentes políticos jugoslavos com a comparação do que ouviram dos dois líderes angolanos e dos membros das suas delegações. Porém, uma decisão definitiva a favor do MPLA só surgiu anos depois e foi, desde então até à independência de Angola, o único movimento angolano apoiado pela Jugoslávia.

Aos dados biográficos de Holden Roberto e Jonas Savimbi, juntaram-se as informações e as apreciações do funcionário jugoslavo¹¹⁹ que acompanhou os membros da delegação da UPA.

¹¹⁸ Apesar destes poucos dados biográficos, a sua profissão de engenheiro, mencionada em documentos anteriores, foi emendada.

¹¹⁹ O seu nome não foi mencionado em nenhum documento,

Assim, «*Gilmor (Holden). 36 anos de idade*¹²⁰. *Casado, seis filhos,*» e vivia com a família em Leopoldville. «*Não tinha estudado nada formalmente*», mas estava bem informado e preparado politicamente, no quadro da sua orientação, para não entrar em conflitos com a oposição e de fazer tudo pela libertação armada de Angola. «*Em que medida era sincero, caso se trate da oposição*» não podia julgar, mas acrescentou que caso algo podia significar, tanto ele, como Pinnock sublinharam que «*os contactos com a oposição eram correctos e até amáveis*». Contudo, «*acerca das reais relações com o movimento do Andrade, Gilmor não falou*».

Anotou, em seguida, que o seu interlocutor «*num momento de sinceridade disse que admirava o povo da Jugoslávia socialista, que estava preocupado somente com o seu trabalho pacífico e não ameaçava ninguém*». Por isso, esperava voltar novamente a Belgrado para uma «*estada de estudo*».

Também, disse que «*inicialmente, foi pacifista, mas que a lógica das coisas o obrigou a decidir-se pela insurreição*». Afirmou, a propósito do discurso de Nehru, que era «*incompreensível a conduta da Índia em relação ao seu excessivo e ultrapassado pacifismo*» e deu o exemplo de que «*a Índia ajudaria fraternalmente a libertação de Angola, caso “apertasse” Portugal em Goa*».

Quanto a Johnny Pinnock¹²¹, ele era «*vice-presidente do movimento UPA, presidente da juventude de Angola. 24 anos, solteiro. Muito inteligente*». Pensava que tinha havido uma guerra, que chegava de palavras com a oposição e nas declarações de solidariedade com a luta do povo angolano. Embora exigissem que os tratassem por «*camarada*», mesmo até por «*tu*», tratava Gilmore por «*senhor*» e era uma espécie de seu secretário. Por vezes, ria-se de Gilmore por causa das suas hesitações e, como ele dizia, das grandes declarações.

¹²⁰ Idade errada, pois tinha 38 anos.

¹²¹ Johnny Eduardo Pinnock (1937-2000) – Dirigente da UPA/FLNA, em 1963, esteve, como convidado, no congresso da União da Juventude da Jugoslávia. Primeiro-ministro do governo de transição (1975), regressou a Angola (1984), director da empresa petrolífera angolana, membro do CC MPLA (1989), ministro (1990), deputado, conselheiro presidencial e embaixador.

Considerava que a libertação de Angola seria muito difícil por causa da sua posição geográfica e, sobretudo, porque aumentavam os interesses de um grande número de países capitalistas (EUA, Inglaterra, Alemanha Ocidental) e, por consequência, não tinham apoio de nenhum país importante do Ocidente.

Tinha a impressão que o seu país foi abandonado e esquecido, e pensava que acontecia o mesmo com a Argélia. Esperavam ajuda e a insurreição já durava há seis meses e, praticamente, não tinham ajudas. Dizia: *«os próprios insurrectos fazem as espingardas e as munições»*, enquanto os portugueses recebiam até bombas de napalm. Disse depois: *«Gostava muito do nosso país e gostaria de voltar para estudar com mais tempo as nossas experiências e realidades»*. Para todos eles, *«o discurso do presidente Tito foi a mais importante e a melhor expressão da vontade dos povos ainda não libertados pela libertação e paz»*.

Como foi obrigado a estar mais com Holden e Pinnock, o citado funcionário acrescentou que não acompanhou os contactos dos outros dois membros da delegação e *«para isso também contribuiu o facto de estarem alojados em lugares diferentes»*. Apesar disso, anotou, do que ouviu e viu, o seguinte: *« Savimbi vive na Suíça (Genebra), 26 anos de idade, solteiro. Fechado em si mesmo e discreto. Estuda medicina e sociologia, muito letrado e inteligente, teórico. Reservado nos contactos com todos, mesmo até com os africanos.[...] Claramente nacionalista africano. Por exemplo, diz que, quando os países africanos se libertarem, farão uma bomba atómica! Perguntou-me quanto é o salário mais baixo na Jugoslávia. Uma vez, em português, confrontou-se com Gilmore, mas isso não durou muito»*.

Neste ou noutros documentos, não há qualquer referência aos estudos ou à estada de Savimbi em Portugal. Relativamente à cimeira, a sua opinião *«não era particularmente boa»*, e repartia os pontos de vista de Tito e de Nkrumah apresentados nos seus discursos.

Webber estudava em Viena e era o mais novo e talvez o menos activo de todo grupo. Era tão reservado que se ficava com a impressão

de que era um pouco limitado. Estava mais ligado ao Savimbi do que aos outros dois dirigentes.

Como não falava francês, a língua corrente de conversação, tinha mais dificuldades de falar com ele. Todavia, perguntou-lhe, em companhia de Savimbi, porque Djilas¹²² estava na cadeia, se então estava em liberdade, acerca da sua actual actividade e o que pensava do seu livro «A Nova Classe». Respondeu-lhe «*que tinha folheado o livro, mas que não era interessante, antes de tudo pelo seu carácter pouco científico e panfletário, e não tinha tempo para artigos jornalísticos tão grandes*». Apesar da breve descrição, estas perguntas e respostas reflectem a repercussão das discussões ideológicas provocadas pela sua publicação em Nova-Iorque (1957) e a prisão do seu autor.

Não sabia, concluiu, «*a que grupo pertencia*», mas não concordava com as nacionalizações como solução e, em particular, depois da independência de Angola. Acerca da Conferência pouco falou, excepto que parecia estar de acordo com o discurso de Nehru e as teses de Tito e Nkrumah.

No almoço¹²³, oferecido por P. Aititch, o presidente da UPA lamentou não ter assistido à cimeira desde o início e, por isso, de ter perdido a possibilidade de contactar diversas delegações¹²⁴. Disse que, em Leopoldville, Adoula lhe prometeu «*ajudar o seu movimento e, particularmente, os refugiados angolanos*». Quanto «*à associação com certos grupos nacionalistas [...], em particular, em relação ao Movimento do De Andrade, as relações eram reservadas*

¹²² Milovan Djilas (1911-1995) esteve preso entre fins de 1956 e início de 1958. Voltou a ser preso em 1962.

¹²³ Neste almoço no Hotel Balkan, no centro de Belgrado e próximo da Assembleia Federal Popular, a conversação decorreu em francês e P. Aititch estava acompanhado por dois diplomatas jugoslavos, sendo um deles o tradutor da delegação da UPA e autor deste texto (5 pág.) acerca dos 4 membros desta delegação. Ali, estavam hospedados Savimbi e Webber, enquanto Holden Roberto e J.Pinnock se encontravam no Hotel Palace, a uns 500 metros de distância.

¹²⁴ «*Gilmore, presidente da UPA, na conversação com Predag Aititch no almoço:*» (AJ,507,IX,3/II-3). Documento (2 pág.) sem data, mas possivelmente de 6 ou 7 de Setembro.

porque considerava que, de todo, este Movimento não existia no país». Salientou ainda que a política colonial portuguesa estava baseada «na liquidação gradual da população negra, entre a qual, segundo as palavras de Gilmore, se encontravam os verdadeiros patriotas. Além dos colonos, aos mulatos foram dados todos os direitos e habilmente eram utilizados pelo poder colonial para fins de espionagem e denúncia à polícia de apoiantes do movimento de libertação». Houve casos de ofertas de cooperação, cuja maioria recusaram e que, mais tarde, confirmaram ser de «gente muito duvidosa, até de agentes ao serviço dos colonialistas». Tal situação recomendava cautelas e considerava que nessas condições, em Angola, não «existia um grande número de verdadeiros patriotas».

Referindo-se ao programa da UPA, realçou que o seu objectivo principal era conquistar o mais breve possível a independência nacional e a sua política não se orientava para «*uma aproximação, seja do Oriente ou do Ocidente, pois tal política significaria levar a Guerra Fria para o território de Angola o que complicaria ainda mais a situação já tão má no país*». Perante o que ouviu, Aititch concordou com as explicações do seu interlocutor e sublinhou a necessidade da «*unidade de todas as forças políticas para que o povo angolano pudesse realizar os seus objectivos previstos*». Sugeriu que seria importante um acordo entre os dois movimentos «*na unidade e na condução de acções conjuntas*», tendo respondido Holden Roberto que «*concordava totalmente com a sugestão*», mas acrescentou que «*para que essa unidade fosse possível e real*», seria necessário verificar quais eram as forças de combate do MPLA.

Na reunião com V. Vlahovitch, no Comité Central da LCJ (7/Set.)¹²⁵, Holden Roberto voltou a lamentar não ter podido acompanhar

¹²⁵ Segundo esta «nota» (2 pág.), assinada por S. Lazarevitch, esta reunião decorreu das 18 às 19 horas e, possivelmente, sem tradutor (Vlahovitch falava francês e castelhano). Igualmente, além da menção do seu local que ficava próximo da Assembleia Federal Popular, Vlahovitch representou a delegação jugoslava na cimeira e não a LCJ.

desde o início a Conferência, mas que *«estava muito satisfeito com os seus resultados, e particularmente pela atenção que dedicou à questão de Angola»*, como o seu grande apoio à luta do povo angolano. Não comentou esses outros resultados, mas disse que representaria um *«grande apoio aos povos oprimidos»* num mundo que era caracterizado *«pela divisão entre aqueles que dominam e aqueles que são oprimidos, dos fortes e ricos de um lado e os atrasados e pobres doutro»*.

Em seguida, mencionou a sua visita a Belgrado, no mês anterior, e o seu encontro com Tito, em que se falou da concessão de apoios políticos e outros à UPA. O texto desta «nota» continua com Holden Roberto a referir-se às suas intenções, na impossibilidade de prolongar a sua estadia, de voltar à Jugoslávia, dentro de um ou dois meses, para outra visita¹²⁶ de uma *«quinzena de dias para conhecer melhor»* as experiências jugoslavas que lhes pudessem ser úteis.

Por parte de Vlahovitch, foi salientado que, numa das reuniões preparatórias da Conferência, se discutiu a ajuda à luta do povo angolano e que Tito tinha colocado essa questão em primeiro lugar. Esta ajuda podia ser não só política e diplomática, mas de outro tipo. Porém, inicialmente, estas ajudas não seriam grandes, embora pudessem aumentar com o desenvolvimento das relações. Mencionou que a melhoria da situação no Congo facilitaria a sua entrega, ficando os pormenores para a próxima visita de Holden Roberto. Este concordou e realçou *«que também eles esperavam muito da estabilidade no Congo. Acrescentou que, em Belgrado, teve conversações tanto com Adoula, como com Gizenga»*.

Perguntou, depois, ao seu interlocutor angolano se tinha falado com *«os representantes do outro movimento angolano»*. Holden Roberto respondeu-lhe que sim, acrescentando que havia desacordos, mas *«que o problema da unidade se podia resolver através do reforço da luta de libertação, salientando que quando todos entrarem na luta, então poderá ser mais fácil falar acerca da unidade e acções conjuntas»*. Perante esta resposta, Vlahovitch replicou que desejavam cooperar *«com todos os movimentos de*

¹²⁶ Uma viagem que nunca será efectuada, apesar de outra tentativa, em 1967, que foi adiada pela ASPTJ.

libertação na base da igualdade de direitos, mas sem ingerências nas suas relações mútuas porque isso eram seus assuntos internos».

A CONCP e a UDENAMO

Como secretário-geral da CONCP, Marcelino dos Santos subscreveu com Mário de Andrade, presidente desta organização, uma *«Message à la Conference des Chefs D'Etat ou de Gouvernement des Pays Non Alignés»* a saudar a sua realização em nome dos povos das colónias portuguesas. Considerando que tinham iniciado *«la lutte pour la liquidation complete du colonialisme et de tous les vestiges du colonialisme et l'imperialisme, et pour la conquete de l'Independence Nationale¹²⁷»* e não podiam deixar de estar preocupados pelos problemas postos pela corrida aos armamentos à defesa da paz, também a luta dos povos das colónias portuguesas se inscrevia na *«ligne generale de la lutte des peuples du monde entier vers le progres general de l'humanite»*.

Por isso, a CONCP esperava que a Conferência soubesse tomar as medidas necessárias para uma rápida liquidação do colonialismo e prevenir todas as tentativas de neocolonialismo. Igualmente, devido às condições *«particulierement difficiles de la lutte des peuples des Colonies portugaises»*, faziam um apelo a todos os Chefes de Estado e de Governo, reunidos em Belgrado, para que eles: exprimissem de maneira concreta a sua solidariedade por essa luta; tomassem medidas conjuntas de boicote económico e diplomático a Portugal; concedessem à CONCP uma ajuda material *«susceptible d'accelerer la realisation des aspirations profondes et legitimes de nos peuples à l'Independence»*.

Para terminar esta mensagem, datada de 1 de Setembro, transmitiram a todos os presentes, e aos povos que representavam, *«le salut fraternel des peuples des Colonies portugaises, ainsi que nos sentiments personnels de sympathie et amitie»*.

¹²⁷ Texto dactilografado em que os acentos são raros.

Dias depois (5/Set.), numa carta dirigida à ASPTJ, assinada por Marcelino dos Santos, a CONCP comunicou a realização, em Rabat, em 22 desse mês, do primeiro congresso da «*Union Generale des Etudiants de L'Afrique Noire sous domination portugaise - UGEAN -*».

Tendo em conta a sua importância e as «*charges matérielles lourdes*» do congresso com as viagens dos estudantes que se encontravam na Europa, na América e em África, a CONCP tinha «*l'honneur de demander à l'ALLIANCE SOCIALISTE DE YUGOSLAVIE*» a quantia de 5 000 dirames (mil dólares) para ajudar a realização deste Congresso.

Antes destes contactos, Marcelino dos Santos acompanhou Adelino Gwambe num dos seus primeiros encontros em Belgrado. Segundo o funcionário que o acompanhou mais de perto, «*a sua actividade foi muito fecunda — Memorando, reprodução em 200 exemplares, documentos em português, envelopes cheios de brochuras acerca de Moçambique. Não perdeu nem uma sessão, foi ao Centro da Imprensa, entrou em ligação com os jornalistas. Regularmente encontrava-se e conferenciava com o Andrade. Reuniu-se com as delegações de Cuba, Gana, Indonésia e RAU. Teve conversações com o camarada Viktorovitch, etc.*». Visitou ainda a Feira de Belgrado e «*todas as noites trabalhou até tarde, nunca quis sair à noite a nenhum lado*».

Neste breve apontamento¹²⁸ a seu respeito, ele era «*perspicaz, apto para se desembaraçar e metia-se em todo o lado. Muito astuto, por vezes até insolente e pedia para o país “a solidariedade da Jugoslávia para os povos africanos”*». Onde quer que aparecesse, tentava impor a sua personalidade, mesmo se tivesse de mostrar a sua pior face. Pouco falava de si, do seu país e partido, mas afirmava que existia um levantamento armado para a libertação da dominação colonial de Portugal. Para terminar, fica-se a saber que «*viajou com a*

¹²⁸ Texto de umas vinte linhas, não assinado (AJ, 142, 539). Apreciação que se tornou, noutras posteriores visitas, muito mais favorável, considerando-o como um «*homem sério e realista*», um dos «*líderes nacionalistas africanos mais conhecidos*» e «*o chefe ideológico da FRELIMO*». Visitou a Jugoslávia mais três vezes (Abr./65, Jun./66 e Mar./69).

delegação marroquina, e não apareceu na reunião com o camarada Aititch, nem disse “adeus” a ninguém.»

No mencionado encontro (31/Ago.) com um dirigente jugoslavo, Adelino Gwambe e Marcelino dos Santos *«insistiram exclusivamente na questão do neocolonialismo como o principal perigo, condenando qualquer tentativa de obtenção da independência que não fosse “total”»*. Por isso, este dirigente perguntou-lhes se a independência da Tanganica, marcada para Dezembro desse ano, iria facilitar a sua luta, tendo em conta o facto da sua fronteira com Moçambique, ao que *«responderam em geral negativamente, acusando Nierere, primeiro-ministro do Tanganica, como uma arma dos colonialistas»*. Como conclusão final, teve *«impressão que o seu Movimento não é particularmente forte no país e que a direcção deste movimento coloca o acento principal na sua actividade internacional como o Andrade»*. No final da conversação, *«exprimiram o desejo de o presidente Tito os receber»*.

Num almoço (3/Set.), Adelino Gwambe disse ao seu anfitrião da ASPTJ que na *«Conferência, ele pessoalmente representava seis milhões de moçambicanos. Salientou que o seu povo estava decidido a persistir na sua luta até à vitória final contra o colonialismo. Transmitiu as saudações do povo de Moçambique para o povo da Jugoslávia e pessoalmente para o presidente Tito»*. Esta nota de uma dezena de linhas termina com o seu pedido do *«pagamento das despesas da viagem»*, pois dizia que pediu *«dinheiro emprestado que t[inha] de restituir no regresso»*.

Além destas duas pequenas notas¹²⁹, um comunicado¹³⁰ da UDENAMO foi distribuído na cimeira e, nas suas 6 páginas, há refe-

¹²⁹ Boletins Informativos (n.º 5 e 6) da Comissão de Relações Internacionais da ASPTJ, publicados durante a Conferência e *«só para informação pessoal»* (AJ, KPR I-4-a, J:2).

¹³⁰ Documento (Ago./61), assinado por A.C.Gwambe (Presidente) e C.Z.Maalayeye (Secretário-Geral) da CC da UDENAMO (AJ, KPR I-4-a). Foi publicado no *Borba* (14Set./3.ª pág). O mesmo jornal já tinha publicado (8 Set./3.ª pág.) um artigo sobre a UDENAMO com dados biográficos e uma fotografia de Adelino Gwambe.

rências às lutas dos povos das colónias portuguesas pela independência, ao secular jugo colonial em Moçambique — a economia e política nas mãos dos colonialistas, trabalho forçado, leis discriminatórias e racistas, analfabetismo e a instrução quase reservada só para os europeus —, à repressão policial e reforços militares a partir de 1959, elevando-se, em 1961, os efectivos militares a 20 mil soldados em Moçambique. Considerando que os poucos factos citados pertenciam a um contexto global muito mais vasto, era necessário não reduzir a luta pela independência a um «*conflit entre le peuple du Mozambique et le gouvernement colonial-fasciste du Portugal*», porque esse conflito era sim entre o povo moçambicano e «*une coalition des forces impérialistes*». Bastava, para isso, «*un bref regard sur l'économie du Mozambique*» para comprovar os interesses das empresas estrangeiras «*aussi bien portugaises qu'anglaises, sud-africaines, belges, américaines, etc.*» e o seu apoio à política colonial portuguesa. Como exemplo, as declarações e a oferta da «*somme de 607 049 livres*» do director da «*Sena Sugar Estates*» ao governo português. Paralelamente, o mesmo governo fez acordos político-militares com a África do Sul e a Federação das Rodésias e do Niassalândia, o ministro da Defesa sul-africano visitou Portugal e, além doutros factos recentes, as potências da OTAN eram «*complices, conscients et volontaires, de Salazar*».

Estes factos provavam assim que a luta do povo moçambicano não era só uma luta contra o colonialismo português, mas também contra uma coligação de forças imperialistas. Coligação essa que se encontrava no Congo ex-belga, Angola e noutras regiões de África. Depois, as manobras imperialistas para dividir as forças patrióticas já começavam em Moçambique, procurando perpetuar o colonialismo, «*mais maintenant sous de nouvelles formes*», ou seja, sob aquilo que então se chamava neocolonialismo. Por isso, era urgente: que os países independentes exprimissem «*d'une manière claire leur solidarité concrète*»; que os Estados afro-asiáticos tomassem medidas de boicote económico e diplomático contra Portugal; e uma vigilância redobrada para «*démasquer à temps les manoeuvres impérialistes*» com vista a instaurar o neocolonialismo em Moçambique.

O comunicado da UDENAMO terminava com vários «*il est nécessaire*», como a solidariedade, o envio de uma comissão de inquérito a Moçambique e junto dos refugiados nos países vizinhos, e todos esforços dos «*pays frères d'Afrique et d'Asie, et tous les pays épris de paix et de liberté*» pela situação moçambicana. Igualmente, os massacres de populações africanas — o de Mueda (Jun./60) conseguiu chegar «*à la connaissance de l'opinion mondiale*» — mostraram «*le caractère barbare*» do regime colonial em Moçambique e a necessidade da luta de libertação por parte do povo moçambicano. No último parágrafo, há um apelo à solidariedade de todos os estados e forças anticolonialistas e anti-imperialistas do mundo inteiro que será uma contribuição inestimável para a causa da libertação e permitirá «*une économie importante de sacrifices en vies humaines.*»

Outros dois documentos (dactilografados) — os Estatutos (26 artigos) e o Programa (14 pontos) — foram as fontes deste comunicado que neles se baseava e resumia.

(VII)

No decorrer das semanas e meses seguintes

Como, muitas vezes, o futuro tem respostas para as perguntas do passado e os documentos assim o comprovam, prolongou-se a pesquisa arquivística e fez-se uma escolha entre esses acontecimentos, relatos e testemunhos dos meses seguintes à Conferência de Belgrado. Estes confirmaram as mudanças em curso a nível mundial, sendo algumas premonitórias para o então «Portugal do Minho a Timor».

Ainda em Setembro

Entretanto, coincidência ou não, no dia 6 desse mês, o governo português revogava o seu «*Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*» (Mai./54). Quanto às conclusões a que chegaram, nesse Setembro de 1961, os dirigentes políticos jugoslavos em relação aos resultados da Conferência e às medidas a tomar para um maior fortalecimento, aumento e coesão do grupo de países — dos presentes aos ausentes em Belgrado — ao redor de uma política não-alinhada, há um documento¹³¹ que as sintetizou, dias depois, numa dezena de páginas. Já a posição jugoslava relativa aos movimentos de libertação das colónias

¹³¹ «Acta da reunião do grupo das questões internacionais do CC, realizada em 9 de Setembro de 1961, com a seguinte ordem do dia: 1. Considerações acerca de questões ligadas à avaliação da Conferência de Belgrado e futuras tarefas a seu respeito» (AJ, KPR, I-4-a/2). Os 6 membros deste grupo do CC LCJ fizeram parte da delegação jugoslava.

portuguesas só aparece bem definida em alguns relatórios e notas dos anos seguintes, verificando-se o mesmo nas relações com a oposição antifascista portuguesa (FPLN, PCP e ASP/PSP).

Esta citada acta tem duas partes, começando com um «*verificou-se o seguinte:*» de 16 alíneas sobre factos e consequências da cimeira, e termina com uma dezena de conclusões.

Nos primeiros dias, as reservas iniciais do «Pravda», os ataques às posições jugoslavas em jornais estado-unidenses e «*a anterior atitude de constante oposição*» da imprensa indiana desapareceram e «*o eco da Conferência de Belgrado e a publicidade, que lhe foi dada na imprensa mundial, foram maiores do que se pressupunha virem a ser*». Mais, «*o efeito positivo e o peso objectivo da CB ultrapassou todas as expectativas*», como mostraram as mensagens enviadas por Kruchetchov, Kennedy e outros.

Apesar dos sucessos — a Jugoslávia apresentou a sua realização no Cairo, convocou e organizou uma cimeira «*com carácter mundial, uma reunião não regional*» em Belgrado — e do «*enorme acontecimento, [...] a política de não-alinhamento, como fenómeno mundial, ainda não se tinha afirmado definitivamente*». Para isso, bastava ver a actividade de Sukarno, apoiado pela China e alguns pequenos estados africanos e asiáticos, para a convocação de um segundo Bandung e o retorno ao regionalismo que, em Belgrado, não ousou apresentar, mas tal ameaça existia. Embora, tenha vencido a concepção jugoslava, era necessário continuar, no plano ideológico, a luta política pela sua afirmação, «*aproveitando a atmosfera extraordinariamente favorável que surgiu após a CB entre uma vintena de países (com a excepção da Índia)*».

Além disso, a Índia procurou aproveitar «*a CB como uma oportunidade para melhorar as suas posições em relação aos blocos e, no início, frontalmente, conduziu uma campanha*» contra as propostas jugoslavas, continuou com tais posições no comité da conferência, mas todas essas combinações fracassaram e ao seu redor não surgiu nenhuma fracção. Porém, numa fracção pareciam mais os árabes (sete estados árabes) que se manifestaram «*sobretudo em relação a Israel e na questão alemã*», bloqueando os trabalhos a respeito destas duas questões.

Apesar da «afirmação da política de não-alinhamento como uma política com futuro», recomendou-se que não se podia ter pretensões a que tudo fosse compreendido e aceite de acordo com os pontos de vista jugoslavos. Por isso, era necessário «*examinar a situação, momento e tarefas ideológico-políticas para o futuro trabalho no campo não-alinhado, junto a uma eventual acção nos blocos, até mesmo no campo chinês (por causa das suas pretensões nos PAA¹³², os chineses anteciparam-se aos russos com a sua atitude positiva)*».

Verificou-se, também, que aumentou fortemente o interesse na Jugoslávia pela política internacional e a necessidade de uma «*elaboração mais profunda de certos problemas (colonialismo e outros) e da concepção de coexistência*». Igualmente, seria conveniente examinar a actividade dos serviços de propaganda e de imprensa.

No plano diplomático, as embaixadas jugoslavas iam receber instruções acerca da CB do seu Secretariado de Estado dos Negócios Estrangeiros, e realizou-se uma reunião com embaixadores sobre este assunto. Ao mesmo tempo, o SENE analisava o caminho para a liquidação da participação jugoslava «*no Pacto Balcânico¹³³, que já há anos não tinha raison d'être*».

Conforme o décimo ponto deste documento, «*seria vantajoso e necessário um esforço particular junto dos americanos com o objectivo de uma correcta interpretação da nossa política*». Propunham-se contactos nesse sentido com o embaixador Kennan e, paralelamente, o embaixador jugoslavo nos EUA, Marko Nikezitch, faria o mesmo junto do Departamento de Estado. No caso da URSS, embora esses contactos fossem mais frequentes, continuariam a nível de embaixadores. Além da Conferência de Belgrado, era preciso comunicar ao governo soviético que, perante uma «*política*

¹³² Países africanos e americanos (N.doT.).

¹³³ Foi assinado, em Ancara (Fev./53), pela Turquia, Grécia e Jugoslávia e abrangia a cooperação política, económica e militar.

de posições de força (testes nucleares, Berlim, etc.)», não podia continuar a contar com o seu apoio.

Relativamente aos países não-alinhados, era preciso mais cooperação, contactos e informação. Alguns deles estavam pouco informados acerca da Jugoslávia anterior à CB. Igualmente, com a Índia devia-se aproveitar todas as possibilidades para novas negociações. Tendo em conta as conversações com os países observadores da América Latina, a seguinte actividade diplomática nessa região deveria tomar *«em consideração que a doutrina de Monroe foi enterrada, o que representava uma nova situação».*

Do mesmo modo, outra qualidade era possível *«nas relações com os movimentos de libertação nacional, com alguns partidos sociais-democratas (Japão, socialistas e forças de esquerda em Itália, etc.), como com alguns partidos comunistas (PC de Itália, PC da Bélgica e outros)».*

Apesar das posições do *«lager»*¹³⁴, *«a CB iria ter importantes repercussões tanto nos partidos dentro como fora do lager».* Uma possibilidade indiciada na reunião de V.Vlahovitch com Mário Alicata, dirigente comunista italiano, em que, em relação a este partido, *«a CB dava possibilidades a uma futura diferenciação e abria um largo espaço para a acção na política interna do PCI».*

Quanto à importância da CB no país, ela *«foi grande e positiva. Antes da abertura da CB houve comentários acerca dos gastos com a organização da Conferência, mas tais histórias desapareceram. A satisfação das pessoas pela CB foi grande».* Conforme esta última alínea, *«aumentou, extraordinariamente, o interesse pelas palestras sobre a política externa* ¹³⁵, *os nossos pontos de vista e, em geral, pela problemática internacional».*

¹³⁴ Campo ou grupo em alemão. Nesses anos, esta palavra designava o «bloco socialista» na terminologia política jugoslava.

¹³⁵ Segundo o *Politika* (28Set./5.ªpág.), houve só *«na Croácia, mais de meio milhão de pessoas nas palestras sobre a Conferência de Belgrado»* com documentários e filmes da *«Filmske Novosti».*

Em base do que foi exposto, a comissão propôs uma dezena de conclusões, começando pela necessidade de análises e avaliações da CB, da situação internacional e de uma saída para a tensão política mundial. A sua aprovação deveria ser feita ao mais alto nível político (presidências da LCJ e ASPTJ), e seguida de reuniões e debates pelas repúblicas jugoslavas.

Em cooperação com o SENE, recomendou-se uma informação imediata dos jornalistas e publicistas sobre as avaliações (básicas ou de princípio) da CB, chamando a atenção para não se acentuar (em conferências, na imprensa e publicismo, nos contactos dos diplomatas jugoslavos, etc) *«as divergências na CB e ter em consideração a posição objectiva dos governos e dos países e o sucesso real, objectivo e completo da CB»*. Também, se devia formar um grupo de publicistas para apresentarem *«determinados problemas actuais (coexistência, colonialismo, etc.) em revistas e jornais. [...] Na preparação destes artigos, organizar as necessárias anteriores conversas e discussões»*. Neste plano, foi proposta a publicação de materiais da CB nas línguas nacionais e estrangeiras, como as Declarações, os discursos de Tito e outros livros acerca da Conferência (documentos e fotografias, *«artigos positivos acerca CB, publicados na imprensa nacional e mundial»* e memorandos).

Retomando o exposto em alíneas anteriores, foi recomendado: ter em consideração as posições a tomar perante *«a política soviética e do Ocidente, e a futura cooperação com os participantes da CB»*; examinar as relações com *«certos partidos comunistas, movimentos de libertação nacional e anticolonialistas, e alguns partidos sociais-democratas — à luz da repercussão da CB»*; fazer uma análise das possibilidades de apresentar, nas próximas reuniões internacionais, as concepções políticas jugoslavas; adiar a publicação do artigo (resposta ao ataque anti-jugoslavo no projecto do programa do PC soviético) para depois do Congresso desse partido.

Para terminar, este grupo do CCLCJ aprovou «*reunir-se, regularmente, às quintas-feiras*» e enviou este documento a uma dezena de dirigentes políticos (Tito, Rankovitch, K. Popovitch e outros). Como foi um dos primeiros deste período da política externa jugoslava e pelos seus subscritores, as suas páginas são uma síntese da participação jugoslava na formação do Movimento dos Países Não-Alinhados, registando os principais passos dados e propostos pela diplomacia jugoslava nesse ano de 1961.

Em fins de Setembro

Entre os 25 estados que participaram na Conferência de Belgrado, eram poucos aqueles que não tinham sido colónias ou vivido sem guerras no século XX, havendo até um deles (Argélia) a lutar pela independência e outro (Congo) já em guerra civil, uma das primeiras do neocolonialismo em África. Não admira, portanto, que o anticolonialismo fosse aceite por unanimidade e apoiado por todos. Todavia, diga-se, um apoio com diferenças suficientes para serem notadas nas sessões e conversas de bastidores que ocorreram, durante esses dias de Setembro, na capital jugoslava.

Nos próximos meses, Angola continuou a merecer as atenções jugoslavas e mantiveram-se as relações com a CONCP. Como foi referido, um representante da UEJ foi convidado para assistir, em Rabat (22-26/Set.), ao I Congresso da União Geral dos Estudantes da África Negra sob a dominação colonial portuguesa (UGEAN). Duas semanas após a Conferência de Belgrado, outras informações sobre as colónias portuguesas foram recolhidas por Ivan Ivekovitch¹³⁶ que

¹³⁶ Nasceu em Zagreb. Terminou o ensino secundário em Paris, licenciatura em Direito (Belgrado/1965) e doutoramento em Ciências Políticas (Zagreb/1981). Dirigente e funcionário da UEJ, ASPTJ e diplomata (1981/91). Embaixador na Tanzânia e no Egipto. Jornalista e autor de artigos e livros (relações internacionais, África e Médio-Oriente). Depois de 1992, professor na Universidade Americana do Cairo.

as apresentou num relatório¹³⁷ sobre este «congresso que durou 5 dias com a participação de 31 estudantes das colónias portuguesas, 13 representantes estrangeiros oficiais [de 12 associações nacionais e organizações internacionais de estudantes] e um certo número de estudantes marroquinos». Igualmente, entregou «ao comité provisório a ajuda da UEJ (200 dólares e uma máquina de escrever)».

A UGEAN teria, no máximo, uma centena de filiados, dispersos por diversos países da Europa e da África, «enquanto o seu número total se elevava a cerca de 300 e a sua maioria encontrava-se no próprio Portugal». Apesar destes números modestos, o autor do relatório considerou que já tinha alcançado uma «forte afirmação internacional, e os seus representantes compareciam em muitas reuniões estudantis. Também, não se devia subestimar o papel moral e político que esta organização podia desempenhar no plano interno como catalisador de diferentes correntes nos movimentos nacionalistas destes países».

Nas suas observações acerca do Congresso, o dirigente estudantil jugoslavo relatou algumas conversas e factos das sessões, mas sem mencionar factos e nomes, excepto o de «D. Graça»¹³⁸, o presidente eleito. Anotou, por exemplo: «Foi interessante a posição de muitos delegados acerca da luta armada, que se manifestou nas conversas privadas. Eles defendem a tese de que, como elite intelectual, como futuros dirigentes dos seus povos têm, como primeiro obrigação moral, de estudar e de terminar os seus estudos. Como exemplo

¹³⁷ (AJ, 142, F-539). Este documento (10 páginas) tem o relatório do congresso com uma dezena de pontos (UGEAN, moções, comissões e discussões) e um anexo (a situação política em Portugal e suas colónias, relações dos movimentos nacionalistas com a Jugoslávia). O original deste relatório e outros documentos (bolsas de estudo, viagens, etc) sobre as relações UEJ-UGEAN encontram-se no mesmo Arquivo (AJ, 145, F-46).

¹³⁸ Acerca de Desidério da Graça (ou Costa noutros documentos, sendo este o seu último apelido) acrescentou que «a personalidade do presidente [...] era particularmente apropriada porque ele era protestante de Angola».

característico, citaremos que numa reunião de uma comissão discutiram seis horas sobre diversas formas de luta, analisando-as até aos mais pequenos pormenores, mas ninguém mencionou a luta armada!»; houve sessões do Congresso sem quórum, em que «a relação dos delegados presentes e dos observadores estrangeiros foi, por vezes, até favorável para os estrangeiros.»; estes últimos mostraram, na sessão final, «muito mais iniciativas, propondo e fazendo emendas, enquanto a maioria dos anfitriões se contentava em levantar o braço».

Ainda, achou que os dirigentes eleitos para o Comité Executivo «eram todos jovens e pessoas novas a quem faltava experiência política» e que seria interessante mencionar que «no novo CE, quase todos eram negros, enquanto no comité provisório¹³⁹ eram todos mestiços».

Apesar dos contactos terem sido «muito sinceros e cordiais» e os delegados terem mostrado «grande interesse por formas concretas de cooperação» com a UEJ, nada escreveu sobre eles ou fez qualquer referência à fuga¹⁴⁰ de Portugal (Jun./61) de muitos dos presentes. Uma falta de informações confirmada por «algumas observações acerca do Congresso» em que considerou que «se podia dizer que os delegados mostraram em certa medida uma falta de alguma experiência política e organizativa, o que era compreensível tendo em conta as possibilidades específicas nas quais se encontrava a África, e sobretudo os territórios sob a dominação portuguesa». Por

¹³⁹ Um dos seus membros tinha estado no seminário sobre a paz (Dubrovnik/1960), organizado anualmente pela UEJ. Foi o primeiro contacto entre as duas associações estudantis. Estes contactos continuaram através de Luís de Almeida e José Carlos Horta, residentes na RFA, com o envio de documentos (Jan.61): um panfleto anticolonialista (Lisboa, Nov./60); protesto pela destituição da direcção da Casa dos Estudantes do Império (Dez./60).

¹⁴⁰ Esta fuga de uma centena de estudantes para França não foi mencionada em nenhum documento anterior, nem o autor deste relatório sabia do acontecimento — embora, a notícia tivesse sido publicada em jornais franceses —, ou ficou a saber após ter falado, seguramente, com alguns deles, tendo em conta que, desses 31 estudantes presentes em Rabat, muitos tinham participado nessa fuga. Também, não fez qualquer referência ao movimento associativo estudantil em Portugal.

isso, segundo ele, «*o seu trabalho*» nas três comissões do Congresso foi feito pelos representantes de três associações africanas, entre as quais, a dos estudantes marroquinos (UNEM).

Até final desse ano

Quase dois meses após a Conferência, a Jugoslávia festejou a atribuição do Prémio Nobel de Literatura a Ivo Andritch¹⁴¹, o autor da «Ponte sobre o Drina» e da «Crónica de Travnik».

Também, nesse mês de Outubro, em Bruxelas, realizou-se a 50.^a Reunião da União Interparlamentar. A delegação jugoslava, chefiada por V. Vlahovitch, teve conversações com «*democratas portugueses*» — os nomes não foram mencionados — acerca duma «*acção de apoio aos presos*» políticos e do abaixo-assinado internacional pela sua libertação. Falaram, ainda, da situação política em Espanha e dos «*acontecimentos em Angola*». Segundo este documento — a acta da reunião da Comissão das Relações Internacionais da LCJ e da ASPTJ, efectuada em Belgrado (14/Out.) —, Vlahovitch informou que «*relativamente ao PC de Espanha, [eles tinham] uma posição muito crítica. Consideravam-no oportunista porque não se orientava para a luta armada. Estimam mais Andrade do que Gilmore, o qual consideram um homem dos americanos somente por causa de que viveu na América. Gilmore fez a insurreição. Andrade não tem unidades armadas. A coisa parece estar no facto de que Andrade é membro do PC de Portugal e o grupo em redor de Andrade era contra a insurreição*». Como não foram encontradas¹⁴² as «*notas magnetofónicas*» desta reunião, ficam as suposições e os factos anotados numa dezena de linhas desta breve acta.

¹⁴¹ (Travnik, 1892-Belgrado, 1975). Escritor e diplomata. As páginas do seu «*Portugal país verde (fragmento de um relato de viagem)*» foram escritas depois de uma viagem a Lisboa, quando esteve na legação em Madrid (1928), e terminam com um «*sede felizes e calmos: encontrai-vos em Portugal*». Vide nosso «*Portugal em dois escritores jugoslavos*», *História*, n.º 65, Lisboa 1984.

¹⁴² Uma das raras reuniões desta Comissão sem referência à sua gravação e respectiva transcrição (AJ, 507, IX, s/a-103).

Até ao fim do ano, além de Angola, Goa (Damão e Diu eram pouco mencionados) ocupou um lugar importante na política mundial. As semanas anteriores dos preparativos para «*o seminário sobre as colónias portuguesas do Conselho da Índia para a África*», em Nova Deli e Bombaim (20-23/Out.), mereceram as atenções da diplomacia jugoslava e, como convidados, um seu observador presenciou as sessões dessa reunião internacional¹⁴³. Entre os seus participantes, estavam representantes das colónias portuguesas (Gentil Viana, Marcelino dos Santos, Jonas Savimbi e outros) e líderes africanos de países não independentes. Um terceiro grupo era constituído, sobretudo, por diplomatas de «*20 países que se destacaram na luta contra o colonialismo*», sendo formado por «*todos os países árabes, alguns africanos, depois o Brasil, URSS, EUA, Alemanha O. (a pedido explícito do seu embaixador) e Jugoslávia*». A oposição (anticolonialista) portuguesa esteve representada por Manuel Sertório que, como «*secretário do Comité da Frente Democrática dos Portugueses no exílio*», em São Paulo, falou com o convidado jugoslavo no seminário e pediu «*ajuda material, política e moral*»¹⁴⁴.

¹⁴³ Como o seu relatório deste seminário não foi encontrado, estes dados são anteriores ao início do seminário. Igualmente, não tivemos acesso às fontes existentes nos arquivos indianos.

¹⁴⁴ Este telegrama (Deli, 9/Nov./61) foi enviado pelo SENE para informação da embaixada no Brasil que, em 11/Dez./61, respondeu o seguinte: «*Manuel Sertorio, vosso 433621, é representante de um dos muitos grupos de emigrantes políticos no Brasil. Ele é socialista, anticolonialista, mas pessoa de gabinete e muito reservado, o que o conduz frequentemente a conflitos. Poder-se-á dar-lhe ajuda, especialmente pela linha anticolonialista mas sem alguma ilusão acerca da sua importância ou papel. Barichitch*», (ADMNE, Portugal, F-108, 1961). Embora pareça estar bem informado, o subscritor é um embaixador com três meses no Brasil, que, em fins de Outubro, informou que «*Galvão ficou encantado com recepção e as conversações em Belgrado*» e, então, estava «*em Marrocos, em contacto com a oposição e a emigração política portuguesas*». Uma confusão que lhe mereceu a seguinte resposta (9/Nov.) do seu vice-secretário, Leo Mates: «*Incompreensível vosso 346 porque Galvão não esteve na Jugoslávia. Na realidade, somente Delgado esteve alguns dias convidado pela Liga da Paz antes da partida para Marrocos. Delgado informou por carta a Liga de que Galvão impede a sua actividade com as suas acções e declarações. Mates*». Na sua resposta, Barichitch reconheceu o seu

Na primeira metade de Dezembro, o embaixador jugoslavo foi informado regularmente pelo governo indiano da sua iminente «*intervenção militar*»¹⁴⁵, e, no dia 18, das operações vitoriosas das forças armadas e do fim do «*Estado Português da Índia*». Também, nesses dias e seguintes, essas informações abrangeram as reacções políticas das «*grandes potências*» e das actividades diplomáticas indianas. O Reino Unido, através do seu embaixador, exprimiu a Nehru a «*insatisfação e preocupação*» por essa decisão, mas sublinhou que só «*expressou a opinião do governo e que não se tratava de pressões*». Quanto aos EUA, pelo seu embaixador John K. Galbraith, teriam dito que «*embora aprovem a acção, realçaram todo o tempo as suas dificuldades com os aliados da OTAN*». Porém, a Índia estava segura que não haveria qualquer contramedida, «*porque Goa era uma questão da manutenção do colonialismo e não da defesa dos membros da OTAN*».

Em relação à «*libertação de Goa*», os meios políticos de Nova Deli consideravam que «*terá importantes consequências nos países africanos ainda não libertados, principalmente nas possessões portuguesas*», apesar de se reconhecer que «*a tarefa indiana fora de longe mais fácil*», pois os africanos deparavam-se com colonialistas bem armados.

Além de um atento acompanhamento da política do governo indiano, durante o último trimestre desse ano, a embaixada jugoslava procurou ouvir outras opiniões sobre a importância do seminário

erro, mas justificou-se que «*pensávamos no camarada Delgado*». Contudo, graças e este erro, soube-se desta carta que deveria estar no arquivo (talvez, desaparecido) da citada Liga da Paz.

¹⁴⁵ Em 9 desse mês, segundo V.H. Coelho, secretário-adjunto do MNE, como acreditava «*cada vez menos na disposição de Portugal se retirar pacificamente*», só restava à Índia decidir-se por acções militares. Parecia «*que a Índia não teria problemas com os EUA*». Também, «*as obrigações da OTAN em relação a Portugal não abrangiam a Ásia*». Estava seguro que «*países como a Itália, Grécia, Bélgica opor-se-iam a apoios a P. por Goa*». O único que «*poderia apoiar, em certa medida, P. seria a GB*». Além da Grã-Bretanha, mesmo o Paquistão não daria abertamente qualquer apoio por causa da sua «*posição em África*» (ADMNE, Índia, F-35, 1961).

sobre «os problemas das colónias portuguesas». Não obstante uma apreciação negativa — a organização deste seminário por uma «filial americana» e financiada pelos EUA, serviu para a Índia «se mostrar como um grande combatente contra o colonialismo», porque o colonialismo português era mais fácil de atacar do que o britânico¹⁴⁶ —, só dois meses passados com a invasão do exército indiano e o fim do «Estado Português da Índia», houve outras que consideraram, entre diversas razões políticas nacionais e internacionais¹⁴⁷, a grande influência que teve este seminário sobre Nehru na sua decisão por uma «intervenção militar em Goa¹⁴⁸». Decisão essa que surgiu da

¹⁴⁶ Esta opinião de K.N.Gichoya (secretário-geral da Associação dos Estudantes Africanos na Índia e estudante da colónia britânica do Quênia) era semelhante às anteriores críticas do embaixador jugoslavo, Duchan Kveder, em relação ao anticolonialismo do governo indiano e de Nehru. Por exemplo, no seu telegrama (Nova Deli, 30/Mai./61) sobre uma reunião do Partido do Congresso, pode-se ler: «*Nestes últimos anos, Nehru não tinha feito uma crítica tão dura à GB (N.do.T: Grã-Bretanha) como agora em relação ao apoio da GB a Portugal. Assim, mostrou que também se pode criticar a GB, embora em parte alguma mencionou que a própria GB tem os seus pecados colonialistas.*»; «[...] *Ele dirigiu a principal dureza e a maior parte do discurso contra o minúsculo Portugal, apresentando-o quase como o principal mal da situação actual, chamando às suas acções em Angola “matanças” e à sua forma de colonialismo como o “mais sanguinário e tenebroso na história”.* Assim, o fogo aponta-se para um alvo relativamente insignificante, enquanto que a Índia passa como a lutadora, a protectora dos desprotegidos e, na verdade, mal tocou num dos mais importantes. » (ADMNE, Índia, F-116, 1961).

¹⁴⁷ Neste telegrama (23/Dez./61) da embaixada jugoslava, essas razões nacionais foram as seguintes: «*insatisfação geral pela indecisão do governo para ajustar contas com as colónias portuguesas*»; «*a grande pressão de todos partidos*»; «*a situação pré-eleitoral apressou a decisão*»; e «*a Índia na impossibilidade de resolver uma série de outras questões abertas como Cachemira, litígio indo-chinês, revolta das tribus Naga, o governo foi para a liquidação do problema mais fácil*». Entre as razões internacionais, mencionaram: «*a presença dos portugueses no território indiano, as potências ocidentais podiam utilizar sempre como meio de pressão sobre a Índia*»; «*era preciso mostrar uma certa firmeza aos chineses e demonstrar determinação na salvaguarda do território nacional*»; «*demonstrar aos países africanos que a Índia era consequente no anticolonialismo [...] e, assim, recuperar o prestígio perdido no Cairo e Belgrado*», (ADMNE, Índia, F-35,1961).

¹⁴⁸ Ibidem.

sua reunião, segundo Mário de Andrade¹⁴⁹, com os dirigentes da CONCP.

Embora os traços documentais dessas razões e decisões devam estar nos arquivos indianos, não foi possível encontrar qualquer referência arquivística ou bibliográfica acerca desta questão¹⁵⁰. Contudo, nesse Dezembro de 1961, além das mudanças ocorridas na situação política internacional, já sete anos tinham passado sobre a integração das últimas possessões francesas (Pondichéry, Karikal, Yanaon e Mahé) na União Indiana (1/Nov./54). Recusando um acordo semelhante, o governo de Salazar acreditava (ou parecia acreditar) que o pacifismo de Nehru e o apoio do Reino Unido e dos EUA¹⁵¹ impediriam qualquer solução militar indiana para este conflito. Uma posição semelhante das chefias militares foi comprovada pelo brigadeiro Martins Beirão, o comandante militar do Estado Português da Índia, quando «esteve em Lisboa entre fins de Agosto e meados de Outubro de 1961, tentando convencer as autoridades militares da inevitabilidade da invasão de Goa e da necessidade de reforçar o armamento de que se dispunha¹⁵²».

¹⁴⁹ Vide <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/09/08/da-«lumpen-aristocracia»-a-luta-pela-independencia-55/>, consultado em Jan./ 2012. Nesta longa entrevista, Mário de Andrade mencionou Gentil Viana e Marcelino dos Santos como sendo os dirigentes da CONCP nessa reunião.

¹⁵⁰ Também, não foi mencionada na conferência internacional «Goa 1961 and Beyond», organizada pela Universidade de Goa (Dez./2011).

¹⁵¹ Sobre este apoio: António Correia de Lima, *O Fim dos Séculos — Goa, Damão e Diu*, Bertrand Editora, 1997. Assim: «O Plano Sentinela já existia desde a ameaça de invasão, em 1956, pela União Indiana. Só que naquela altura a política internacional era outra, o potencial bélico português em Goa era outro, e contava-se com o apoio da esquadra americana instalada em Karachi. Porque os americanos estavam a nosso favor. Por isso, era preciso resistir durante uns dias [...]» para permitir a chegada da esquadra. Ora, em fins de 1961, o autor comenta: [...] com a política internacional virada contra nós, sem o apoio dos americanos, o Plano Sentinela tornou-se a prova cabal da incompetência do nosso Alto Comando».

¹⁵² Sobre este depoimento e outros (Vassalo e Silva, Teotónio Pereira, Adriano Moreira, etc.), ver: Mário Matos e Lemos, «Goa, o Princípio do Fim do Império. Alguns Documentos», Estudos do Século XX, n.º3-2003, p.271-287.

Em fins desse ano, as informações da embaixada no Congo diziam que a insurreição em Angola estava na defensiva, o que o MPLA reconheceu, enquanto a UPA falava de acções militares e, nesse sentido, fazia comunicados. Entre os dois movimentos não havia qualquer cooperação e até se dizia que «*a gente do Holden desarmou e matou 25 milicianos do MPLA*». Além de reconhecer que era «*difícil conseguir uma imagem clara acerca da influência e da organização de ambos os movimentos*», o diplomata jugoslavo informou, baseando-se «*em dados dos centros daqui e dos refugiados*», que nas cidades angolanas «*a situação era normal, o comércio regular*» e os portugueses matavam «*sem piedade todos aqueles que eram suspeitos*». Resumindo as diferenças e os apoios internacionais aos dois movimentos, descreveu como «*bastante difícil o estado material*» dos cerca de 160 mil refugiados angolanos na província de Leopoldville e, respondendo a uma pergunta do SENE, terminou o seu telegrama com a resposta seguinte: «*Acerca NETO, não temos novos dados excepto de que continua na prisão. Para a sua libertação dever-se-ia coordenar a acção com outros movimentos anticolonialistas.*¹⁵³»

Em Fevereiro do ano seguinte

Os primeiros contactos mais directos com a situação política portuguesa foram restabelecidos, após 1948 e um longo interregno nas relações jugoslavo-portuguesas (estatais ou partidárias), com a mencionada viagem de Humberto Delgado a Belgrado (Set./61). Todavia, a falta de documentos acerca da sua estadia na capital jugoslava só foi atenuada, em 1962, pela documentação relativa a uma reunião do general Humberto Delgado com o embaixador jugoslavo no Brasil¹⁵⁴ (30/Jan.) e à seguinte visita de Mário Ruivo (16-21/Fev.).

¹⁵³ Telegrama (5/Jan./62) com 40 linhas (ADMNE, Angola, F-107, 1962).

¹⁵⁴ «*Visitou-me general Delgado chefe da oposição Portugal. Agradeceu recepção na RPFJ e pediu ajuda de 100 000 dólares. Este era o objectivo principal*

Segundo a *Nota da ASPTJ*, este dirigente da «Junta Patriótica Central de Portugal» vivia em Roma, onde trabalhava como funcionário da FAO, «o que lhe permitia, como dizia, viagens a diversos países europeus»¹⁵⁵. Nas suas conversações com «os camaradas Viditch e Aititch, Ruivo falou: 1. acerca da situação em Portugal, criação, carácter, força e tarefas da Junta; 2. acerca da ajuda da Jugoslávia às actividades da Junta». Conforme este documento, começou por falar da «queda da República Portuguesa» e da chegada ao poder de Salazar que instaurou um «fascismo camuflado com certas formas da democracia como são as eleições que se falsificam constantemente e etc., não chamando a atenção para si da opinião pública mundial como Hitler e Mussolini». Estes três «[...] trouxeram o Franco com o qual, desde então, constantemente Salazar colabora[va] o mais estreitamente». Quanto ao movimento antifascista que foi forte, em 1945, com grandes manifestações contra Salazar, não conseguiu derrubar a sua ditadura, «porque os EUA o tomaram como um apoio para a manutenção das suas bases nas costas do Atlântico. Por isso, em Portugal, continua[va] a manter-se uma ditadura fascista sem liberdade de imprensa, associativismo sindical e etc.». Contudo, como as eleições foram tão falsificadas, a oposição nem apresentou nas últimas os seus candidatos.

da sua visita. Contou que organizou a recente revolta militar em Portugal, que teve pela primeira vez mortos e foi a primeira tentativa séria contra Salazar. Falou do descontentamento no exército, que está contra a guerra em Angola. Gastou todos os recursos nesta revolta e precisa de reunir pelo menos três vezes mais dinheiro para uma nova revolta. Pediu que tal pedido se mantenha em segredo, pois os seus liberais acusá-lo-iam de pedir dinheiro aos comunistas e, também, não poderia aceitar algumas condições em relação a nós depois desta ajuda.» (ADMNE, Portugal, F-115, 1962). A resposta do SENE foi «que não se deveria dar ajuda monetária». Vide nosso «As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-1974) — Colectânea de Documentos», IUC, Coimbra, 2012.

¹⁵⁵ (AJ, 507-IX, 10/V), «Nota acerca da conversação dos camaradas Dobrivoie Viditch e Predag Aititch com Mário Ruivo (José Fernandes) representante da Junta de Acção Patriótica (N.doT.: Junta Central de Acção Patriótica) de Portugal» (6 pag.).

Referiu-se, em seguida, aos enormes custos militares para a manutenção das colónias (Angola, Goa, Moçambique) que conduziram o país a um estado muito difícil, cuja economia era aliás atrasada. Exemplificando, descreveu com alguns dados estatísticos a «fase inicial» da industrialização em Portugal, a agricultura baseada na pequena propriedade e a repartição dos rendimentos das colónias por «um grupo de pessoas muito reduzido».

Tudo isto conduziu a uma «insatisfação geral de vastas camadas do povo, entre as quais também as médias, por exemplo, os comerciantes, cuja situação se agravava com a diminuição do poder de compra do povo e etc.».

À crise interna juntou-se a externa (isolamento na ONU por ocasião da votação acerca de Angola e de Goa). «Na conservação de Salazar, esta[vam] interessados o capital inglês, americano e belga e, nos últimos tempos, a Alemanha Ocidental da[va] ajuda económica (através de Israel) que, em geral, se utiliza[va] no reforço do potencial militar».

Apesar destes apoios, as condições para o derrubamento de Salazar tinham amadurecido e acrescentou: «É absolutamente possível que, muito em breve, também os americanos comecem com a substituição das suas ditaduras, uma por uma, por governos democráticos. Por isso, é um dever das forças democráticas e antifascistas de aproveitar as condições existentes para a formação de um governo o mais democrático possível e a abertura de um caminho que conduzisse a mudanças na estrutura do sistema». Concluiu que este era «o objectivo e a essência das actividades» da Junta Patriótica Central.

Depois falou da Junta, fundada em 1960, e das «forças democráticas» que a constituem e da sua organização em Portugal e no estrangeiro. Igualmente, colaboravam com o general Humberto Delgado e tinham «conversações com ele para disciplinadamente se juntar ao movimento. Como anterior candidato para presidente da República e personalidade distinta podia ser muito útil à Junta. Considera[vam] o Galvão um aventureiro, homem capaz

para acções, como foi a do «Santa Maria», que [eram] boas para chamar as atenções da opinião pública democrática mundial para a ditadura de Salazar; mas elas não [eram] suficientes e é muito mais importante uma luta continuada e organizada. Continuarão a apoiá-lo quando for vantajoso e a criticá-lo quando efectuar acções imprudentes».

Achava, ainda, que o maior sucesso da Junta foi que conseguiu reunir todas as forças antifascistas e, em contraste com a Espanha, a oposição estava unida contra Salazar. Entre essas forças, o Partido Comunista era a força mais organizada e o seu secretário-geral era *«um homem muito dinâmico, quase sempre se encontra[va] em Portugal e [era] capaz de encontrar uma ampla plataforma para a cooperação de amplas forças democráticas na luta contra Salazar»*. Nos últimos tempos, reforçava-se a organização dos socialistas de esquerda, de quem Ruivo era membro. A Igreja Católica, através de um bispo, oferecia resistência a Salazar. No exército, existia um certo apoio, em particular, através dos estudantes *«que estavam provisoriamente no exército como oficiais»*.

No campo dos apoios externos, tinham relações com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, os quais, por seu lado, ajudavam com a sua luta o desenvolvimento do movimento democrático em Portugal. Em Itália, França, Brasil e Venezuela foram criados comités de solidariedade com os antifascistas de Portugal.

A Junta colaborava *«com Andrade que considerava como patriota e activo no território de toda Angola, enquanto com Gilmore, cujo movimento de recente data, não colaboravam. Deixou a impressão que considerava Gilmore como um homem americano e que os americanos preparavam terreno para substituir Portugal em Angola»*.

Consideravam muito importante o apoio da Jugoslávia pela grande reputação da sua política em geral e, em particular, em relação aos movimentos de libertação em África. Além disso, era um apoio especialmente importante porque lhes permitia *«reunir as*

mais amplas forças democráticas e diversas convicções políticas e ideológicas na luta contra Salazar».

No campo da ajuda jugoslava à JPC, Mário Ruiivo colocou a questão se poderiam ajudá-los no equipamento de uma estação de rádio¹⁵⁶, em Marrocos, e disse que o governo marroquino já tinha concordado com a Junta a sua instalação no seu território.

Segundo estes dirigentes da ASPTJ, a sua resposta foi a seguinte: *« tendo em conta a luta que também tivemos contra o governo fascista antes da guerra e contra a ocupação fascista, e pela nossa política de princípios, temos total compreensão e simpatia pela sua luta e podem contar com o nosso apoio. Quanto a respeito da cooperação, em geral, só agora nos conhecemos e estabelecemos os primeiros contactos e é necessário empenhar-se mutuamente para que ela se torne ainda mais eficaz».* Quanto ao pedido da estação de rádio, em breve, dariam uma resposta¹⁵⁷. Todavia, podiam *«enviar material que seria convenientemente transmitido nas emissões da Rádio Belgrado».*

Para terminar, uma referência ao próprio Mário Ruiivo: *«Deixou uma impressão muito sólida e deu muitos argumentos convincentes acerca das actividades da Junta. Mostrou-nos documentação da sua imprensa que faz lembrar a nossa imprensa clandestina antes da guerra. Especialmente, sublinhou, em relação à estação de rádio, que através dela redigiriam melhor a imprensa, comentários e etc., e que a estação de rádio seria ouvida amplamente em Portugal».*

¹⁵⁶ Na citada entrevista (Jul./2012), falou-nos deste pedido, da política externa jugoslava e dos primeiros contactos com a ASPTJ. Também, não se esqueceu do frio e da neve que havia em Belgrado. Nesse mês, antes da sua chegada, um nevão cobriu as ruas belgradenses com 80 cm de neve.

¹⁵⁷ Após a recepção do orçamento do seu custo, cerca de 175 mil dólares, foi dada uma resposta negativa a este pedido. Contudo, a abertura da sede da FPLN, em Argel (início de 1963), permitiu ali o começo das emissões da Rádio Voz da Liberdade através dos emissores da rádio argelina. Os contactos com a embaixada jugoslava conduziram, em 1964, às visitas de delegações da FPLN e do PCP à Jugoslávia.

Angola e o exército de Humberto Delgado (Mar./62)

Através da embaixada em Leopoldville, o comunicado — versão em francês (24/Fev.) — da conferência de imprensa de Marcos Cassanga, realizada nessa cidade, chegou à Comissão de Relações Internacionais (LCJ e ASPTJ) em Belgrado. Nessas quatro páginas, o Chefe do Estado-Maior do Exército de Libertação Nacional de Angola (a ala militar da UPA) denunciou como falso o comunicado de imprensa da UPA acerca da morte do comandante João Baptista, ocorrida em Fevereiro e atribuída «aux portugais», e acusou a UPA e Holden Roberto¹⁵⁸ do seu assassinato, que tinha sido confirmado, recentemente, por uma testemunha ocular.

Considerando que a luta armada, iniciada no Norte de Angola, era uma luta fratricida em que cerca de «8000 (*huit milles*) *angolais furent sauvagement massacrés par les éléments tribalistes de l'U.P.A., stupidement armés et indisciplinés en extreme*», acusou Holden Roberto desses 11 meses de luta entre angolanos em que foi apoiado «*par quelques pays que ignorent sa personnalité, son caractere tribal, son manque de maturité politique et son ignorance totale sur les problèmes de l'Angola*». Segundo ele, tal engano foi possível porque conseguiu apresentar-se como um líder angolano quando «*en vérité il n'est pas angolais, il n'a jamais été en Angola, ne parle pas le portugais, la langue la plus répandue dans les villes du pays qu'il aspire gouverner.*» Denunciando outro caso dessa luta, confirma o assassinato do comandante (Tomás) Ferreira e dos 21 membros da coluna do MPLA que «*ont été sauvagement pendus*» por esses mesmos elementos da UPA.

¹⁵⁸ Acerca desta acusação, um mês depois, segundo um telegrama da embaixada jugoslava (Leopoldville, 24/Mar./62), «*na conversação com Holden foi também abordado o caso do membro do Estado-Maior, Batista. Ele afirma que foi inventado que o mataram os seus homens. Além disso, também verificámos aqui o caso junto a funcionários congolêses que têm ligações com angolanos. Eles afirmaram que a campanha contra Holden foi organizada por alguns partidários de Andrade. Na verdade, consideram que no momento quando se efectuam tentativas para a unificação das várias correntes da resistência em Angola aparecem as provocações que aumentam o fosso entre a UPA e o MPLA.*», ADMNE (Angola, F-107, 1962).

Outras acusações referem-se: à prática de uma política de intimidação contra os angolanos exilados no Congo; ao armamento dado pela Tunísia que, conforme Holden Roberto, custou milhões de francos e apresentou falsos documentos dessa compra que estavam na posse do Estado-Maior; aos apelos constantes de ajuda financeira por parte do povo angolano e de estados estrangeiros para o pagamento dessas pretensas despesas e de outras compras de armamento, quando esse dinheiro acabava «*dans les coffres personnels de Holden*».

Este comunicado termina com um alerta à opinião pública e um apelo aos países afro-asiáticos para a condenação da luta fratricida desencadeada por Holden Roberto e os seus comparsas no interior de Angola, apelando ainda a todas organizações e movimentos nacionalistas angolanos um apoio ao Exército de Libertação Nacional e à criação de uma FLNA para que o povo angolano se liberte da «*domination et de l'exploitation esclavagiste portugaise et des traitres dirigeants de l'U.P.A.*».

Noutra embaixada jugoslava, em Itália, «*a princesa Maria Pia - De Sas Coburgo- Broganca in-Blaise (filha do último rei de Portugal) que foi encaminhada e recomendada pela embaixada indiana em Roma pediu, novamente, um visto para o general Del Gado*¹⁵⁹ *que chegaria à Jugoslávia na primeira metade de Abril*». Numa breve reunião, disse ainda que em Portugal se preparava uma insurreição que «*começaria, ao mesmo tempo, no interior com um ataque do exterior que preparava o Del Gado*» e, por isso, pedia que lhe permitissem um contacto com alguma personalidade importante para apresentar a questão da «*ajuda em armas, que espera com certeza*». Tinha 3 a 5 mil homens organizados e o «*citado exército foi recrutado, na maior parte, em Goa*», pois a Índia estava interessada «*em os libertar; o que não pode fazer enquanto, em Portugal, governar Salazar*».

¹⁵⁹ Os erros ortográficos podem ser do subscritor do telegrama ou do funcionário da cifra. Mesmo a transliteração seria *Delgado* ou *Delgado*. E o anterior apelido só podia ser *Sakse Koburgo-Bragansa*.

A resposta a Humberto Delgado (Abr./62)

Seguindo as instruções de Belgrado, uma semana depois (4/Abr.), numa reunião na embaixada indiana, foram pedidas informações acerca do que passava, quem era Maria Pia, se o assunto era sério ou não, se ela os contactou e quem fazia parte do exército de Delgado. O diplomata indiano confirmou que a conheciam bem, que «a Maria Pia estava ao corrente das actividades de Del Gado» e tudo o que ela lhes tinha dito, como a viu no aeroporto à espera do general. Porém, já não sabia quem fazia parte do citado exército, «mas sabia que Salazar inventava todas as dificuldades possíveis para retirar as tropas antes deslocadas em Goa. Desculpa-se com a falta de barcos, de meios materiais e etc.; ao mesmo tempo, propôs à Índia a troca dos indianos que vivem no território de Portugal (há cerca de 10 mil, mas não percebi onde viviam) pelos soldados em Goa». O diplomata jugoslavo anotou ainda que o governo indiano recusou tal proposta e soube que a Maria Pia era casada com um general italiano dos carabineiros e, «nas acções do Del Gado, não participava por ideais e pela coroa, mas sim por causa das enormes propriedades que tinha em Portugal». Para terminar, escreveu o seguinte «comentário: o mais claro da conversação foi que, seguramente, a Índia vê o Del Gado como o futuro presidente de Portugal. Duas-três vezes me repetiu as frequentes, turbulentas e dramáticas mudanças nesses países. Igualmente, se notou que não era verdadeiro aquilo que a Maria Pia nos disse acerca do exército do Del Gado».

A resposta negativa do SENE a estes pedidos foi enviada (18/Abr.) para as embaixadas em Roma e no Rio de Janeiro, considerando que «tal ajuda está fora de questão» e, caso fossem contactados pelos interessados, foi recomendado: «façam saber que olhamos com simpatia os movimentos progressistas e de libertação no mundo, mas que não podemos entrar em tais acordos¹⁶⁰».

¹⁶⁰ Nestes telegramas (ADMNE, Portugal, F-115, 1962) não aparece qualquer referência à revolta de Beja na última noite de 1961.

Em Maio

Na sua visita a quatro países latino-americanos (Mai./62), Kotcha Popovitch encontrou-se com João Ribeiro Dantas — ministro das Relações Exteriores depois da demissão de Afonso Arinos — e voltaram a falar do colonialismo português como no seu citado encontro em Belgrado (Abr./61). Segundo o relatório desta viagem, «[...] os brasileiros salientaram que a sua posição é logicamente anticolonialista. Todavia, tentaram atenuar com as suas exposições a gravidade do problema de Angola e doutras colónias portuguesas. Sublinharam que nos últimos tempos o governo português mudou a sua posição estritamente colonialista e aspirava a soluções semelhantes àquelas que aplicaram os britânicos e os franceses nas suas colónias, pelo que Portugal procurará assegurar as suas posições económicas como já o fizeram anteriormente a Grã-Bretanha e a França. Em particular, Portugal pensava incorporar as actuais colónias no MCE (N.doT.:Mercado Comum Europeu). Embora se tenha chegado a uma certa evolução na posição do governo português, contudo, coloca-se a questão se haverá tempo para encontrarem uma solução pacífica e construtiva. A tomada de posições mais suaves na relação à questão das colónias portuguesas poderia ajudar Portugal na descoberta e realização da resolução de tal problema.»

Em relação à exposição do seu interlocutor, Kotcha Popovitch salientou: «que lhe pareciam injustificados os argumentos do governo português. Era um facto que o governo português se tornou mais conciliador precisamente após as pressões na própria Angola, em toda a África e na ONU. Se Portugal não tem possibilidades de manter, em condições de independência, as suas posições económicas em Angola e noutros países, tanto menos é justificado que isso lhes imponha pela força. Nós temos uma visão muito negativa da política de Portugal e perguntamo-nos se tal regime pode tratar de todo este ou outros problemas de forma mais realista.»

(VIII)

Algumas notas finais

Outros meses passaram e as ligações com os dois movimentos angolanos foram mantidas através de algumas embaixadas jugoslavas em países africanos. Numa «*Informação acerca de Angola*», sem data, mas com uma referência ao período «*depois de mais de ano e meio após o dia do início da insurreição armada*», considera-se que a hostilidade aumentou entre eles — entre vários exemplos, as citadas acusações de Marcos Cassanga — com consequências muito negativas para a insurreição. Esta estava reduzida à parte norte e a acções esporádicas no centro de Angola, sendo exagerados os totais dos efectivos militares por eles apontados.

Neste documento, justificam-se¹⁶¹ e recomendam-se as relações com o MPLA e a UPA. Quanto a uma «*eventual concessão de ajudas*», considerava-se que «*junto a bolsas de estudo, por agora, só ter em conta o envio de ajuda humanitária através da Cruz Vermelha para refugiados e feridos*». Uma posição que só a partir de 1965 se alterou, passando o MPLA a ser o único movimento angolano a receber (directamente) não só essa ajuda, mas também armamento. Relativamente ao PAIGC e à FRELIMO, estes foram os únicos movimentos dos seus respectivos países que receberam ajuda

¹⁶¹ «*Não seria pertinente orientar-se somente para o MPLA, apesar de ele ser mais progressista e favorável à cooperação connosco. É um facto que a UPA tem a posição mais forte no movimento angolano pelo que se deveria manter, tendo em conta a sua actual orientação, certos contactos*» (AJ, 507, IX, 3/III-4). Neste documento, é referida a presença, em Leopoldville, de Agostinho Neto e a sua apresentação ao embaixador jugoslavo por Mário de Andrade.

jugoslava. Todavia, o MPLA acabou por vir a ser o mais apoiado e o único que, a partir de 1970, passou a ter a sua representação oficial na capital jugoslava.

Foram precisos treze anos — sem aquela «*économie importante de sacrifices en vies humaines*» do comunicado da UDENAMO — para que as consequências das guerras pela independência em Angola, Guiné e Moçambique se tornassem fatais para o Estado Novo, pois o premonitório e rápido fim do Estado Português da Índia pouco abalou, no plano político-militar, a sua política colonial ou o apoio das forças armadas.

Parafraseando as citadas afirmações do embaixador jugoslavo na Venezuela acerca dos acontecimentos (Fev./61) que fizeram sair Angola do «*quadro da questão interna de Portugal*» e se tornar numa «*questão de carácter internacional*», também com o início das insurreições armadas na Guiné (Jan./63) e em Moçambique (Set./64) ocorreu o mesmo com essas colónias portuguesas. Uma «*internacionalização*» que muito contribuiu para as importantes mudanças políticas em Portugal (Abr./74) e, depois das independências de Moçambique e de Angola, na África Austral.

A existência de um valioso acervo arquivístico, em Belgrado, permite o estudo deste primeiro ano (e seguintes) do período final do colonialismo português, reunindo uma grande quantidade de documentos sobre a política internacional (as relações EUA-URSS, o anticolonialismo, conflitos mundiais, a formação do movimento dos países não-alinhados, etc.), a política externa jugoslava (actividades diplomáticas, Tito, a Conferência de Belgrado, etc.) e o relacionamento da Jugoslávia com os movimentos de libertação das colónias portuguesas e a oposição antifascista portuguesa. Aqui, é de salientar a documentação acerca dos contactos entre membros desses movimentos e das organizações políticas jugoslavas que passou a integrar a história desses países após algumas décadas de espera e desconhecimento. Igualmente, o processo da descolonização, iniciado com o 25 de Abril, conta com numerosas referências

documentais acerca dos seguintes temas: relações jugoslavo-portuguesas; posições das grandes potências, de países não-alinhados, europeus e americanos; contactos com o PAIGC, MPLA e FRELIMO; a situação política portuguesa; as independências das colónias portuguesas.

Na escolha e apresentação dos acontecimentos principais dos temas enumerados, procurou-se explicar a política externa jugoslava e os passos que conduziram à primeira cimeira dos países não-alinhados em Belgrado, sem esquecer as ligações da Jugoslávia com as citadas organizações políticas portuguesas e os movimentos independentistas das colónias africanas.

Quanto à sua importância, pode-se mencionar o agradecimento de um dirigente socialista (Jorge Campinos) — num almoço oferecido, durante a primeira visita a Portugal (Jun./74) de uma delegação oficial jugoslava, em nome da direcção do seu partido —, quando disse: *«Obrigado a vós pela ajuda que deram aos movimentos de libertação, porque a sua luta ajudou objectivamente as mudanças democráticas em Portugal»*.

Também, por fim, este segmento (pouco conhecido) de um todo arquivístico, repartido por muitos arquivos mundiais, deverá ocupar o seu lugar na investigação e no estudo deste período da História do Século XX dos mencionados países.

ANEXOS

Anexo-1

No texto final do discurso no Parlamento ganês, Tito riscou as referências à ONU (texto sublinhado).

«Um exemplo muito perigoso destas tendências reaccionárias, que ainda hoje actuam no continente africano, é também a política sem escrúpulos de opressão conduzida pelos colonialistas em Angola. Estes colonialistas mantêm nas suas possessões coloniais ainda hoje um sistema escravagista, que representa um claro insulto para toda a humanidade. Proclamando as suas possessões coloniais partes integrantes da metrópole, os colonialistas portugueses, como que consideram que ainda vivemos na época do tráfico de escravos, negam publicamente aos povos coloniais não só o direito à autodeterminação, mas também em geral o direito ao homem de uma existência digna. Com isso, eles espezinham brutalmente os princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas. Todavia, a alguns países ocidentais, conduzidos por mesquinhos interesses, não incomodou proporem o representante de tal governo para membro do Conselho de Segurança, no que não tiveram sucesso devido à enérgica oposição dos países independentes.»

(AJ, 837, KPR-I-4-a, J2)

Anexo-2

Discussão de temas (com texto sublinhado) para o discurso de Tito no Parlamento ganês (Mar./61).

«Vélheko Mitchunovitch – Em particular, é preciso mencionar Portugal, onde quer que isso seja possível, porque ele é uma vergonha e maldição para todos. Tem um colonialismo que se fundamenta no tráfico de escravos, que mantém um sistema escravagista, que representa uma ofensa para as NU (N.doT.: Nações Unidas) e toda a humanidade. Não podemos descarregar tanto a bilis no De Gaulle (talvez na Guiné e Marrocos), pelo que se deve bater em Portugal. Acaba de promulgar um decreto em que Angola é uma província portuguesa.

Leo Mates – Não podemos evitar nem a União Sul-Africana.

V.M – Ainda falaremos, depois. Mas, não temos relações com Portugal.

L.M – Sim, deve-se acentuar Portugal, porque até o candidataram para membro do Conselho de Segurança, o que foi uma insolência.

V.M- [Depois da referência à morte de Lumumba e o protesto mundial de milhões de pessoas...] *no caso do Congo, as NU actuaram contra a Carta da ONU e contra as suas decisões. Ninguém declarou guerra às NU. Aqui trata-se da violação da Carta. As NU tiveram um papel positivo no Sinai e no Líbano.*

LM – *Quando se tratar da afirmação da política fora dos blocos, deve-se realçar que isto é, no fundo, a afirmação dos ex-países colonizados, pelo que, no fim, se mostra que eles não são só anticolonialistas. Os países fora dos blocos são ex-colónias e são parte integrante da realidade política do mundo actual. Este será também aquele elemento optimista no discurso. Não são mais só objectos na política exterior, mas sim titulares de uma concepção progressista de política exterior no mundo».*

(AJ, 837, KPR-I-4-a, J2)

Anexo-3

Discurso de Tito, em Belgrado (27/Abr./61), após o regresso da visita oficial a 8 países africanos.

«Durante o tempo da nossa estadia nesses países, preocupou-nos bastante aquilo que se passou no Congo: todas aquelas coisas terríveis que aconteceram e que ali ainda continuam a acontecer. Preocuparam-nos também os acontecimentos em redor de Cuba, preocupou-nos a situação relativa ao Laos, como também aquilo que ocorre na Argélia. Estes são focos muito perigosos dos quais cada um pode separadamente empurrar o mundo para a catástrofe. Compreende-se, na viagem nós soubemos da indignação do povo no nosso país em relação aos acontecimentos no Congo e o assassinato do presidente do governo Lumumba. [...]»

«Durante estas visitas, vimos, entre todo o resto, uma coisa que nos inquieta um pouco. Juntamente à solidariedade africana, que é uma enorme força e um importante factor, notámos que de fora existem tentativas por parte de algumas potências coloniais de provocar divisões entre a chamada África negra e branca, o que sem dúvida, caso tal o consigam, provocará enormes danos à luta dos povos africanos pela total liquidação do colonialismo.»

(AJ, 837, KPR I-4-a J2)

Anexo-4

Referências a Portugal na Declaração da Conferência (Set./61).

«Os países participantes chamaram a atenção da Conferência com bastante preocupação para os acontecimentos de Angola e as intoleráveis medidas de repressão exercidas contra o povo angolano e eles exigem que seja posto fim imediatamente a todo derramamento de sangue em Angola; todos os países pacíficos, particularmente os Estados membros das Nações Unidas, desejam ajudar o povo angolano a constituir sem atraso um Estado livre e independente. [...]».

«Os participantes na Conferência consideram também que os territórios de Goa, Damão e Diu que Portugal detém como sua possessão colonial na República da Índia têm de ser integrados no país de origem».

(AJ, 837, KPR-I-4-a)

Anexo-5

Algumas diferenças entre o rascunho manuscrito (texto entre parênteses rectos) e o discurso de Tito pronunciado na Conferência de Belgrado (3/Set./61).

«A selvajaria das forças armadas portuguesas contra a população desarmada em Angola provoca indignação por todo o mundo. [Em geral, dezenas de milhares de mulheres, crianças e pessoas mortas parecem em nada tocar o coração dos cruéis colonialistas] Já foram mortas dezenas de milhares de pessoas, mulheres e crianças, mas sobre isto passam calmamente tanto os colonialistas portugueses, como, infelizmente, [e, infelizmente, aquelas potências que por determinadas contas olham benevolmente para tais bestialidades.] aquelas potências que perante elas, devido a certas contas suas, manifestam benevolência e, assim, assumem sobre si parte da pesada responsabilidade. Mas milhões de pessoas não só em África e Ásia, mas em todo o mundo, [isto não pode deixá-los indiferentes.] não podem ficar indiferentes perante isto. Ao povo angolano é preciso dar todo o apoio na sua luta pela independência [Ao povo angolano é preciso dar todo o apoio na sua luta pela independência.] e o direito de ser senhor do seu país. Nós devemos exigir energicamente, não só aqui, mas principalmente através das Nações Unidas que num mais curto prazo seja dada total independência à Angola. A secular escravatura deve acabar quanto antes. Caso contrário, tal secular vergonha cairá sobre as gerações do século XX.»

(AJ, 837, KPR-I-4-a, J2)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I) FONTES

Arquivo da Jugoslávia (AJ).

Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (ADMNE).

Museu da História da Jugoslávia (arquivo fotográfico).

Arquivo da *Filmske Novosti* (noticiários e documentários cinematográficos).

Sector de Documentação da Rádio Televisão da Sérvia (programas televisivos).

Radiodifusão da Sérvia (arquivos sonoros).

Biblioteca Nacional da Sérvia (diários *Politika* e *Borba*, semanário *Komunist* e da revista quinzenal *Medjunarodna Politika*, Belgrado, 1961).

(<http://www.cphrc.org/index.php/documents/colonialwars/mozambique/175-1961-05-23-letter-about-eduardo-mondlane-from-chester-bowles-to-mcgeorge-bundy>), consultado em Dez./2011.

Carvalho, Jorge Santos, *As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-1974)* — *Colectânea de Documentos*, IUC, Coimbra, 2012.

FPLN, «*Memorandum: La Politique Anticolonialiste des Democratres Portugais et la Politique Coloniale du Gouvernement Salazar*», Argel, sd (talvez de 1963).

II) BIBLIOGRAFIA

Andrade, Mário de, (<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/09/08/da-«lumpen-aristocracia»-a-luta-pela-independencia-55/>), consultado em Jan./ 2012.

Bisenitch Dragan, *Mister X – George Kennan em Belgrado (1961-1963)*, Belgrado, 2011 (em sérvio).

- Boguetitch Dragan, *A Nova Estratégia da Política Externa da Jugoslávia 1956-1961*, Belgrado, 2006. 384 p. (em sérvio).
- Idem*, «Agravamento das relações jugoslavo-americanas depois da primeira cimeira dos países não-alinhados em Belgrado», *Istorija 20.veka*, 2/2006, p.72-86.
- Dimitch Lhubodrag, «*Na busca de alternativa. Um recorte da política externa da Jugoslávia (1953-1955)*», em sérvio (<http://www.cpi.hr/download/links/hr/7327.pdf>), consultado em Dez./2011).
- Idem*, (http://www.arhivyu.gov.rs/active/srlatin/home/ glavna_navigacija/izlozbe/izlozbe_arhiva/Nesvrstani_prva_konferencija.html), consultado em Dezembro de 2011.
- Kulhitch Todor, *Tito – estudo sociológico-histórico*, Zrenhanin, 2004, 240 p. (em sérvio).
- Lima, António Correia de, *O Fim dos Séculos — Goa, Damão e Diu*, Bertrand Editora, 1997.
- Mates, Leo, *As Relações Internacionais da Jugoslávia Socialista*, 1976.
- Matos e Lemos, Mário, «*Goa, o Princípio do Fim do Império. Alguns Documentos*», *Estudos do Século XX*, n.º3 - 2003, p.271-287.
- Matveievitch, Predag, «*História e mito — De Gaulle-Tito-Mihailovitch*», em croata. (<http://www.e-novine.com/drustvo/40743-Povijest-mit.html>), consultado em Dez./2011.
- Pedro, Agostinho, «*Agostinho da Silva: pressupostos, concepção e ação de uma política externa do Brasil com relação à África*» (http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n16_p9.pdf), consultado em Dez./2011.
- Petranovitch, Branko, *Istorija Jugoslavije 1918-1988*, vol.III, Belgrado, 1988.
- Raby D.L., «*O DRIL (1959-61). Experiência única na Oposição ao Estado Novo*», *Penélope*, n.º16, 1995, p.63-86 (<http://www.penelope.ics.ul.pt/pages/todo.htm>).

SIGLAS

- ADMNE — Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros
AJ — Arquivo da Jugoslávia
ASPTJ — Aliança Socialista do Povo Trabalhador da Jugoslávia
CONCP — Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias
Portuguesas
CC LCJ — Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia
COREMO — Comité Revolucionário de Moçambique
CB — Conferência de Belgrado
DRIL — Directório Revolucionário Ibérico de Libertação
FRELIMO — Frente de Libertação de Moçambique
FPLN — Frente Patriótica de Libertação Nacional
JCAP — Junta Central de Acção Patriótica
MPLA — Movimento Popular de Libertação de Angola
PAIGC — Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCJ — Partido Comunista da Jugoslávia
PCP — Partido Comunista Português
RAU — República Árabe Unida
SENE — Secretariado de Estado dos Negócios Estrangeiros
UDENAMO — União Democrática Nacional de Moçambique
UEJ — União dos Estudantes da Jugoslávia
UGEAN — Congresso da União Geral dos Estudantes da África Negra
(sob a dominação colonial portuguesa)
UPA — União da População de Angola

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abbas, Ferhat, 16
Abud, Sardar M., 55
Adoula, Cyrille, 41, 43, 61, 62, 68, 70
Agostinho, Pedro, 6
Aititch Predrag (Ajtić P.), 60, 65, 68, 69, 73, 91
Alicata, Mário, 80
Almeida, Luís de, 84
Andrade, Mário de, 24, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 45, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 71, 89, 99
Andritch, Ivo, (Andrić I.), 85
Arinos, Afonso, 28, 29, 98
Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 10
ASPTJ, 22, 23, 30, 39, 42, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 70, 72, 73, 81, 82, 85, 91, 94, 95
Babitch, Dimitriie, (Babić, Dimitrije), 23
Baptista, João, 95
Barrio, José del, 26, 27
Bebler, Alex, 21
Beirão, Martins, 89
Benkheda, Iusef, 63
Boguetitch Dragan (Bogetić, D.) 5, 6
Borba, 10, 34, 40, 48, 57, 58, 59, 74
Bourguiba, Habib, 15, 33, 55, 63
Bowles, Chester B., 6, 14, 43
Bragança, Maria Pia de, 96, 97
Brzitch, R. (Brzić), 35

Cabral, Amílcar, 23, 56, 57
Cassanga, Marcos, 95, 99
Carrillo, Santiago, 26
Campinos, Jorge, 101
Guevara, Ernesto Che, 26
Coelho, V.H., 87
Cominform, 3, 9, 21
CONCP, 15, 30, 32, 56, 58, 71, 72, 82, 89
Cruz Vermelha Internacional, 44
Cruz, Viriato, 23
Cunhal, Álvaro, 21, 60
Dantas, João Ribeiro, 6, 98
De Gaulle, Charles, 15, 29, 104
Delgado, Humberto, 27, 28, 29, 30, 86, 87, 90, 92, 95, 96, 97
Dimitch, Lhubodrag (Dimić, Ljubodrag), 4, 48
Dimitrov, Gueorgui M., 9
Djilas, Milovan, 68
Djikitch, Osman, 30
DRIL, 25, 26, 27, 28
Estaline, Iosif V., 3, 9, 34
Franco, Francisco, 27, 91
FRELIMO, 56, 72, 99, 101
Freire, Gilberto, 22
Gagarin, Iuri, 15
Galbraith, John K., 87
Galvão, Henrique, 26, 27, 29, 86, 92
Exército de Libertação Popular da Jugoslávia, 18
Faculdade de Direito em Lisboa, 65
Fanon, Franz, 41
Ferreira, Tomás, 64
Filmske Novosti, 10
Gichoya, K.N., 88
Gilmore, José (Holden Roberto), 23, 31, 33, 34, 41, 42, 60, 61, 62,
66, 67, 68, 69, 85, 93
Gizenga, Antoine, 32, 43, 61, 62, 70

GPRA, 63
Graça, Desidério da, 83
Gwambe, Adelino, 56, 72, 73, 74
Hassan II, 33, 55
Holden, Roberto, 23, 24, 30, 31, 32, 37, 39, 40, 41, 43, 56, 61, 65,
68, 69, 70, 95, 96
Homer, A. Jack, 61
Horta, José Carlos, 84
Ivekovich, Ivan, (Iveković I.), 82
Iosifovitch, Lhuba, (Josifović, Ljuba), 30
JCAP, 57, 94
Just, Julio, 26, 27
Kasavubu, Joseph, 31, 32, 36, 62
Kalonji, Albert, 17
Keita, Modibo, 16, 34
Kennan, George, 15, 43, 79
Kennedy, John, 29, 51, 52, 61, 78
Komunist, 48
Khrushchov, Nikita S., 3, 51, 52, 78
Kulhitch, Todor (Kuljić, T.), 9
Kveder, Duchan (Kveder, Dušan), 88
Lara, Lúcio, 23
Lemos, Mário Matos e, 89
Lenine, Vladimir U., 34
Liga da Paz, 30, 86, 87
Liga dos Comunistas da Jugoslávia, 3, 9, 22, 23, 57, 60, 69, 77, 81,
85, 95
Lima, António Correia de, 89
Lumumba, Patrice, 13, 17, 33, 36, 40, 41, 42, 43, 62, 104, 105
Maalayeye, C.Z., 73
Mates, Leo, 18, 86, 104
Matveievitch, Predag (Matvejević P.), 15
Medjunarodna Politika, 48
Meneses, Hugo, 23
Mihailovitch, Draja, (Mihailović Draža), 15

Mitchunovitch Velhéko (Mičunović, Veljko), 18, 104
Mobutu, J.D., 17, 32, 40, 43, 62
Mondlane, Eduardo, 15, 56
MPLA, 23, 24, 33, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 50, 56, 58, 59, 60, 61, 62,
63, 64, 65, 66, 69, 90, 95, 99, 100, 101
Museu da História da Jugoslávia, 10
Murville, M. Couve de, 28
Não-Alinhados (Movimento dos Países), 5, 6, 8, 13, 34, 48, 62, 82
Nasser, Gamal A., 5, 6, 7, 16, 34, 55, 61, 63
Nehru, Javaharlal, 3, 5, 6, 61, 66, 68, 87, 88, 89
Nikezitch, Marko, (Nikezić M.), 79
Nkrumah, Nkrumah, 6, 16, 30, 34, 40, 43, 59, 61, 67, 68
ONU, 6, 7, 14, 17, 18, 22, 24, 28, 30, 32, 33, 34, 44, 45, 50, 52, 53,
55, 58, 62, 63, 65, 92, 98, 103, 104
OTAN, 25, 37, 53, 63, 74, 87
PAIGC, 57, 99, 101
Partido Comunista da URSS, 3
PCP, 21, 23, 25, 60, 78, 94
Petchar, Zdravko (Pečar Z.), 40
Pinnock, Johnny, 56, 66
Plavitsa, Branko, (Plavica, B.), 47
Politika, 48, 80
Popovitch, Konstantin Kotcha (Popović, K. Koča), 14, 82, 98
Quadros, Jânio, 5, 6, 29
Raby, Dawn L., 27, 28
Rankovitch, Aleksandar (Ranković, A.), 59
Ruivo, Mário, 56, 57, 90, 94
Rusk, David Dean, 14
Salazar, A.O., 26, 27, 28, 29, 57, 58, 74, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97
Santos, Marcelino dos, 56, 71, 72, 73, 86, 89
Saud, Ibn, 51
Savimbi, Jonas, 34, 35, 36, 37, 39, 42, 44, 56, 58, 65, 67, 68, 86
Selassié, Haile, 5
SENE, 28, 30, 32, 79, 81, 86, 90, 91, 97
Sertório, Manuel, 86

Silva, Agostinho da, 6
Sotomayor, Jorge, 27, 28
Stoiakovitch, Milan, (Stojaković M.), 24
Sukarno, 6, 55, 78
Tchernei, Darko (Černej, D.), 27
Tchombé, Moisés, 17, 40
Tempo, Svetozar Vukmanovitch (S. Vukmanović T.), 59
Tito, Iosip Broz, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 34, 42,
43, 44, 45, 48, 50, 52, 55, 56, 57, 59, 60, 64, 67, 68, 70, 73, 81,
82, 100, 103, 104, 105, 107
Topaloski, Ilija, (Topaloski Ilija), 33
Touré, Sékou, 16, 34, 51
Tsevetkovitch, Dragan, (Cvetković, D.), 47
U Nu, 55
UDENAMO, 56, 71, 73, 74, 75, 100
Udovitchki, Lazar (Udovički, L.), 25, 26, 27
UGEAN, 72, 82, 83
UNEM, 85
Universidade de Belgrado, 18, 59, 60
UPA, 23, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 56, 58,
60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 90, 95, 99
Vayo, Alvarez de, 26
Viana, Gentil F., 56, 59, 65, 86, 89
Viditch Dobrivoie, (Vidić, Dobrivoje), 42, 60, 91
Viktorovitch (Viktorović), 72
Vlahovitch, Vélheko (Vlahović, Veljko), 60, 65, 69, 70, 80, 85
Webber, Eduardo, 56

ÍNDICE TOPONÍMICO

- Acra, 23, 30, 41
Afeganistão, 8, 52
África, 6, 17, 22, 24, 25, 29, 33, 44, 57, 59, 63, 72, 74, 82, 83, 84, 86,
87, 93, 98, 100, 105, 107
África do Sul, 22, 74
Albacete, 60
Alemanha, 7, 47, 53, 67, 86, 92
Ancara, 79
Angola, 13, 14, 15, 17, 22, 23, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36,
37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 50, 52, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64,
65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 77, 82, 83, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 93,
95, 96, 98, 99, 100, 103, 104, 106, 107
Arábia Saudita, 8
Argel, 57, 94
Argélia, 5, 8, 15, 16, 18, 30, 40, 50, 52, 55, 60, 63, 65, 67, 82, 105
Argentina, 5
Austrália, 6
Bandung, 4, 5, 78
Barcelona, 60
Beja, 97
Bélgica, 13, 17, 21, 36, 80, 87
Belgrado, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 15, 18, 25, 26, 27, 28, 29, 30,
32, 33, 35, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 57, 59, 60,
63, 64, 66, 68, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 82, 85, 86, 88, 90, 94,
95, 97, 98, 100, 101, 105, 107
Berlim, 7, 51, 53, 80

Birmânia, 4, 6, 8, 42, 51, 55
Bizerta, 50, 55
Bolívia, 5, 8
Bombaim, 86
Brasil, 5, 6, 8, 26, 27, 28, 29, 36, 37, 86, 90, 93
Brazaville, 30
Brioni, 5, 6, 9, 43
Bruxelas, 85
Buenos Aires, 26
Bulawayo, 56
Cabo-Verde, 33
Cachemira, 88
Cairo, 7, 8, 24, 34, 38, 44, 48, 50, 57, 63, 78, 82, 88
Cambodja, 8, 52
Canadá, 6, 61
Caracas, 25, 26, 27, 28
Casablanca, 15, 30, 32, 33
Ceilão, 4, 6, 8, 51, 52
China, 6, 37, 78
Chipre, 8, 51
Coimbra, 2, 56, 91
Colômbia, 5
Conacri, 31, 33, 37, 44, 62
Congo, 5, 8, 14, 15, 17, 18, 22, 23, 30, 31, 32, 33, 36, 40, 41, 42, 44,
50, 59, 62, 63, 64, 70, 74, 82, 90, 96, 104, 105
Coreia, 4
Costa-Rica, 5
Cuba, 5, 7, 8, 16, 50, 51, 72, 105
Damão, 52, 86, 89, 106
Danúbio, 50
Diu, 52, 86, 89, 106
Egipto, 4, 5, 6, 7, 13, 16, 82
Equador, 5, 8
Eslovénia, 22, 59
Espanha, 14, 21, 25, 26, 27, 60, 85, 93

Etiópia, 4, 5, 6, 8, 51
EUA, 3, 5, 6, 13, 14, 15, 18, 22, 28, 29, 31, 32, 33, 36, 37, 43, 49, 51,
52, 61, 62, 63, 67, 79, 86, 87, 88, 89, 91, 100
França, 5, 21, 22, 25, 26, 27, 37, 43, 60, 84, 93, 98
Federação das Rodésias e da Niassalândia, 74
Gana, 5, 6, 8, 13, 16, 36, 43, 51, 52, 60, 72
Genebra, 4, 35, 59, 67
Goa, 25, 33, 52, 66, 86, 87, 88, 89, 92, 96, 97, 106
Grã-Bretanha, 87, 88, 98
Grécia, 49, 79, 87
Guiné, 6, 7, 8, 15, 33, 37, 51, 60, 77, 100, 104
Haiti, 5
Havana, 7, 8
Honduras, 5
Hungria, 9
Iémen, 8
Índia, 3, 4, 6, 7, 8, 14, 21, 22, 30, 37, 51, 66, 78, 80, 86, 87, 88, 89,
96, 97, 100, 106
Indochina, 4, 17
Indonésia, 4, 6, 8, 22, 51, 72
Inhambane, 56
Iraque, 8
Israel, 51, 78, 92
Itália, 30, 49, 80, 87, 93, 96
Jugoslávia, 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24,
25, 26, 27, 28, 30, 31, 34, 39, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57,
59, 60, 62, 65, 66, 67, 70, 72, 73, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 91, 93,
94, 96, 100, 101
Karachi, 89
Karikal, 89
Kisangani, 43
Laos, 50, 105
Lausana, 35
Leopoldville, 30, 31, 36, 42, 66, 68, 90, 95, 99
Ljubljana (Ljubljana), 47

Líbano, 4, 8, 51, 104
Libéria, 6, 13, 29, 30, 36
Lisboa, 15, 21, 27, 31, 65, 84, 85, 89
Lobito, 40
Londres, 3, 4, 24, 47
Luanda, 14, 63, 65
Lusaca, 8
Madrid, 60, 85
Mahé, 89
Mali, 6, 8, 15, 36, 51
Marrocos, 5, 6, 8, 15, 28, 30, 52, 86, 94, 104
México, 5, 26
Milão, 26
Moçambique, 15, 22, 33, 56, 72, 73, 74, 75, 77, 92, 100
Monróvia, 41
Moscovo, 3, 18, 60
Nepal, 8, 51
Nova Deli, 86, 87, 88
Nova-Iorque, 24, 30, 34, 37, 61, 63, 68
Novi Sad, 39, 50
Paquistão, 4, 87
Paris, 14, 21, 27, 28, 31, 35, 60, 65, 82
Peru, 5
Pondichéry, 89
Portugal, 10, 14, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 40,
43, 44, 45, 56, 57, 58, 60, 63, 64, 66, 67, 71, 73, 74, 75, 77,
83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 100, 101,
104, 106
Praga, 25, 60
Quai d'Orsay, 28
Rabat, 32, 72, 82, 84
RAU, 34, 36, 50, 51, 60, 63, 72
Reino Unido, 3, 18, 37, 42, 49, 87, 89
República Árabe Unida, 8, 34
RFA, 49, 84

Rio de Janeiro, 25, 97
S. Tomé e Príncipe, 33
São Paulo, 86
Saraievo (Sarajevo), 13, 47
Senegal, 22
Síria, 4
Smederevo, 50, 59
Somália, 8
Split, 13
Stara Pazova, 39
Sudão, 6, 8, 52
Suécia, 61
Suíça, 14, 35, 67
Tailândia, 4
Tanzânia, 23, 56, 82
Timor, 77
Trieste, 3
Tunis, 23, 63
Tunísia, 5, 6, 8, 15, 36, 39, 40, 52, 55, 62, 63, 96
Turquia, 79
União Sul-Africana, 14, 15, 35, 40, 42, 104
URSS, 4, 5, 6, 14, 15, 18, 21, 37, 42, 52, 60, 79, 86, 100
Uruguai, 26
Venezuela, 5, 25, 26, 93, 100
Viena, 51, 56, 59, 67
Vietname, 5, 50
Washington, 14
Yanaon, 89
Zagreb, 13, 18, 47, 82

Rezime

Tekst "Beogradska konferencija (septembar 1961), Jugoslavija i portugalski kolonijalizam" nastao je kao rezultat istraživačkog rada obavljenog u Arhivu Jugoslavije i Diplomatskom arhivu ministarstva spoljnih poslova čija je dragocena građa dozvoljavala proučavanje kako ove prve tako i sledećih godina krajnjeg perioda portugalskog kolonijalizma (1961 – 1975). U njima se nalaze hiljade dokumenata o međunarodnoj politici (odnosi SAD – SSSR, antikolonijalizam, svetski sukobi, osnivanje pokreta nesvrstanih zemalja, itd), o jugoslovenskoj spoljnoj politici (diplomatska aktivnost, Tito, beogradska konferencija i dr), i o odnosima koje je Jugoslavija imala sa pokretima za oslobođenje iz portugalskih kolonija kao i sa portugalskom antifašističkom opozicijom. Među njima se ističe dokumentacija o prvim kontaktima između članova ovih pokreta i jugoslovenskih političkih organizacija, koja je tokom više decenija bila nepoznata. Takođe se, u mnogobrojnim dokumentima, pominje i proces dekolonizacije koji je započet državnim udarom 25. aprila 1974, u vezi sledećih tema: jugoslovensko-portugalski odnosi; stavovi velikih sila, nesvrstanih, evropskih i američkih zemalja; kontakti sa pokretima PAIGC, MPLA i FRELIMO; portugalska politička situacija i nezavisnost bivših portugalskih kolonija.

Izbor i predstavljanje glavnih događaja iz navedenih tema podeljenih u 8 poglavlja, omogućio je da se objasni jugoslovenska spoljna politika i koraci koji su doveli do prvog samita nesvrstanih zemalja u Beogradu, kao i prve veze koje je Jugoslavija uspostavila sa pokretima za nezavisnost iz afričkih kolonija i sa portugalskim antifašističkim organizacijama.

Kako je čitanje ovih izvora i navedene bibliografije na srpsko-hrvatskom nepristupačno čitaocima ovog teksta pisanog na portugalskom jeziku, na prvim stranicama je dat uvod u jugoslovensku spoljnu politiku posle 1945, opis Titovog "afričkog putovanja 1961", i njegove zvanične posete u 8 afričkih zemalja od februara do aprila. Što se tiče "odnosa Jugoslavije s Portugalom i pokretima u njegovim kolonijama", dokumentacija koja se odnosi na 1961. omogućava nam da navedemo otmicu putničkog broda "Santa Maria", početak kolonijalnog rata u Angoli (februar – mart) i da saznamo detalje počev od pružene spoljne pomoći SAD i Brazila u pokušaju državnog udara, aprila meseca, koji je izveo portugalski ministar odbrane zbog protivljenja vojnom rešenju Salazarove kolonijalne politike pa do posete Beogradu, krajem septembra, generala Umberta Delgada, opozicionog kandidata na predsednički izborima 1958. i kasnijeg izbeglice u Brazilu.

Tokom tih meseci održana je Konferencija nacionalističkih organizacija portugalskih kolonija (CONCP) u Kazablanci u aprilu, a obavljeno je i više razgovora sa Holdenom Robertom i Jonasom Savimbijem, vođama Saveza stanovništava Angole (UPA), koji su boravili u Jugoslaviji u avgustu kada ih je primio i predsednik Tito. Pošto je na ministarskom sastanku u Kairu, održanom juna 1961, doneta odluka o izboru Beograda, počelo se sa pripremama za realizaciju prvog skupa budućeg pokreta nesvrstanih zemalja od 1. do 5. septembra. Konferenciji je prisustvovalo 25 država članica, 3 države posmatrači i 38 predstavnika iz oslobodilačkih pokreta i progresivnih partija i organizacija sa svih kontinenata. Među njima su se nalazile i neke vođe pokreta za nezavisnost iz portugalskih kolonija.

Što se same organizacije tiče, Beograd je za manje od 3 meseca bio pretvoren u gradilište u koje je izvedeno stotinak većih i manjih radova (investicije, gradska infrastruktura i dr). Sredinom avgusta ukupna vrednost troškova je dostigla iznos od 8,1 milijardi dinara, tj. 27 miliona dolara. Što se tiče troškova same konferencije, Jugoslavija je podnela najveći deo troškova za pripreme i realizaciju konferencije, jer su oni samo delimično bili pokriveni doprinosima zemalja učesnica.

U petom poglavlju, o “konferencijskim sednicama, debatama i deklaracijama” dat je prikaz ne samo rada i učesnika konferencije, već i drugi događaji koji su se odigrali tih dana u Beogradu, o posetama Novom Sadu i Smederevu o čemu je izveštavalo skoro hiljadu novinara, fotografa i kamermana novinskih agencija, radija i televizije, od čega je više od polovine bilo iz inostranstva.

U sledećem poglavlju pod nazivom “Kolonijalizam, delegacije i konferencija”, kolonijalno pitanje zauzima značajno mesto, kako u debatama, tako i po osudi kolonijalizma i pomoći borbi naroda iz kolonija što je istaknuto u deklaraciji skupa, gde se navode “događaji u Angoli” i integracija “teritorija Goa, Damao i Diu u [...] zemlje porekla”. Istovremeno, obavljani razgovori s nekim od 9 članova delegacija oslobodilačkih pokreta iz portugalskih kolonija dobro su dokumentovani.

Od poslednja dva poglavlja, u jednom se iznose neka dešavanja koja su se dogodila “tokom sledeći sedmica i meseci”, gde se ističe kraj takozvane portugalske države u Indiji, decembra iste godine, kako je i bilo zahtevano na Beogradskoj konferenciji i njena integracija u Indiju, zatim poseta jednog predstavnika portugalske antifašističke organizacije (JCAP) i razgovori koje je u februaru vodio u SSRNJ, rat u Angoli i, vezano s tim, optužba za masakr koji je UPA, marta 1962, izvršila nad gerilcima MPLA i na kraju, odgovor koji je Koča Popović dao brazilskom ministru spoljnih poslova prilikom svoje posete Brazilu, maja 1962: “ako Portugal nema mogućnosti da u uslovima nezavisnosti održi svoje ekonomske pozicije u Angoli i drugim zemljama, utoliko je manje opravdano da im se one nameću silom”. Zaključio je da Jugoslavija ima “veoma negativno gledanje na politiku Portugala” i upitao se “da li taj režim uopšte može prilaziti realističnije tim i drugim problemima”.

U drugom poglavlju, pod nazivom “nekoliko završnih reči”, spominju se kasniji odnosi Jugoslavije sa MPLA i UPA (kasnije FNLA), iskazi jugoslovenskog ambasadora u Venecueli o događajima (februara 1961), koji su doveli do toga da Angola izađe iz “okvira portugalskog unutrašnjeg pitanja” i da sada ima „karakter

međunarodnog pitanja”, kao što se isto dogodilo sa Gvinejom Bisao posle početka oružane pobune januara 1963, i s Mozambikom, u septembru 1964. Ova „internacionalizacija” je umnogome doprinela važnim političkim promenama u Portugaliji, u aprilu 1974, a kasnije, posle sticanja nezavisnosti Mozambika i Angole, i u drugim zemljama na jugu Afrike.

Što se tiče važnosti pomoći koju je Jugoslavija pružila, citiraju se reči zahvalnosti jednog portugalskog političara koje je izrekao prilikom prve zvanične posete jedne jugoslovenske delegacije, u junu 1974: „Hvala vam za pomoć koju ste pružili oslobodilačkim pokretima, jer je njihova borba objektivno pomogla demokratske promene u Portugaliji”.

Zbog toga smatramo da bi ova navedena i malo poznata arhivska zbirka, trebalo da zauzme svoje mesto u istraživanju i proučavanju ovog perioda istorije XX veka gore spomenutih zemalja.

Autor, Žorž Santuš Karvalju (Jorge Santos Carvalho), diplomirao je i magistrirao istoriju na Univerzitetu u Beogradu. Trenutno je doktorant Univerziteta u Kuimbri sa disertacijom o jugoslovensko-portugalskim odnosima 1974 – 1975.

U Beogradu je objavio sledeće radove:

«Prilike među jugoslovenskim izbeglicama u Portugaliji (1941 – 45)», Istorija XX veka, br. 2, Beograd, 1986, str. 93 – 129;

«Jugoslovensko poslanstvo i portugalska antifašistička opozicija (1945 – 48)», Tokovi istorije, Beograd 2003, str. 14 – 54.

SUMÁRIO

A Conferência de Belgrado (Set./1961), a Jugoslávia e o Colonialismo Português

I)	Introdução.	3
II)	A viagem africana de 1961.	13
III)	As relações da Jugoslávia com Portugal e os movimentos de libertação das suas colónias.. . . .	21
	O «Santa Maria».. . . .	25
	Da «Abrilada» à viagem de Humberto Delgado a Belgrado. . . .	28
	Conversações com a UPA (Holden Roberto).	30
	A CONCP.	32
	Conversações com a UPA (Jonas Savimbi).	34
IV)	Uma delegação da UPA na Jugoslávia e uma carta do MPLA (Ago./61).	39
	A carta do MPLA.	44
V)	Algumas notas acerca da Conferência.	47
	Dos preparativos em Belgrado à chegada das delegações. . . .	49
	As sessões, os debates e as declarações da Conferência. . . .	51
VI)	O colonialismo, as delegações e a Conferência.	55
	As delegações do PAIGC e da JCAP.	57
	As delegações do MPLA e da UPA.	58
	A CONCP e a UDENAMO	71
VII)	No decorrer das semanas e meses seguintes.	77

Ainda em Setembro.	77
Em fins de Setembro	82
Até final desse ano.	85
Em Fevereiro do ano seguinte.	90
Angola e o exército de Humberto Delgado (Mar./62).	95
A resposta a Humberto Delgado (Abr./62)	97
Em Maio	98
VIII) Algumas notas finais.	99
A N E X O S	103
Anexo-1	103
Anexo-2	104
Anexo-3	105
Anexo-4	106
Anexo-5	107
Fontes e Bibliografija	109
Siglas.	111
Índice onomástico	113
Índice toponímico	119
<i>Rezime</i> (Resumo)	125

АЛЕКСАНДАР РАНКОВИЋ ПРИРЕДИО ПРИЈЕМ У ЧАСТ ПРЕДСТАВНИКА ОСЛОБОДИЛАЧКИХ ПОКРЕТА И ПРОГРЕСИВНИХ ПАРТИЈА



Председника СНВ Александар Ранковић са својим гостима на својем пријему

Александар Ранковић, генерални секретар Социјалистичког савеза радног народа Југославије, приредио је јуче пријем у част представника ослободилачких покрета и прогресивних партија које прате рад Конференције шедова држава и мада ванбюроаког земаља.

Пријему су присуствовали: Марко де Андраде и Те-

рени Корнео Вина, представници Народног покрета за ослобођење Аргентине, Елвира Камагва и Марсело Масао, представници Уједињене партије националне независности Северне Родезије, Малинага, председник Националне демократске партије Уганде, Редвонд, Мартин Арока, председник Народног покрета Уганде, Александар Ренер, председник Народне уније Руанда-Урунди, Али Клово, председник Националног покрета Уганде, Габријело Адријано Капелли, председник Афричке националне уније Мозамбика, Марселено Јос Сметен, председник Социјалистичке Конференције националистичких организација португалских колонија, Отавио Овато, председник јединствене афричке националне уније, Силван Тауба, председник Националног афричког покрета Јужне Африке, Селви Салгана, председник УПЦ Камбоџа, Кабирга, председник Афричке партије независности Португалске Пинеје,

представници Социјалистичке партије Италије Перицели и Вигорели, Уједињене социјалистичке партије Француске Оресте Реноуфе, Иван Криво и Клод Бурда, Мабуријанске партије Малије др Анто Бутејиг и Паул Карачи, Социјалистичке партије Јапана Хиро Вада и Фуџо Јамагучи, Демократске социјалистичке партије Јапана Еичи Нагасуки, Социјалистичке партије Чилеа Киљана де Селва, Социјалистичке партије Уругваја Реинелда А. Паргано, независне левице Социјалистичке партије Чилеа Рајмонд Тајлор, Националног народног покрета Андитење Ир Кирос Антонио Тоскане, Демократске акције Венецуеле Томас Ал Бери, десничарски покретни сепаратисте Рао де Јањера Адолфо Варболо Неао де Оливари и Викмар

Алберо Кампањаро, латин представници Гемералног савеза синдиката Јапана (СОХКОУ), Милене Катв и Ђеко Чуџида, као и представници Светске федерације бившег Борнеа Норман Антон и Владета Јустић, Националног комитета против колонијалне агрорудара САД Хомер Цек и Јокрета за ослобођење колонија Валерио Претовић Стојановић.

Пријему је присуствовали и број десничарских југословенских политичких личности међу којима: Вељко Влашкић, генерал Савезног одбора Социјалистичког савеза радног народа Југославије, Петар Слободан, Владимир Баковић, Стеванар Буковић, Милановић Поповић, Владимир Пешковић, Сергеј Крајчић, Вентимир Стојковић, Аско Учић, Петровић Шани, Добриновић Видић, Пашко Ривач, Младен Ивановић, Драго Ђукић, Милан Манојевић, Милово Јуричић, Аугуст Врстула и други.

У току пријема дошло је до корисне међусобног разговора и пријатељног и ердначног атмосфера.

(Генџу)

Телеграм председника Тита председнику ДР Вијетнама Хо Ши Мину

Председнику Републике Јосипу Броз Титу учествује у предвиђеном Демократском Републике Вијетнам Хо Ши Мину савезни телеграм:

„Поштом народног поздравља Демократске Републике Вијетнама утјубљен Вам друге предвиђаче, у име народа Југославије и у име ње, искрене честитке, са највећим жељом да ослобође народа Вијетнама и да Вашу личну срећу.“

(Генџу)

а Тита дитет

Београду конференцију ван Социјалистичког савеза. Јуче је дошло до једног изјављивања Тита у којима се каже да је слободан рат добио размере које у свако доба могу довести до светске катастрофе.

Титово упозорење

Председник објављује вест из Београда под насловом: „Тито упозорава: Нови рат у сваком моменту“.

Отварајући Конференцију независних земаља у Београду, каже овај лист, изјављујући Тито је јасно и јутро објавио упозорење да уколико светски рат може избућти у сваком моменту, он и тражио да се предузме катив акција, првенствено на пољу УН. Рече је да је слободан рат добио такве размере које у сваком моменту могу довести до највеће трагедије. Затим се његовој ризици припреме којима је председник Тито изјавио давао слободност међу народима ситуације, мобилно земаља трупа, интензивна аграрна издварањених борба и почетак нових експеримената са нуклеарним оружјем.

(Генџу)

« Aleksandar Rankovitch ofereceu uma recepção em honra // dos representantes dos movimentos de libertação e partidos progressistas »
BORBA, 3/Set./1961

Народ Мозамбика поздравља Београдску конференцију

— изјавио председник Националне демократске уније Мозамбика Аделино Гвамбе

— Ми у Мозамбику поздрављамо Београдску конференцију, јер је она поставила као свој циљ независност Африке и мир у свету, — изјавио је Аделино Гвамбе, председник Националне демократске уније Мозамбика (УДЕНАМО), који је прихватио Конференцију и уручио јој меморандум о ситуацији у својој земљи, која је још увек под јармом португалског колонијализма, након крутног међу свима.

— Ако Конференција успе, као што се надамо, да учини нешто за смањење затегнутости у свету, то ће и нама много помоћи. Јер су наше тежње и циљеви веће зато што један блок — НАТО — снабдева Португалцину оружјем. Поддржавамо предлог председника Тила о сазивању конференције на разоружање, јер би разоружање утицало да Португалци добију мање оружја.

Двадесет двојгодишних бивши фоторафи, омањег раста, премоер је посетили Португалцима према народу Мозамбика. Код мисионара научно је да чита и пише. Препредстављао се да не читају Библију и португалску званичну штампу. Кад су га ухватили у читању Поље Уједињених нација, послали су га на три сатране извршног рада. Имао је тада — 13 година.

Међу салатинцима био је један писмен, спапао је међу двојицу писмених од свих сво. Када су га тамо ухватили како чита новине друговима, промаљени је салатинцима — неком востом промаљаче са рупама — и промаљ у затвор. После су га по слали да ради као службеник у ПИДЕ, злогласној полицији за заштиту државе. Служио је, пре неке једне револта домоваца, написао протест Уједињеним нацијама и гувернеру. Промаљаче су да је он писан протеста и одули га на седам година робије. Он о којима је писао скутали су новац и подмијали стражара, који га је пустио да побегне. Па и сам побегло, јер је суму коју је добио била већа од његове вишегодишње зараде.

Гвамбе је побегло у Јужну Родезију, тамо се запослио и научно ангажовао. У Булвају, у Јужној Родезији, он и још шесторица његових земляка створили су прошле године УДЕНАМО и почели се повезивати са Мозамбиком. Шапу своје луке и стварају привреду у свим насељима. И Гвамбе је илегално ушао у Мозамбик, али су га ухватили. У-

спео је да побегне после три дана. Сада УДЕНАМО има свој главни штаб у Ларес Саламу, у Тангањики. У Мозамбику има доста присталица и активиста, који они раде илегално, преко културних и спортских организација.

УДЕНАМО се повезала са ослободилачким покретима у другим земљама под португалском влашћу: Анголом, „Португалском“ Гвинејом, Кабо Вердеом, Сан Тоомом. На конференцији о-



Аделино Гвамбе

држио априла ове године у Казимбици, одлучили су да своје уједињеном фронту, који треба да координира акцију за сиргање Португалца, без упитиња у уду трашње ствари сваке земље. Конференција је успела резолуцију којом се од свих афричких, азијских, латиноамеричких, и латиноамеричких земаља тражи да прогласи однос са Португалцима.

А. ЈЕЛЈ

« O povo de Moçambique sauda a Conferência de Belgrado — declarou o presidente da União Nacional Democrática de Moçambique Adelino Gwambe »

BORBA, 8/Set./1961

БЛОКОВСКА XI

МАРИО ДЕ АНДРАДЕ:

Португалски колонизатори побили су око 50.000 Анголаца

Овак дана у Веоград је боравио анголски лидер Марио де Андраде, председник Једине су индустријске националних партија — на родног покрета за ослобођење Анголе (М.И.П.А.). У разговору са нашим сарадником Марио де Андраде је изнео неке појединости о садашњој политиконационалној борби своје земље.

У почетку Андраде је поновио о условима у којима се родно анголски устанак који већ неколико месеци бујни. Португалци су прогнани годинама након појачане своја насиља над подвлашћеним Анголицима. Многи национални политички лидери и активисти ухањени су, затворени и побијени. Андраде је споменио на пример, да је у новембар прошле године 29 политичких затворника побијено у допоруку једног затвора. Та колонизацијска насиља убрзала су национали-

стички револт. Четвртог фебруара ове године дошло је до познате напале националиста на војни и цивилни логор у Луанди, главном граду Анголе.

Ево је то покушај да се ослободе нестакнути Анголци бачени у овај затвор, али, истовремено, и да се скрени оваква међународна јавности на анголску грађевину. Националисти су изабрали почетак јануара за ову акцију јер у то време у Луанди су боравили бројни инострани немишари и јер је то било време уочи почетка другог дела друге двегад. Генералне скупштине ОНУ. Након тог догађаја није успео. Колонизацијисти су извршили брутално насиље; сународни португалски војници извршили су прани масакр и побили око 3.000 Анголаца. Масакр је наставак током читавих месец дана и то не само у

Луанди него и у многим другим местима у земљи.

Пред крвавим насиљима Анголцима колонизацијисти анголско становништво било је приморано да крене у друштво самоодбране, да поље у устанак. Четрнаестог фебруара заглавља је устаначка бунтовња. Тога дана група војвођених Анголаца напала је једну португалску фарму на северу околне у близини Сан Салвадора. Од тада, устанак се све више шири и данас у устаначке акције обухватају велики део земље. Према речима Марија де Андраде око десет хиљада Анголаца учествује сружани у борбама против колонизатора. Анголски лидер истовремено је изнео и податак да су португалски војници казнили експедицијима, бомбардовањима, и спаливањима читавих села побили око 30.000 углавном ненаоружаних Анголаца.

Међутим, према речима Марија де Андраде ови злочини и насиља не могу зауставити анголски народ у његовим стремљењима ка независности. Анголски лидер тога отпора и ослободилачке борбе. Андраде је истакао да сви фактори говоре да је Анголици, упркос огромном жртвима, на крају победити. Он је истакао да је пилотај Салвадором режими на све тешки и то не само у Анголи него и у свим другим португалским коло-



Марио де Андраде

нијама же отпор такође расте. Све тога, Салвадор гући таде над ногима и због тога што му устанак у Анголи пресуди битне економске изборе. Ангола је напредно блато земља коју су Португалци невољно искоришћено експлоатацијом. Оружана борбе које се воде на великом делу земље сада спречавају Португалце у на ставању те експлоатације.

На крају разговора Марио де Андраде је истакао да успех борбе анголског народа зависи и од два спољна фактора: од јачина подршке коју Анголици дају независности афричке земље; од притиска опште међународног јавног мишља на владење Португалце у НАТО да престану да врше колонијализам једног од најкрвавијих и најреакционарних префашистичких режима. Д. Д. МАРКОВИЋ

РАЗГОВОР СА АЛЕКСАНДЕРОМ РУТЕРОМ, ПРЕДСТАВНИКОМ НАЦИОНАЛНЕ УНИЈЕ РУАНДЕ

Белгијанци теже да омету изборе у Руанди

Крајем овог месеца Руанда, територија у источној Африци под старатељством Уједињених нација, у чије име управљају Белгијанци, треба да буде поновина два важна догађаја — референдум о повратку краља Кигерија V и избори. Александар Рутера, јуно вођац бирок Националне уније Руанде (УНАР) у Кануру, није, међутим, сигуран да ће референдум и избори бити одржани у законско време. Овај 38-годишњи ма театарар но струци, некадашњи професор у колеџу и директор школема Руанде, који је као представник УНАР недавно био у Београдске конференције, каже:

„Белгијске власти спречавају предвиђену изјаву. У томе су нарочито брутални белгијски парламентарни. Они су неколико пута нанели екстремни народ и масовно кризисају. У месту Кигерија, где се било окупило око 150.000 људи, убијени су 80 лица и спалили 250 кућа. У Нјанзи, престоници Кигерија V, убијени су 40 особа, у Астриди 15. Циљ им је да заштите народ, јерко не би учествовао у изборима, односно како не би дао свој повратак Кигерија V. Белгијанци стално до-

кљаче појачања. Сви њихови циљанци који изуштују Катангу прелазе у Руанду.

Президентија овакх догађаја је позната. Почетком ове године проглашени је „Република Руанда“. Краљ Кигерија V је прогнан. Узрочи су, по свему судећи, била у симпатизама које је Кигерија гину према Лумумбином идејима, у змеотом антибелгијској стању Уједињених нација нису се сложиле са оваквим поступком. „Република“ је укинута и народ Руанде треба да се изјасни о будућем уређењу. Што се тиче избора, они су посебно важни, јер под парламентар који на њима буде створен Руанда треба да буде независан.

Две главне политичке групе у Руанди су класично сачињавале УНАР, АПРСОМА (Сдружење за унапређење народа) и РАКЕУ (Демократско окупљање Руанде, с једне стране, и ПАРЛАМЕНТУ (Парламент) (Демократско окупљање Руанде, с друге стране, која сарађује с Белгијанцима). Значајна је разлика између њих, јер не сматра народ Уједињених.

Говорећи о својој партији, УНАР-у, Рутера, који је Бахуту каже да је она окупља класичне из свих слојева на и свих племена, преодлавајући ранију поделеност и антагонизам. До данаска Белгијанцима власт је имао племе Вагуду. Међутим Белгијанци су узели власт у своје руке, служећи се часе једини, час другим племенима. УНАР подржава краља, јер га сматра симболом јединства. Белгијанци баш тако настоје да га узломе. Кигерија V је — како каже Рутера — напано напаст. На престо је дошло пошто су му, пре две године, Белгијанци убили брата Мутуру III. Њихов отац Јуха IV Муонга умро је у Конгу, куда су га Белгијанци прогнали, јер није хтео да престане крвољач.

Програм УНАР-а предвиђа „заоштрење уставне монархије“.

Идеолошко-политичком владу УНАР је за политичку неинвазијаност. С тим у вези Александар Рутера подлавно је Веоградску конференцију као неважно изјавио и да замету земљу и истакао да она отања много него због свој ван блокског карактера.

А. МЕЉ

« Mário de Andrade » // « Os colonizadores portugueses // mataram cerca de 50 000 angolanos »
BORBA, 10/Set./1961



Os Chefes de Estado e de Governo na Conferência de Belgrado
(fotografia)

Izdavač

Udruženje za društvenu istoriju
Čigoja štampa

Za izdavače

Milan Ristović
Žarko Čigoja

Priprema i štampa

Čigoja
S T A M P A

office@cigoja.com

ISBN 978-86-531-0100-8

CIP - Каталогизacija y publikaciji
Народна библиотека Србије, Београд

327(497.1)"1961/1975"
325.3(469)"1961/1975"
323(469)"1961/1975"

CARVALHO, Jorge Santos, 1943-
A Conferência de Belgrado (Set./1961), a
Jugoslávia e o colonialismo Português / Jorge
Santos Carvalho. - Београд : Удружење за
друтвену историју : Ћигоја штампа, 2014
(Београд : Ћигоја штампа). - 140 str. :
ilustr. ; 20 cm

Tiraž 100. - Anexos: str. 103-107. - Siglas:
str. 111. - Napmene i bibliografske reference
uz tekst. - Fontes e Bibliografija: str.
109-110. - Registri. - Rezime.

ISBN 978-86-531-0100-8

a) Међународни односи - Југославија -
1961-1075 b) Колонијализам - Португалија -
1961-1975 c) Португалија - Политичке
прилике - 1961-1975
COBISS.SR-ID 210789900